

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**PLANEJAMENTO URBANO, ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER E TURISMO
NO BAIRRO UBERABA EM CURITIBA –PR**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Geografia. Programa de Pós-Graduação Geografia, Setor de Ciências da Terra da Universidade Federal do Paraná.

**Orientador: Prof. Dr. Marcos Aurélio
Tarlombani da Silveira**

**CURITIBA
2005**

RENATA MARIA RIBEIRO

**PLANEJAMENTO URBANO, ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER E TURISMO
NO BAIRRO UBERABA EM CURITIBA - PR**

**Dissertação apresentada como
requisito parcial para a obtenção do
Título de Mestre em Geografia.
Programa de Pós-Graduação em
Geografia, Setor de Ciências da Terra
da Universidade Federal do Paraná.**

**Orientador(a): Prof. Dr. Marcos
Aurélio Tarlombani da Silveira**

**CURITIBA
2005**

Dedico este trabalho a todas as pessoas que amo, e que compreenderam minhas ausências, e respeitaram esta fase tão importante em minha vida, e especialmente aos meus amados filhos Eduardo e Ana por seus abraços nos momentos difíceis.

AGRADECIMENTOS

A todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

À Prof^a Dra. Olga Lúcia C. F. Firkowski,
por conduzir tão bem o Curso de Mestrado em Geografia da UFPR

Ao Prof^o Dr. Naldy Emerson Canali,
por sua sabedoria.

Ao Prof^o Dr. Luiz Lopes Diniz Filho,
que se empenhou em conduzir seu conhecimento para todos os alunos

À Prof^a Dra. Salete Kozel Teixeira,
por sua sensibilidade.

Ao Prof^o Dr. João Carlos Nucci,
por me incentivar e entender meu trabalho na apresentação dos painéis.

Ao Prof^o Dr. Miguel Bahl,
Que desde a minha graduação, acreditou no meu potencial.

À Prof^o Dra. Maria Ignez Marins,
por ser um exemplo a todos nós.

À Prof^a Belani Lucina,
por sua amizade.

Ao Secretário do Mestrado Luiz Carlos Zem,
que sempre nos atendeu com tanto préstimo.

E, em especial ao Prof^o Dr. Marcos Aurélio Tarlombani da Silveira, por ter me orientado nesta fase, com dedicação, conselhos, paciência e, por ser um exemplo de pesquisador para mim.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	vii
LISTA DE QUADROS	vii
LISTA DE GRÁFICOS	vii
LISTA DE FIGURAS	viii
LISTA DE MAPAS	viii
LISTA DE FOTOS	viii
RESUMO	ix
ABSTRACT	x
1. INTRODUÇÃO	1
2. PLANEJAMENTO URBANO: BASES TEÓRICAS	4
2.1 PLANEJAMENTO URBANO E DESENVOLVIMENTO	4
2.2 PLANEJAMENTO TERRITORIAL E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO	16
2.3 O ESPAÇO URBANO PARA LAZER E TURISMO	28
3. PLANEJAMENTO URBANO EM CURITIBA, O LAZER E O TURISMO	41
3.1 PLANEJAMENTO URBANO EM CURITIBA	41
3.2 OS ESPAÇOS PÚBLICOS COM ÁREAS VERDES EM CURITIBA	50
3.3 O TURISMO EM CURITIBA	65
4. PLANEJAMENTO URBANO: O FOCO NO BAIRRO UBERABA	74
4.1 ORIGENS HISTÓRICAS	74
4.2 CARACTERÍSTICAS DO BAIRRO UBERABA	85
4.3 OS ESPAÇOS PÚBLICOS PARA O LAZER NO BAIRRO UBERABA	92
4.4 ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO IGUAÇU - CONSTATAÇÃO DE UMA REALIDADE	97
4.5 ANÁLISE DA OPINIÃO DA POPULAÇÃO DO BAIRRO SOBRE AS	105

ÁREAS DE LAZER NO BAIRRO UBERABA	
4.5.1 Metodologia do Trabalho	105
4.5.2 Pesquisa junto aos Moradores do Bairro Uberaba	108
5. CONCLUSÃO	113
REFERÊNCIAS	118
BIBLIOGRAFIA	119
APENDICE A	122

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – LINHA DO TEMPO DAS AÇÕES DE PLANEJAMENTO EM CURITIBA	46
TABELA 2 – ESPAÇOS PÚBLICOS COM ÁREAS VERDES PARA O LAZER DA POPULAÇÃO CURITIBANA	55
TABELA 3 – ANO DE IMPLANTAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE ÁREAS VERDES EM CURITIBA	56
TABELA 4 – OPINIÃO DE TURISTAS QUANTO A DEFINIÇÃO DA CIDADE	58
TABELA 5 – ATRATIVOS TURÍSTICOS MAIS VISITADOS EM 2000	69
TABELA 6 – ATRATIVOS TURÍSTICOS MAIS VISITADOS EM 2001	70
TABELA 7 – ATRATIVOS TURÍSTICOS MAIS VISITADOS EM 2003	71
TABELA 8 – ESPAÇOS PÚBLICOS PARA O LAZER NO BAIRRO UBERABA	94
TABELA 9 – QUANTO AO SEXO	108
TABELA 10 – QUANTO A IDADE	108
TABELA 11 – MORADOR DO BAIRRO	109
TABELA 12 – VIAGEM A LAZER	109
TABELA 13 – QUANTO A VISITA AOS PARQUES DE CURITIBA	110
TABELA 14 – EXISTÊNCIA DE ESPAÇOS DE LAZER NO BAIRRO	110
TABELA 15 – IMPORTÂNCIA SOBRE A INSTALAÇÃO DE PARQUE NO BAIRRO UBERABA	111
TABELA 16 – O PARQUE, O EMBELEZAMENTO DA PAISAGEM, O LAZER E O TURISMO NO BAIRRO UBERABA	112

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – ANÁLISE DE VARIÁVEIS DO PLANEJAMENTO	08
QUADRO 2 – AGRUPAMENTO DE PROBLEMAS E DIAGNÓSTICO	14
QUADRO 3 – COMPARATIVO ENTRE PLANO ESTRATÉGICO E PLANO DIRETOR	18

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – POPULAÇÃO BRASILEIRA E OCUPAÇÃO DO ESPAÇO URBANO	25
GRÁFICO 2 – ESTIMATIVA DE FLUXO DE TURISTAS – 1991 A 2002	66
GRÁFICO 3 – ATRATIVOS DA LINHA TURISMO	67
GRÁFICO 4 – NÚMERO DE EMBARQUES NA LINHA TURISMO	68

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – MOBILIDADE DAS PESSOAS	09
FIGURA 2 – GERAÇÃO DE SERVIÇOS NAS CIDADES	14
FIGURA 3 – CARACTERÍSTICAS DO ESPAÇO URBANO	29

FIGURA 4 – RELAÇÃO RESIDENTE E TURISTA NOS ESPAÇOS PARA O LAZER	37
FIGURA 5 – PIRÂMIDE ETÁRIA DO BAIRRO UBERABA E DE CURITIBA	76

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 – DIVISÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS DE CURITIBA	48
MAPA 2 – PARQUES E PRAÇAS DE CURITIBA	53
MAPA 3 – UNIDADES DE CONSERVAÇÃO EM CURITIBA	61
MAPA 4 – ZONEAMENTO URBANO EM CURITIBA	81
MAPA 5 – OCUPAÇÕES IRREGULARES NA REGIONAL CAJURU	98

LISTA DE FOTOS

FOTO 1 – FOTO AÉREA DO ESPAÇO URBANO A PARTIR DA IMPLANTAÇÃO DO JARDIM BOTÂNICO	73
FOTO 2 – HOTEL TORRES GALLI	86
FOTO 3 – CHURRASCARIA TORRES	86
FOTO 4 – CHURRASCARIA RECANTO GAÚCHO	87
FOTO 5 – ARMAZÉM SANTA ANA	87
FOTO 6 – CLUBE NIKKEY DE CURITIBA	88
FOTO 7 – EMPREENDIMENTO PARTICULAR PARA LAZER	89
FOTO 8 – VISTA DIREITA DO LAGO DO RIO IGUAÇU	89
FOTO 9 – OLARIA DESATIVADA	90
FOTO 10 – ESTRUTURA METÁLICA SEM USO	90
FOTO 11 – CASA KOZAC	96
FOTO 12 – CASA KOZAC	96
FOTO 13 – OCUPAÇÕES IRREGULARES	100
FOTO 14 – OCUPAÇÕES IRREGULARES	100
FOTO 15 – OCUPAÇÕES IRREGULARES	101
FOTO 16 – OCUPAÇÕES IRREGULARES	101
FOTO 17 – FOTO AÉREA DA DIVISA DO BAIRRO UBERABA COM O BAIRRO CAJURU	102
FOTO 18 – FOTO AÉREA DA REGIÃO DO UBERABA	104

RESUMO

Este trabalho apresenta a concepção do planejamento como forma de organizar o território urbano, determinando através deste método, pontos de intervenção para ocupação racional, que possam visar o atendimento das necessidades básicas de seus habitantes, preconizando o lazer em espaços sub-utilizados. A criação de parques em áreas de proteção ambiental surge no sentido de desenvolver os municípios sob o conceito de sustentabilidade. Deste modo, o lazer incorporado ao ambiente urbano envolve habitantes e turistas, que passam a utilizar tais espaços públicos como opção de lazer e visitação. Considera-se, desta forma, que o lazer permite o crescimento da cidade beneficiando a população quanto à melhoria da qualidade de vida, da paisagem urbana, proporcionando ainda a geração de empregos determinando assim potencialidades para que novos segmentos da economia possam se estabelecer, como é o caso do turismo, que necessita de infra-estrutura urbana, locais públicos e privados para contemplação e consumo, que possam atender as expectativas pessoais de visitantes. Neste sentido, e percebendo que Curitiba está em constante transformação sugeriu-se o estudo delimitado da Área de Proteção Ambiental do Iguaçu no bairro Uberaba, que deveria estar sendo planejada para evitar prejuízos ambientais decorrentes de invasões populacionais, e que perde potencial por não estar na pauta de planejamento por parte da gestão pública. A constatação da degradação nesta APA, devido ao planejamento deficiente, instigou esta pesquisa, pois diante do crescimento populacional observado nesta capital nas últimas décadas, as ações dos gestores públicos tornaram-se ineficientes, e atualmente o levantamento da realidade na região, por meio de pesquisa exploratória, é de que a mesma possui legislação que a protege, mas que por causa da falta de ações de planejamento foi e está sendo invadida por ocupações irregulares em uma área que pode ainda servir, devido às suas peculiaridades, como espaço público para o lazer da população curitibana. A opinião da população do bairro quanto à existência de espaços públicos de lazer é primordial para corroborar a necessidade de implantação do Parque nesta região protegida legalmente, para atender sua população, e potencializar a atividade turística em Curitiba.

Palavras-chave: planejamento urbano, espaços públicos, lazer, turismo

ABSTRACT

This research exposes the planning conception as a way of organize the urban territory, determined by this method. We mean the intervention points for reasonable occupation, providing the basic necessities for attending the habitants, announcing leisure in spaces that can be utilized for other purposes .The creation of usable spaces in protection areas ambient arises as a municipality purpose of sustainable development. For this reason leisure incorporated to the urban environment, involves habitant's and tourists, and the usage of these public spaces as an option of leisure and visitations places. So with this study, the model of development can consider that leisure causes the growth of life quality, urban landscape, improve proportioning new employments options, determinates potentialities to economy segments that can be figure as the same as the case of tourism that needs urban infrastructure, private and public spaces for contemplations and consumption, attending to the visitors and their personal expectations. Noticing that Curitiba is in constant transformations we suggest a delimited study of Iguaçu Protection Area in Uberaba district, that should be planned to avoid environment damages that occurs because of the illegal population's invasions to this reported area and make it looses a lot of potential for not making part of the public management planning. The occurrence of degradation on this specific area causes a deficiency of adequate planning and this is the special reason for instigating this research, as the growth of populations observed in this capital in the latest decades, the leading actions related to planning became inefficient and now the diagnosis in this region, with the exploratory research seems that exist a protection legislation in order to avoid the illegal occupations that has been occurred for the missing planning. And the particularities that involve this area could be used as a public space for leisure as far as we concern to increase the tourism activity potentiality. The citizen's district opinions related to the existence of the public leisure areas is primordial to notice the necessity of implantation of a Park in this region legally protected, to attend its population and to increase the tourism activities in Curitiba.

Key words: urban planning, public areas, leisure, tourism

1. INTRODUÇÃO

O tema deste trabalho se faz pertinente no sentido de que o estudo do planejamento urbano determina a orientação para o crescimento de diversas atividades em determinado espaço geográfico. É um sistema, que permite conhecer a realidade, identificar objetivos, ordenar ações para o desenvolvimento e, antecipar acontecimentos futuros que possam prejudicar as interações entre o homem e o meio ambiente.

A condução da ocupação humana no território urbano subdivide a cidade em áreas de trabalho, deslocamento, moradia, lazer, entre outros, para que as sociedades possam utilizar este espaço urbano de modo sustentável.

Diante desta perspectiva, o planejamento urbano deve prever espaços públicos a serem utilizados sob diversas finalidades em favor de sua população. A orientação da ocupação e o planejamento de espaços públicos para o lazer em Áreas de Proteção Ambiental atendem às necessidades comuns e, ao mesmo tempo, protegem áreas importantes para o equilíbrio ambiental urbano, evitando ainda a ocupação irregular em fundos de vale e remanescentes da vegetação natural ainda existentes em algumas cidades.

Os espaços urbanos adquirem papel diferenciado em sua utilização. Ações de planejamento em relação à instalação de espaços de lazer para a população, além de melhorar a qualidade de vida da comunidade, têm atraído também a turistas. Esta inserção do turismo na vida cotidiana da população gera conseqüências positivas na paisagem urbana, pois determina decisões de planejamento inclinadas a produzir espaços públicos de lazer para os munícipes, e que potencializam a atividade turística.

Desta forma, a relação entre planejamento urbano, lazer e turismo, define novas culturas e comportamentos, além de proporcionar um novo ordenamento na produção do espaço para que a vida cotidiana possa ser mais bem sociabilizada.

Para ordenar o desenvolvimento do trabalho, objetivou-se o estudo do planejamento em Curitiba, destacando o posicionamento da prefeitura diante da implantação de espaços públicos para o lazer da população, concentrando a pesquisa

no Bairro Uberaba para aprofundar o conhecimento quanto aos espaços públicos para o lazer desta comunidade.

A composição do trabalho determinou como objetivos específicos:

- sintetizar os conceitos sobre o planejamento urbano, lazer e turismo,
- investigar o planejamento urbano de Curitiba,
- relacionar os espaços públicos de lazer à potencialidade de atrair turistas,
- diagnosticar a existência de espaços públicos de lazer para a comunidade do bairro Uberaba,
- verificar as ações de planejamento relativas à criação de espaços de lazer para a população do bairro Uberaba,
- Identificar a opinião da população sobre a importância da existência de espaços de lazer neste bairro;

As hipóteses inicialmente apresentadas foram comprovadas, pois verificou-se que as ações de planejamento no Bairro Uberaba, não consideram as ações do planejamento do lazer e do turismo; que a população não possui espaços adequados para desenvolver atividades de lazer no bairro Uberaba; e que o Bairro Uberaba possui potencial para o turismo desde que a produção de espaços direcionados para o lazer e visitação turística seja implantada.

Neste contexto, a pesquisa inicial pôde verificar que o bairro Uberaba possui problemas diante do planejamento urbano, constatado principalmente na Área de Proteção Ambiental do Iguaçu, e que estas ações de planejamento veiculadas pelo setor público não foram suficientes para conter ocupações irregulares. Deste modo, aquela área que poderia estar sendo planejada como espaço público para o lazer, atualmente possui graves problemas de ordem social e ambiental devido à falta de intervenção dos gestores urbanos.

Diante deste cenário, a metodologia desenvolveu-se através de estudo bibliográfico, bem como a pesquisa exploratória, e, posteriormente, por meio da aplicação de questionário junto à população do Uberaba, obtendo deste modo opiniões para embasar as afirmações empiricamente levantadas.

O estudo bibliográfico consistiu no levantamento de publicações, documentos e mapas para compor o trabalho.

A pesquisa exploratória objetivou identificar órgãos públicos responsáveis por administrar o planejamento da cidade, e relacionar as ações à região delimitada.

A aplicação de questionário com perguntas fechadas se deu junto à população do bairro para identificar a necessidade de espaços públicos para o lazer.

Para melhor esclarecer o leitor, este trabalho foi dividido em três partes.

A primeira parte abordou o Planejamento Urbano no sentido de embasar teoricamente o planejamento urbano e desenvolvimento, o planejamento territorial e a organização do espaço urbano, e o espaço urbano para o lazer e o turismo.

A segunda parte detalhou sobre o Planejamento Urbano de Curitiba, o Lazer e o Turismo, sendo que sua divisão se deu com os temas, Planejamento Urbano em Curitiba, Os espaços públicos com áreas verdes em Curitiba, e o Turismo em Curitiba.

A terceira parte delimitou o estudo do Bairro Uberaba com o título principal denominado, Planejamento Urbano: O foco no Bairro Uberaba, onde foram abordadas as origens históricas e posteriormente as características do bairro para garantir que as informações coletadas pudessem contribuir para o conhecimento sobre a realidade desta região. Os espaços públicos para o lazer no bairro Uberaba, e finalmente o estudo da área de Proteção Ambiental do Iguaçu subsidiaram informações para aplicação de questionário, pois se considerou imprescindível conhecer a opinião da população sobre os espaços públicos para o lazer existentes no bairro.

A finalização deste estudo concentrou informações sobre a Área de Proteção Ambiental do Iguaçu, e a constatação da realidade quanto às ocupações irregulares ali existentes. Considerou-se, a partir deste estudo, que a criação de espaço público para o lazer nesta área pode atender aos anseios da população curitibana, e ainda contribuir para o desenvolvimento saudável da cidade de Curitiba.

Sem a pretensão de esgotar o assunto, intencionou-se contribuir para o melhor conhecimento sobre o bairro Uberaba, e desta forma cooperar para que novas ações de planejamento privilegiem os espaços ociosos existentes, e que podem ser utilizados para o lazer urbano.

2. PLANEJAMENTO URBANO: BASES TEÓRICAS

2.1 PLANEJAMENTO URBANO E DESENVOLVIMENTO

Os estudos que tratam do planejamento urbano devem antes se reportar a palavra *Cité* - cidade, pois as acomodações e aglomerações de pessoas para comércio, moradia e trocas de convenções sociais, são relatadas desde o século XIV. A cidade mercantil surgiu devido às trocas comerciais, que transformaram a função urbana em novas formas urbanísticas e, conseqüentemente, a estrutura do espaço urbano e seu desenvolvimento.

Lefebvre (1999, p. 20) traça um eixo que vai de 0 a 100%, onde zero é a ausência de urbanização, ou seja, a natureza pura, até 100% culminação do processo significando o urbano. Este autor ainda explica que “esse eixo é ao mesmo tempo espacial e temporal: espacial, porque o processo se estende no espaço que ele modifica; temporal, uma vez que se desenvolve no tempo, aspecto de início menor, depois predominante da prática e da história”.

O urbano a que se refere, trata das sociedades urbanas organizadas e situadas em determinado espaço, com relações entre si, e com o outro, e desta forma necessita de estudos, ou seja: “O conhecimento teórico pode e deve mostrar o terreno e a base sobre os quais ele se funda: uma prática social em marcha, a *prática urbana* em via de constituição, apesar dos obstáculos que a ela se opõem”.(LEFEBVRE, 1999, p.28)

O crescimento das cidades devido à concentração humana proporcionou condições para o início das pesquisas sistemáticas sobre a organização, ocupação e desenvolvimento do espaço urbano. Condições que proporcionaram a denominação de Urbanismo por volta de 1910 na França, o que etimologicamente quer dizer, ciência do planejamento das cidades.

O entendimento da palavra Urbanismo e seu significado podem ser expressos através da citação de Bardet (1990, p. 27):

O urbanismo é antes de tudo uma ciência que se dedica ao conhecimento das coisas, que estuda metodicamente os fatos, que pesquisa as causas primeiras e depois, após rigoroso trabalho de análise, tenta em sínteses sucessivas determinar, quando não leis, ao menos princípios diretores. Sobre essa base pode erigir uma arte aplicada

que passe à ação, a criação de novas sínteses, materializando através de um jogo entre vazios e cheios, os volumes em que se abrigam os grupos sociais; mas a aplicação dessa arte após análise científica necessita de uma dupla escolha: de componentes urbanos para cuidar, modificar, criar, e das aplicações possíveis – implicando essa dupla escolha determinação dos valores humanos; ela é, por essência, uma Filosofia.

O urbanismo, por sua vez, remete ao planejamento urbano. Este é composto de fases para o estabelecimento de um projeto organizado por meio de investigações e análises da avaliação crítica das necessidades e das atividades; a síntese ou composição do plano diretor propriamente dita; os programas de aplicação e a ordem de urgência; a aplicação educativa e as colocações do plano.

Estas fases permitem o desenvolvimento de ações nos territórios urbanos e, ainda segundo o autor, citado anteriormente, “o *planning* deve se realizar no nível da comunidade, da região ou da nação”.(BARDET, 1990, p. 54)

Os estudos estabelecidos no território urbano para a organização espacial, social e ambiental das populações que ali se encontram, devem ser realizados a partir da necessidade de organização deste espaço dinâmico e em constante transformação. Para tanto, vários autores desenvolveram conceitos e métodos para sistematizar este conhecimento.

A composição desta sistematização é referida através da utilização contínua da palavra planejamento, dividido em suas etapas distintas, e fundamentado sempre no levantamento de dados do objeto de estudo, na realidade constatada, e em projeções futuras, a partir de cenários desejáveis, para atender as expectativas das populações envolvidas, e concretizar o desenvolvimento urbano.

A convivência em sociedade ilustrou o desenvolvimento de teorias de planejamento para a organização das cidades com o objetivo de proporcionar melhoria das condições de vida das populações urbanas que ocupavam o território, e marcou definitivamente a visão do estudo sistemático a respeito do espaço urbano.

O estudo sistemático considerado de forma integrada em uma cidade deve preconizar satisfazer as necessidades do homem, sem causar danos aos demais componentes deste espaço. Compõem esse estudo sistemático, a proteção de algumas áreas com características próprias, sob o ponto de vista ambiental e cultural. Estes são os recursos existentes no meio urbano, naturais ou colocados pelo homem, os quais,

pela grande importância dentro do meio devem ser preservados ou ocupados ordenadamente.

Dentre vários é relevante destacar, as coleções superficiais de água e respectivas áreas de inundação, as áreas alagadas, os locais com vegetação intensa, e os locais de valor histórico-cultural, que em um estudo mais aprofundado sobre a cidade e o urbano devem ser levados em consideração para que o equilíbrio não seja comprometido. Desta forma, a qualidade visual preservada, beneficia o homem e permite o início das atitudes vinculadas ao desenvolvimento sustentável.

“Segundo o Relatório Brundtland, publicado em 1987, o desenvolvimento sustentável (ou durável) é aquele que deve atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às delas”. (SILVEIRA, 1998, p. 46)

O entendimento do ecossistema das cidades condicionado às necessidades sociais e ambientais, envoltas às questões da sustentabilidade, estruturam o meio urbano através do planejamento, determinando assim, que as práticas de desenvolvimento permeiem a organização do espaço urbano em respeito à sociedade e ao meio natural em que a mesma está inserida. De acordo com Bardet (1999, p. 10):

a cidade não é um agrupamento de ruas e casas, essas apenas são carapaças, as conchas, de uma sociedade de pessoas. Uma cidade é uma obra de arte para a qual cooperam gerações de habitantes, acomodando-se mais, ou menos, àquilo que existia antes delas. Justamente porque está em perpétua transformação, sob o efeito da sucessão infinitamente cambiante dos seres que a habitam, a fazem e a refazem, a cidade não se sujeita de maneira alguma a seu plano, a um esquema gráfico, nem mesmo ao conjunto dos vazios e cheios arquiteturais que a definem. Esse plano, esses vazios e cheios, não passam de manifestações exteriores da existência de um ser coletivo no qual a vida é estremecida pela substituição das gerações umas pelas outras. O que importa antes de tudo é o conhecimento desse ser coletivo.

Dentre várias definições para planejamento pode-se citar a Carta dos Andes de 1958, segundo a qual “... em um sentido amplo, planejamento é o método de aplicação, contínuo e permanente, destinado a resolver, racionalmente, os problemas que afetam uma sociedade situada em determinado espaço, em determinada época, através de uma previsão ordenada capaz de antecipar suas ulteriores conseqüências”. (BIRKHOLZ, 1980, p. 8)

Ou ainda, segundo Beni (1998, p. 108): “o planejamento do ponto de vista governamental consiste, no seu sentido mais lato, em um processo que estabelece objetivos, define linhas de ação e planos detalhados para atingi-los, e determina os recursos necessários à sua consecução”.

O planejamento urbano permite o crescimento orientado das cidades e do desenvolvimento de várias atividades que possam garantir estabilidade econômica, social e ambiental.

Através da identificação de objetivos e o cumprimento de metas pré-estabelecidas, de acordo com Molina (1997, p. 37):

Planificar, em su significado más amplo, implica la identificación de un conjunto de variables con el objeto de adoptar un curso de acción que, basado en análisis científicos, permita alcanzar un estado de situación predeterminada.

Planejar, em seu significado mais amplo, implica na identificação de um conjunto de variáveis com o objetivo de adotar um curso de ação que, baseado em análises científicas, permite alcançar um estado de situação pré-determinada.

Assim, o planejamento urbano consiste no estabelecimento de uma ordem de ação que conduz a uma situação desejada, através do esforço constante, coerente, ordenado e sistemático que conduz e assegura por meio do processo racional e metodológico, a organização do espaço urbano.

Deve-se atentar para o fato de que o planejamento pode ser operacionalizado em ambientes naturais, rurais e urbanos, e que para cada território, o método deverá ser adaptado para o alcance de objetivos estabelecidos. Pode-se considerar esta fase teórica como primordial a todos os ambientes a serem modificados e caberá ao planejador e equipe institucional, traçar as características próprias da localidade para garantir os resultados adequados àquele espaço físico habitado.

O planejamento é definido por entidades institucionais, designando-se um(ns) planejador(es). O(s) planejador(es) deverá ser visto como o conjunto de instituições de caráter técnico, consultivo, administrativo e político ao qual cabe tarefas como a elaboração do(s) modelo(s) do plano; o tratamento da informação; a coordenação de várias etapas, e, finalmente, a apreciação, a revisão e a aprovação ou reprovação dos resultados do processo. (BISSOLI, 2001, p. 25)

O estudo do planejamento deve delimitar ainda de acordo com Bissoli (2001, p. 26-27), a análise das variáveis “tempo, espaço e âmbito de interesse”, para que o planejador possa determinar o espaço a ser planejado, as ações e os prazos para

alcançar os objetivos traçados.

QUADRO1- ANÁLISE DE VARIÁVEIS DO PLANEJAMENTO

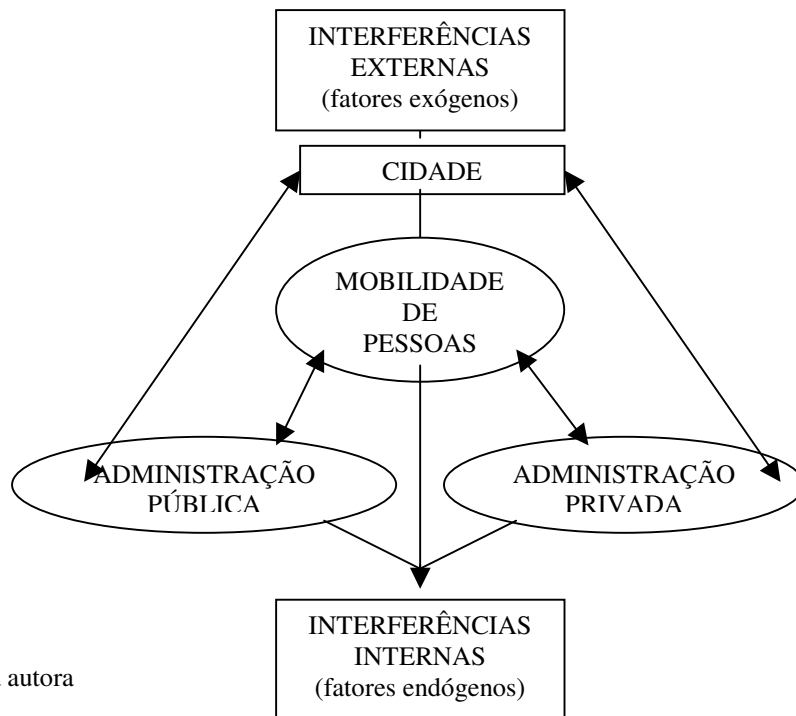
TEMPO	ESPAÇO	ÂMBITO DE INTERESSE
CONJUNTURAL (menos de um ano)	INTERNACIONAL	GLOBAL/ MACROECONÔMICO (envolve todos os setores da economia) SETORIAL/ MICROECONÔMICO (envolve um subsetor específico)
CURTO PRAZO (de um a três anos)	NACIONAL	
MÉDIO PRAZO (de três a seis anos)	ESTADUAL	
LONGO PRAZO (mais de dez anos)	REGIONAL	
	LOCAL/MUNICIPAL	
	SETORIAL REGIÕES METROPOLITANAS	

Fonte: Adap. BISSOLI, 2001

As técnicas de planejamento devem prever, portanto o recorte temporal, espacial e por âmbito de interesse da região a ser planejada, de modo a facilitar a aplicação de recursos humanos e financeiros. Esta organização se faz fundamentalmente para atender aos objetivos do planejamento, este diretamente relacionado com o compromisso de desenvolver a cidade para seus habitantes.

A cidade, por sua dinâmica, está em constante transformação, o que demonstra que o planejamento deverá ser um ciclo onde, a mobilidade das pessoas, dos gestores públicos, das condições sociais e econômicas, podem ser considerados agentes externos que interferem em decisões previamente tomadas, e que convergem para constantes atualizações, reversões, e novas metas e estratégias para o alcance da trajetória traçada, que por condições adversas devem ser reavaliadas. A FIGURA 01 na página 9 demonstra as inter-relações existentes na cidade a partir das várias esferas de decisões. No centro, as pessoas e a cidade dentro do conceito das modificações constantes a que são imersos. Interagindo com a cidade e seus cidadãos, estão as administrações públicas e privadas, responsáveis pelo movimento organizacional, administrativo e econômico das cidades. As interferências externas e internas são consequência da constante movimentação de conceitos de vida por parte das populações, e ainda as influências sofridas diante das mudanças provocadas pela globalização.

FIGURA 01-MOBILIDADE DAS PESSOAS



Fonte: a autora

Concorda-se com Perloff (1973, p. 10), quando o mesmo sugere que o meio urbano é um sistema aberto, e que por ser inter-relacionado e formado por elementos naturais e produzidos pelo homem, em distintas combinações, está condicionado a processos de retroalimentação, sendo influenciado por fatores endógenos e exógenos.

A partir da definição das variantes a que o espaço está sujeito, inicia-se a fase de estudo do método a ser utilizado.

Ferrari (1979) destaca que o planejamento é um método (não é um fim em si mesmo e sim um meio para atingir um fim) e um processo, não sendo plano definitivo, e que exige revisão, atualização e realimentação.

Este conceito pode ser reiterado por Ignarra (1999, p. 69) quando este afirma que “o planejamento é um sistema circular em que as etapas vão se relacionando de forma dialética e dinâmica”.

Desta forma pode-se considerar que as fases descritas a seguir fazem parte de um ciclo interdependente, e inter-relacionado para que o planejamento possa ser concretizado.

Fase 1 - Diagnóstico – compreende a análise e a avaliação da situação histórica e presente do objeto que se deva planejar.

Fase 2 - Prognóstico – Consiste na construção de cenários futuros possíveis e a projeção da situação presente do futuro.

Fase 3 - Planos – São documentos que reúnem as orientações fundamentais que surgem do processo de planificação. No plano se integra a filosofia do crescimento ou do desenvolvimento de um país, região ou setor.

Fase 4 - Objetivos – São os fins, os propósitos ou a situação a que se deseja chegar.

Fase 5 - Metas – São os valores quantitativos dos objetivos.

Fase 6 - Estratégias – É o conjunto de linhas que assinalam a forma em que se pretende alcançar os objetivos.

Fase 7 - Programas – São documentos em que se detalha ou especifica a informação contida nos planos.

Fase 8 - Pressupostos – São linhas de financiamento que garantem a execução dos programas.

Fase 9 - Projetos - Se constituem em unidades menores de planejamento. O processo se materializa ou se concretiza nos projetos.

Fase 10 - Avaliação – Consiste na mediação constante das vantagens e desvantagens das atividades implícitas no processo e dos resultados que ele mesmo lança sobre o objeto que se planifica. É uma fase que está presente de forma permanente nas outras fases do processo. MOLINA (1990, p. 43-44)

Estas fases descritas acima foram determinadas pelo autor como forma de demonstrar que o planejamento deve ser executado de modo sistemático, e que a não preocupação com alguns destes itens podem comprometer significativamente a condução do desenvolvimento das cidades.

Descritas as fases para concretização do planejamento, pode-se reiterar que as organizações adotam ainda o planejamento estratégico como técnica administrativa para analisar o ambiente, criar oportunidades e desta maneira cumprir a missão de desenvolver e transformar o ambiente.

De acordo com Fischmann (1991, p. 25)

O Planejamento Estratégico é uma técnica administrativa que, através de análise do ambiente de uma organização, cria a consciência das suas oportunidades e ameaças dos seus pontos fortes e fracos para o cumprimento de sua missão¹ e, através desta consciência, estabelece o propósito de direção que a organização deverá seguir para aproveitar as oportunidades e evitar riscos.

O planejamento estratégico estabelece eixos, bases, diretrizes para o desenvolvimento e construção do futuro das cidades, e possui como principal objetivo “conseguir a transposição da visão individual de cidadãos conscientes e envolvidos para um horizonte mais amplo, dentro de uma moldura global”. (LOPES, 1998, p. 91).

Percebe-se que a partir do método de planejamento estratégico, gestores podem

planejar e definir possibilidades concretas de atuação conjunta dos atores sociais, e ainda podem evitar possíveis ocupações irregulares, bem como a migração de populações atraídas por esta organização urbana uma vez que esta, promove as cidades em suas características positivas de desenvolvimento, mas não prevêm recebimento de pessoas sem capacitação, e que, por conseguinte ocuparão áreas a princípio sem condições de moradia.

Segundo Lopes (1998, p.14), ‘para cumprir sua função, para garantir a qualidade de vida de seus habitantes, as cidades precisam tomar consciência de si mesmas, observar-se como seres vivos e tratar de coordenar esforços para alcançar objetivos comuns a todos os seus habitantes e agentes econômicos e sociais. Precisam dotar-se de objetivos alcançáveis, a partir das vontades e intenções de seus agentes’.

Os gestores das cidades utilizam o planejamento para maximizar a qualidade de serviços, implantar a infra-estrutura necessária e melhorar a paisagem urbana para garantir a visão externa de cidade empreendedora e moderna.

As estratégias de planejamento funcionam também no sentido de divulgar a cidade como produto de consumo para o lazer, descanso, saúde e trabalho aos seus cidadãos e ainda como forma de atrair também um novo consumidor, o consumidor turístico.

De acordo com Silveira (2004, p. 1), ‘O turismo vem assumindo uma posição de destaque no contexto do atual processo de internacionalização da economia designado de globalização sendo considerado um setor estratégico para países e regiões buscar o seu desenvolvimento econômico, e uma atividade que apresenta grande potencial de expansão em escala mundial’.

A expressão globalização designa, em primeiro lugar, uma forma muito complexa e avançada da internacionalização do capital, com um significado grau de interação funcional entre inúmeras atividades dispersas, e onde a produção, a distribuição e o consumo de bens e serviços são organizados com base em estratégias globais objetivando o atendimento de um mercado mundial. (SOUZA, 1996, p. 74)

Estas influências procedem devido a uma nova configuração espacial sujeita segundo Lopes (1998, p. 90), por ‘fluxos étnicos, gerados por homens de negócios, trabalhadores temporários, turistas, imigrantes, refugiados e outros’. Estes fluxos geram transformações que influenciam e modificam o espaço urbano.

¹ Missão – são valores definidos dos objetivos a serem alcançados ao longo do tempo.

Cabe aos gestores e a sociedade como um todo, intervir e acompanhar este desenvolvimento para que não sejam gerados espaços excludentes, bem como populações à margem do modelo escolhido para induzir o crescimento das cidades.

O planejamento lida com a qualidade do meio ambiente urbano e, portanto, os gestores devem possuir o compromisso público para melhoria das condições de vida nestes espaços.

As cidades, e as pessoas estão cada vez mais, beneficiando-se das oportunidades e do desenvolvimento, ao mesmo tempo em que se tornam as receptoras dos inúmeros problemas que são por ela criados. As dualidades, as exclusões e inclusões, a riqueza e a pobreza, a cultura e a ignorância, a organização e a anomalia, a participação e a irrelevância, a segurança e a violência, e muitos outros são hoje problemas característicos da sociedade urbana. (LOPES, 1998, p. 18)

Percebe-se deste modo que, cidades que estavam galgadas nos modelos de planejamento beneficiando as vertentes do desenvolvimento econômico, possuem atualmente os problemas advindos com o crescimento populacional e desordenado, causados pela má qualidade ou inexistência de áreas preparadas para a habitação, lazer ou trabalho, provocando agressões ao ambiente natural, por estarem instaladas sem as mínimas condições de saneamento, iluminação, comunicação, entre outras, o que compromete a qualidade de vida causando o agravamento dos problemas que afetam os gestores urbanos e a cidade como um todo.

A vinda de pessoas sem ocupação definida e muitas vezes sem qualificação, provocou o crescimento das cidades e transferiu aos grandes centros a responsabilidade em gerar empregos, e resolver problemas imediatos não concebidos anteriormente nos planos de desenvolvimento urbano. Percebe-se neste caso a influência causada por problemas exógenos (falta de empregos na área rural, alto custo de vida em outros centros, seca), e que provocam transtornos endógenos tanto à população já residente como aos órgãos públicos (alterações no plano antes do prazo estabelecido), já que o crescimento populacional sempre é superior a oferta de trabalho.

As previsões globais devem, portanto, fazer parte de estudos preliminares quando da modificação do plano das cidades e regiões, onde novas formas de desenvolvimento possam ser testadas preventivamente à ocupação, minimizando o desequilíbrio ambiental das cidades.

Os problemas urbanos possuem seu caráter ambiental determinado pelo modelo de desenvolvimento² dominante, que pode causar desequilíbrios à população por possuir características de desagregação e descontrole causando prejuízos de diversas ordens, como afirma Silveira (1998, p. 45)

A situação de pobreza em que se encontra a maior parte da população mundial revela que o estilo de desenvolvimento atual é também insustentável do ponto de vista social (falta acesso à educação, à saúde e a água tratada) e humano (fome, desnutrição). Daí o reconhecimento da indissociabilidade entre meio ambiente e desenvolvimento, entre preservação da natureza e melhoria das condições de vida das sociedades que vivem na pobreza.

A partir destas considerações percebe-se que o equilíbrio sócio-ambiental e o desenvolvimento das cidades somente serão alcançados quando ações de planejamento se mostrarem eficientes no atendimento global de sua população e não apenas que este desenvolvimento seja resumido e “expresso através do crescimento econômico (por exemplo, o crescimento do Produto Interno Bruto - PIB) e da modernização tecnológica”. (SOUZA, 1996, p. 6).

A supersimplificação era típica das chamadas teorias da modernização e do crescimento, que tiveram seu apogeu na década de 1960, e onde os efeitos sociais positivos do desenvolvimento econômico eram vistos como “consequências naturais” dos processos de crescimento e de modernização, quase uma mera questão de tempo portanto, sem admitir a necessidade de implantação de políticas de distribuição da riqueza e de combate à pobreza. (SOUZA, 1996, p. 7)

A postura de desenvolver novas técnicas de planejamento que incluam o desenvolvimento econômico e o conjunto de variantes a que o ambiente urbano está submetido se dá a partir do agrupamento de problemas freqüentes, que segundo Cintra (1978, p. 58) podem ser diagnosticados como mostra o QUADRO 2 sobre o agrupamento de problemas e diagnóstico para o início de ações estratégicas que poderão resultar em uma nova configuração espacial.

QUADRO 2– AGRUPAMENTO DE PROBLEMAS E DIAGNÓSTICO

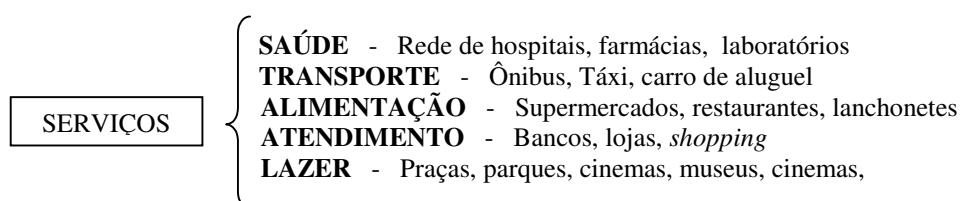
² A palavra desenvolvimento possui duas vertentes quando empregada no caso de país ou região. Segundo SOUZA (1996, p. 67) “o desenvolvimento pode possuir característica econômica no modelo (modernização tecnológica + crescimento do PIB). Ou ainda possuir característica social, reformas estruturais serão saudadas com o objetivo de redistribuir a renda e garantir a satisfação das necessidades básicas da maioria da população. Com isso pode-se, caso se obtenha um razoável sucesso na espinhosíssima tarefa de conciliar o desenvolvimento econômico capitalista com o desenvolvimento social e a proteção ambiental”.

PROBLEMA	DIAGNÓSTICO
Concentração excessiva de atividades e população em algumas áreas	Deseconomias de aglomeração e deterioração da qualidade de vida
Estagnação do desenvolvimento industrial	Declínio econômico de regiões
Má utilização de recursos naturais existentes	Mal ou indevido uso e aproveitamento da dotação de recursos naturais

Adap. LOPES, 1998, p. 20

A partir da visualização dos problemas emergenciais e futuros, do seu agrupamento e diagnóstico, as ações governamentais poderão ser investidas na implantação de rede de zoneamento para execução de vários setores produtivos, de malha rodoviária, rede de saneamento e eletricidade, e que permitirá a fixação de pessoas, e a ocupação racional dos espaços urbanos. Nesta primeira fase de desenvolvimento, o planejamento estratégico e contínuo, poderá melhorar a qualidade de vida, minimizando os impactos e as discrepâncias para a ocupação racional do espaço urbano, proporcionando desenvolvimento econômico, social e ambiental baseados no planejamento estratégico, e que estruturado adequadamente conduzirá a geração de novos serviços e fontes de trabalho que podem dividir-se nos vários setores relacionados com o terceiro setor, como mostra a FIGURA 2.

FIGURA 2 – GERAÇÃO DE SERVIÇOS NAS CIDADES



FONTE: RIBEIRO, R. M., 2005

A organização dos setores produtivos aliados ao desenvolvimento social permite que novas oportunidades de serviços possam ser estruturadas, surgindo em algumas cidades desenvolvimento da atividade turística num processo de utilizar as infra-estruturas existentes para atrair um público diversificado e que potencialmente gera economia positiva à cidade receptora.

Diante desta perspectiva, os gestores urbanos iniciaram um novo processo de planejamento, considerando o turismo como uma nova fonte de investimentos para a

geração de novas frentes de trabalho.

Reconhecer o planejamento voltado também para o turismo mostrou que os gestores possuíam uma visão economicista da atividade. No entanto, para que esta se desenvolva e se consolide, aliar o desenvolvimento social é primordial para que turistas possam vir às cidades com segurança para consumir bens e serviços de acordo com suas necessidades e anseios.

O Presidente H. Muhammad Soeharto da República da Indonésia descreveu a importância econômica e social do turismo através da frase:

O turismo é a ferramenta perfeita para construir uma sociedade justa e próspera, porque ela não apenas pode criar empregos necessários para absorver os recursos humanos abundantes, mas também pode estimular um novo orgulho em relação à cultura e à espiritualidade indonésias.(GOELDNER, 2002, p.38)

Aliar o desenvolvimento econômico e social é, portanto, tarefa de gestores públicos e administradores privados, que em conjunto poderão transformar o espaço urbano para atender a população local e ainda receber visitantes.

Neste aspecto, o estudo do planejamento territorial desenvolver-se-á de forma ordenada de modo racional e eficiente, envolvendo os atores sociais com suas necessidades, responsabilidades e interesses, pois a organização das cidades se faz através do planejamento estratégico que prevê o pensar, o construir o futuro da cidade e de sua população, sendo que a utilização do espaço urbano para o turismo poderá agregar valor a este espaço urbano, se ordenadas em conjunto ao planejamento estratégico, físico e territorial das cidades.

2.2 PLANEJAMENTO TERRITORIAL E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

O planejamento territorial possui como diretriz, nivelar as regiões e organizar o espaço urbano. Desta forma, o crescimento das cidades se procederá de maneira ordenada, qualitativa e durável, uma vez que o objetivo geral dos planos é a definição do uso do solo, e sua correta utilização se dará de modo sustentável quando as ações contidas neste documento estiverem relacionadas aos elementos orientadores de evolução comum a todos os que vivem neste dinâmico território, independente de sua posição social, ou grau de influência diante dos organismos públicos ou privados.

Os gestores públicos possuem a responsabilidade de organizar as cidades através de legislação pertinente que permita e ordene inserções no meio urbano para atender à população envolvida. Estes mecanismos legais se procedem geralmente através de decisões políticas que envolvem o território físico em questão.

Num sentido mais restrito, o território é um nome *político* para o espaço de um país. Em outras palavras, a existência de um país supõe um território. Mas a existência de uma nação nem sempre é acompanhada da posse de um território e nem sempre supõe a existência de um Estado. Pode-se falar, portanto, de territorialidade sem Estado, mas é praticamente impossível nos referirmos a um estado sem território. (SANTOS e SILVEIRA, 2002, p. 19)

Neste conceito o território está atrelado à questão política, de conquista, onde as condições para a existência de uma nação prescindam da questão territorial, mas que a organização social, religiosa ou cultural ocupem seu território não vinculado à questão política para sua ingerência.

Santos e Silveira (2002, p. 21) ainda se referem ao território através do planejamento e da construção de formas de uso, que modificam o espaço, a partir da intervenção direta do homem sobre o meio físico modificando sua estrutura e integrando este meio a ocupação do território.

O uso do território pode ser definido pela implantação de infra-estruturas..., mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade. São os movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, a legislação, e a conquista da cidadania que configuram as funções do espaço geográfico.

Quanto às diferenças no território Santos e Silveira (2002, p. 225) relatam:

O território é revelador de diferenças. Às vezes agudas, de condições de vida da população. Analisamos esse aspecto da realidade por meio do consumo de energia elétrica, dos equipamentos domésticos, do equipamento telefônico, da motorização etc. O consumo educacional e dos recursos de saúde também são examinados, juntamente com a frequência em viagens, turismo e lazer.

O território é, além do espaço geográfico por si só, um espaço de vivência humana, e para que seja ocupado de forma racional, necessita de estudos para compreensão das influências que as várias atividades realizadas, exemplificando o lazer, podem trazer para os ocupantes deste espaço, sempre relacionando a atividade em questão às outras atividades, pois estas estão intimamente interligadas, sendo impossível sua análise puramente isolada das demais.

A partir desse ponto de vista, quando quisermos definir qualquer pedaço de território, deveremos levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é o trabalho e a política. Dessa maneira encontramos com o território vivo, vivendo. Nele, devemos considerar os fixos, isto é, o que é imóvel, e os fluxos, isto é o que é móvel. Os fixos são, geralmente, constituintes da ordem pública ou social, enquanto os fluxos são formados por elementos públicos e privados, em proporções que variam segundo os países, na medida em que estes são mais ou menos às teses privatistas. (SANTOS e SILVEIRA, 2002, p.247)

A atividade turística ocupa por vezes espaços urbanos, pois se inter-relaciona com a dinâmica dos lugares onde se estabelece. Se relacionarmos território ao turismo, podemos encontrar a apropriação de um sobre o outro e as influências que esta atividade econômica gera.

Knafou (1997, p. 72) propõe três tipos de relação entre turismo e território;

- **a existência de território sem turismo**, pois o turismo só existe a partir do turista, e este só poderá visitar, conhecer e interagir com o território caso tenha condições de acesso, hospedagem, alimentação, e que ainda, seja motivado por atrativos naturais ou culturais que façam com que haja essa movimentação.

Pode ainda existir **o turismo sem território**, que são lugares de passagem, sem identidade suficiente para atrair correntes, cujo objetivo é conhecer o território, e fazer deste, uma imagem duradoura e marcante. E ainda podem existir **territórios turísticos**, isto é, territórios inventados e produzidos pelos turistas, mais ou menos retomados pelos operadores turísticos e pelos planejadores. Estas várias formas de

utilização do espaço podem causar impactos na concepção do planejamento, “já que não é somente os espaços que se planeja, mas toda a sociedade”. (KNAFOU, 1997, p. 73)

As cidades, então, possuem seus territórios delimitados por legislações e demarcações geográficas, e para organizá-las no sentido de melhor atender sua população, são planejadas territorialmente de acordo com Planos Diretores que determinam de que maneira será conduzido o desenvolvimento daquele espaço geográfico.

“O Plano Diretor pode ser definido como um plano de ordenamento urbano como objetivo de determinar os usos do solo e os sistemas de integração e comunicação, partindo de normas definidas em um arcabouço legal, geradas por uma visão integral de construção da cidade desejada”.(LOPES, 1998, p. 95)

Ainda segundo Lopes (1998, p. 96), não se pode confundir Plano Diretor com Planejamento Estratégico de Cidades, pois possuem uma visão diversa quanto aos objetivos, formas de elaboração e implantação, horizontes de médio e longo prazo, visão local e global do ambiente urbano.

A seguir o quadro comparativo, que demonstra as diferenças entre o Plano Diretor e o Planejamento Estratégico de Cidades.

QUADRO 3 – COMPARATIVO ENTRE PLANO ESTRATÉGICO E PLANO DIRETOR

PLANO ESTRATÉGICO	PLANO DIRETOR
Plano integral com alguns objetivos de uso do solo.	Ordenação do espaço urbano.
Prioriza projetos, mas não os localiza necessariamente no espaço.	Determina os usos do solo no seu conjunto e localiza com precisão os sistemas gerais e as grandes atuações públicas.
Baseado no consenso e na participação em todas as suas fases.	Responsabilidade da administração pública e participação “a posteriori”.
Utilização de análises qualitativas e de fatores críticos.	Utilização de estudos territoriais e de meios físicos.
Plano de compromissos e acordos entre agentes para a ação imediata ou de curto prazo.	Plano normativo para regulamentar a ação privada futura possível.
É um plano de ação.	É um plano para regulamentar a ação.

FONTE: LOPES (1998, p. 96)

O Plano Diretor e as leis de zoneamento³ estabelecem ocupação de solos para

³ Zoneamento é a divisão do território do Município em zonas e setores e estabelece critérios e parâmetros de uso e ocupação do solo, com o objetivo de orientar e ordenar o crescimento da cidade. (LIMA, 2000, p. 119)

todas as atividades, entretanto há, os espaços onde acontecem as gestões da ilegalidade, geralmente em áreas de córrego ou de preservação, e que depois de instaladas, demonstram uma irracionalidade urbanística, de um lado, a cidade regularizada, e de outro o acúmulo de problemas sociais advindos com a população de baixa renda.

“Um plano diretor não pode contentar-se em ser apenas uma disciplina do crescimento físico ou da dotação de serviços, mas deve incluir uma clara preocupação com a dinâmica global da cidade, buscando orientá-la no interesse das maiorias”. (SANTOS, 1994, p.113 e 114)

A dinâmica do desenvolvimento das cidades, a partir do método de planificação, deverá prever além do crescimento econômico, o conjunto, onde, o demográfico, o ambiental, o social, o político e o cultural, terão sua parcela de contribuição para o crescimento ordenado dos espaços urbanos.

Sem o planejamento territorial, a condução do desenvolvimento das cidades estará comprometida, o que ocasionará descontrole na ocupação de novas áreas, ainda carentes de infra-estrutura, seja esta, comunicação, transportes, energia, saneamento, habitação, assistência médica e, ainda, centros sociais de lazer.

O planejamento urbano deve visar, assim à ordenação do espaço físico e à provisão dos elementos relativos às necessidades humanas, de modo a garantir um meio ambiente que proporcione uma qualidade de vida indispensável a seus habitantes atuais e futuros.(MOTA, 1999, p. 100)

No estudo de autores como LE COBUSIER (1984, p. 53), já se apontava a necessidade de habitação, trabalho, circulação e lazer - o corpo e o espírito como as funções da vida e a alegria de viver. Para este autor a cultura do corpo terá sua parte essencial no solo, e a utilização desse se dará em parques, zonas residenciais, jogos atléticos, de bola, marcha e corrida.

A ocupação do solo serve para fins diversos como: produzir e trocar para consumir (alimentar, vestir e divertir-se).

Os três objetos da ocupação do solo segundo LE COBUSIER (1984, p. 118) são: a terra, a indústria, e as trocas: e esta divisão e formas de ocupação coabitarão sem atrito nem antagonismo, cada um dos três contribuindo com suas energias e reagindo

suavemente aos outros dois. Desta forma, este autor demonstra que: “à 1ª exploração urbanística que nos conduzirá a descoberta das regras válidas de ocupação do solo - regras capazes de orientar os espíritos e de fornecer a direção justa para inúmeras decisões, pequenas e grandes, que cabem e caberão tomar a cada dia até aquele que finalmente, realidades técnicas inscritas nos planos, tiver feito realidades vivas”. (1984, p. 118)

Desta maneira, o autor demonstra que a organização da população sobre o território dependerá das ações de planejamento apresentadas por organizações competentes, e poderão incorrer diretamente na qualidade de vida desses.

“A mutação dos tempos atuais incide, pois, segundo nossa escala de medida (o homem, o bem do homem), sobre a revisão e a harmonização das condições de vida”. (LE COBUSIER, 1984, p.106)

A partir da necessidade cada vez maior de pessoas com idade ativa para o trabalho, as cidades passam a ocupar vastas superfícies, entremeadas de vazios.

Ocorre então nestas cidades a ‘interdependência do que podemos chamar de categorias espaciais relevantes desta época: tamanho urbano, modelo rodoviário, carência de infra-estruturas, especulação fundiária e imobiliária, problemas de transporte, extroversão e periferização da população, gerando, graças às dimensões da pobreza e seu componente geográfico, um modelo específico de centro-periferia”. (SANTOS, 1996 p. 95)

Partindo-se das condições favoráveis de certos territórios na cidade têm-se os processos de especulação imobiliária. Ações de planejamento, criação de grandes avenidas, parques para a população e centros comerciais de destaque na mídia transformam seletivamente os lugares, é assim que certos pontos se tornam mais acessíveis e certas artérias mais atrativas, e mais valorizadas. A moda também personaliza e valoriza lugares de residência. É desse modo que as diversas parcelas da cidade ganham ou perdem valor ao longo do tempo.

“O planejamento urbano acrescenta um elemento de organização ao mecanismo de mercado. O marketing urbano (das construções e dos terrenos) gera expectativas que influem nos preços” (SANTOS, 2002, p. 96). A estratégia de valorização e promoção da cidade é utilizada por governos locais para incrementar a economia local e objetivam criar uma imagem dinâmica e inovadora, agradável e atrativa, suscetível de atrair novos investimentos produtivos e aumentar o consumo urbano. É essa

imagem que tem sido utilizada para atrair novos consumidores e investidores em atividades relacionadas ao turismo e ao lazer. ‘O marketing é uma atividade estratégica orientada para atingir objetivos estabelecidos. Ele antecede as atividades de venda e propaganda, ao mesmo tempo em que é antecedido por elas, é o quadro geral do processo de chegada dos bens e serviços, do produtor ao usuário’.(GOELDNER, 2002, p. 403).

As imagens ambientais são o resultado de um processo bilateral de trocas entre o observador e seu ambiente. As cidades tornam-se por vezes *trademark*⁴s poderosos e difundidos na mídia especializada. (CASTROGIOVANNI, 2000, p. 12)

O crescimento da cidade estimulado através do *marketing* provoca a implantação diferencial de serviços, bem como de recursos aplicados em determinadas áreas, e poderá ocasionar o desenvolvimento desigual da cidade que, a princípio é regida por normas e planos compostos de propostas que deveriam permitir a organização democrática destes espaços.

A planificação territorial urbana, entretanto, é voltada para os aspectos da cidade, cujo tratamento agrava os problemas, em vez de resolvê-los, ainda que à primeira vista possa ficar a impressão de resultado positivo. Trata-se de planificação, sobretudo técnica, preocupada com aspectos singulares e não com a problemática global, planificação mais voltada para o chamado desenvolvimento econômico, quando o que se necessita é de um planejamento abordando a questão social e política que esteja de um lado preocupada com a distribuição dos recursos sociais, e de outro, consagre os instrumentos políticos de controle social, capazes de assegurar a cidadania plena.

De acordo com o conceito de GARCEZ (1992, p.10), o espaço urbano é aquele continuamente habitado por ‘um aglomerado humano, denso e permanente, que se ocupa, na sua maioria, de atividades não agrícolas, constituindo uma cultura heterogênea definida por suas funções e por seu gênero de vida’.

⁴ O autor se refere a *Trademarke* como sendo a imagem pública construída e consagrada, e por isso mesmo tornam-se produtos de consumo.

Cidades onde há uma concentração excessiva de atividades e população, o que gera, deseconomias de aglomeração, deterioração da qualidade de vida, mau uso dos recursos naturais, declínio econômico e social, necessitam do planejamento territorial e da organização do espaço urbano, estes devem ser determinados pelo Plano Diretor Urbano. O Plano Diretor Urbano é “um plano de ordenamento urbano, com o objetivo de determinar os usos do solo e os sistemas de integração e comunicação, partindo de normas definitivas em um arcabouço legal, gerada por uma visão integral de construção da cidade desejada”.(LOPES, 1998, p. 95)

No entanto, novos desafios são apresentados à cidade. Por um lado, as oportunidades de crescimento e formação de riquezas, associados às novas identidades culturais e sociais, e de outro, a desagregação social, as exclusões e a violência. Estes são os desafios aos gestores das cidades, onde o pensar do desenvolvimento físico deverá estar associado ao pensar o desenvolvimento humano das cidades.

O processo de urbanização, ao criar grandes espaços de estrutura urbana contínua, envolve também facetas de concentração e exclusão, cada vez maiores quanto maior o espaço urbano e a população das cidades. O centro de extensas áreas urbanas abriga uma grande concentração de poder e riqueza, que habilita agentes sociais a competirem e se integrarem dentro do espaço global. Esse mesmo centro abriga áreas de exclusão, cada vez mais irrelevantes, com populações despreparadas e desarticuladas do processo de formação de riqueza. A urbanização crescente gerou novos desafios para a sociedade, meio a conflitos e contradições de uma nova dualidade de espaços, tempos e condições de vida, que afetam uma população cada vez mais participante. (LOPES, 1998, p. 59)

A organização do espaço urbano é, portanto, além do estudo e aplicação de normas e ações como também o respeito às pessoas que coabitam aquele espaço. Esta simbiose dá nova forma à cidade, onde sua função real e as idéias e valores que as pessoas lhe atribuem constituem um fenômeno único, onde o contexto populacional, suas formas de ver, pensar ou sentir o território, passam a fazer parte das formas de planejar a cidade.

Neste sentido, o planejamento da cidade também preconiza a produção do espaço através da funcionalidade da mesma, refletindo posteriormente na paisagem da cidade, pois as pessoas circulam neste espaço, relacionam seu modo de vida à paisagem percebida no espaço a ser percorrido e vivenciado.

Milton Santos comenta que o conjunto formado pela paisagem (objetos naturais e objetos sociais), e a sociedade que a anima, é o espaço geográfico, e este “deve ser considerado como um conjunto indissolúvel de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e de outro, a vida que os anima, ou seja, a sociedade em movimento”. (SANTOS, 1996, p. 26)

Afirmar, portanto que, a produção do espaço, “é cada vez um dado social significa reconhecer que a sociedade tem ampliado, ao longo do tempo, sua capacidade de transformação do espaço, interferindo de modo cada vez mais determinante na produção das formas que o compõe e na definição de seus respectivos conteúdos”. (CRUZ, 1998, p. 32)

Um espaço produzido e adaptado às necessidades da sociedade é aquele em que sua função e forma estão adequadas uma a outra. Este conjunto pode ser alcançado através da reutilização de espaços antes ociosos atendendo desta maneira as expectativas da sociedade envolvida.

“Um local bem adaptado é aquele em que a função e a forma estão bem adequadas uma à outra. Esta situação pode ser alcançada através da adaptação de um local à atividade, ou vice-versa, e também através de uma adaptação mútua”. (LYNCH, 1997, p. 159)

Portanto, o planejamento dos espaços existentes na cidade devem ser prever a análise de espaço segundo Milton Santos (1996), que conceitua espaço sob os aspectos de: Forma, Estrutura, Processo e Função.

Forma – é o espaço visível de uma coisa, refere-se ao arranjo ordenado de objetivos – um padrão.

Estrutura – implica na inter-relação de todas as partes do todo ou modo organizado ou construção.

Processo – ação que se realiza continuamente, visando um resultado qualquer, implicando tempo e mudança.

Função – é uma tarefa ou atividade da forma, pessoa, instituição ou coisa.

A organização do espaço urbano depende, então, da análise destes conceitos, observando a inter-relação entre o homem e seu *habitat*, e sua interferência contínua no desenvolvimento deste meio.

Deste modo entende-se que o planejamento territorial é a forma para que os espaços urbanos possam estar organizados em sua infra-estrutura, condições de vida e acolhimento das comunidades neste local inseridas.

Dentre os vários modelos de planejamento urbano anteriormente abordados, a planificação do território para o lazer e turismo, tem se destacado nas cidades, pois estas funções transformam e organizam os espaços outrora não utilizados, ou pouco otimizados. A justificativa para o uso destes espaços para o turismo é a valorização dos patrimônios naturais, culturais e históricos. A comunidade local, por sua vez, recebe este novo método de planejamento de maneira positiva, e aprende valorizar sua história, costumes e tradições.

Neste sentido concorda-se com Bahl (2004, p. 46), no que diz respeito ao acompanhamento dos elementos baseados na forma, função, estrutura e processo para o estudo do turismo.

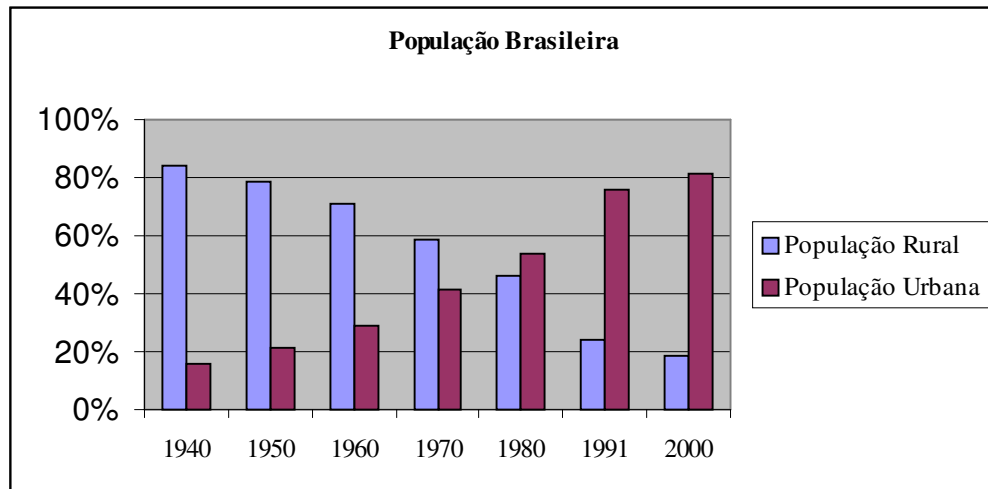
O turismo, como fenômeno, abrange repercussões espaciais de diversos níveis. O acompanhamento dos elementos baseados na forma, função, estrutura e processo exigirá procedimentos vinculados à inserção de diversos segmentos profissionais para a elaboração de um plano regional, à consulta e incentivo à participação de comunidade, das entidades profissionais e das iniciativas pública e privada das localidades.

O planejamento territorial contribui na aplicação de técnicas e ferramentas operativas que poderão ocasionar a gestão racional dos recursos, proporcionando a organização do espaço urbano, o desenvolvimento local, e a inserção de novas atividades na estrutura territorial, ambiental e social das cidades.

Destaca-se aqui, a modificação nos moldes dos setores de produção brasileira, antes essencialmente primária, e que se transformou nas últimas décadas por causa do desenvolvimento dos setores secundário e terciário concentrados nas grandes cidades, provocando o esvaziamento do campo, causando inchaço nas cidades, e a necessidade diante deste desafio de organizar o espaço urbano para estas populações.

No Brasil, em 1940, apenas 16% da população morava no espaço urbano, e 84% era representada por população rural. (MENEZES, 1996, p. 25). Nas décadas posteriores este número tem se alterado de forma expressiva ao observar-se o GRÁFICO 1:

GRÁFICO 1 – POPULAÇÃO BRASILEIRA E OCUPAÇÃO DO ESPAÇO URBANO



FONTE: ESTATUTO DA CIDADE, 2002.

MARTINE, 1992 In: MENEZES, 1996, p. 25

Desde então o Brasil demonstra crescimento em todos os setores produtivos e também em número populacional nos grandes centros, como pode ser visto através de dados estatísticos. Pois segundo o Estatuto das Cidades (2002, p. 23), ‘ho ano de 2000, 81,2% da população brasileira vivia em cidades. Essa transformação já imensa em números relativos torna-se ainda mais assombrosa se pensarmos nos números absolutos, que revelam também um crescimento populacional do país como um todo: nos 36 anos entre 1960 e 1996, a população urbana aumenta de 31 milhões para 137 milhões’.

A partir destas transformações, inicia-se o processo contínuo de urbanização, e a necessidade de planejamento para otimizar territórios e organizar a população outrora camponesa, para a capacitação ao trabalho de acordo com as necessidades de ocupação de profissionais nestes setores encontrados predominantes nas cidades.

As pressões internas sobre os governos locais, são ainda maiores as pressões externas geradas pela globalização. Com aceleração do processo de urbanização gerando um grande crescimento do tamanho das cidades, os governos locais necessitam crescer muito sua capacidade de recursos, para atender às legítimas demandas da população por serviços públicos. Como a capacidade de cobrança de impostos está diretamente vinculada ao ritmo de acumulação de riqueza, o nível de atendimento é definido pela competitividade da cidade na produção de bens e serviços. Na sociedade em rede, em uma economia globalizada, a competitividade está intrinsecamente definida pela sua integração econômica global. (LOPES, 1998, p. 49)

A organização pública diante da necessidade de estabelecer critérios de ocupação determina através de legislação, as formas de ocupação e uso do território.

A Constituição de 1988 deu ao Congresso uma inusitada e nova base de sustentação legal do planejamento regional, através de disposições relativas à regionalização do orçamento de União, à elaboração de planos regionais (a serem, inclusive, apropriados pelo Legislativo) e sua compatibilização com os planos plurianuais. Ademais, planos de ordenamento territorial de núcleos urbanos com mais de vinte mil habitantes estão dentro dessas disposições constitucionais tornadas impositivas. (COELHO, 1991, p. 267)

O planejamento territorial a partir destes dispositivos deve ser promovido pelo Município, conforme legislação local e deverá ter como objetivo, ordenar o desenvolvimento urbano, as funções sociais da cidade, e garantir o bem estar de seus munícipes. Outras ações de competência do município são, de acordo com a Constituição Federal de 1988 (art. 30), suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

Promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano; promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual. (MOTA, 1999, p. 268).

Ainda com base no artigo 30 da Constituição,

o município é responsável em promover a política urbana de modo a ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, de garantir o bem-estar de seus habitantes e de garantir que a propriedade urbana cumpra sua função social, de acordo com os critérios e instrumentos estabelecidos no Plano Diretor, definido constitucionalmente como o instrumento básico da política urbana. (BRASIL, 2002, p. 28)

Desta forma, cada cidade desenvolverá melhor sua característica própria, que deverá ser levantada de acordo com as potencialidades observadas, aliadas às leis pertinentes de proteção ao meio ambiente urbano, protegendo desta forma o cidadão que vive neste espaço. Isto fará com que cada comunidade possa receber formas diferenciadas de planejamento que se assemelhem com seu modo de viver, suas particularidades e necessidades. Neste sentido, o fortalecimento das atividades produtivas como: indústria, comércio e turismo serão mais representativas, separadas ou em conjunto, de acordo com as características do local.

No entanto, independente da atividade produtiva a ser desenvolvida, o planejador deverá preconizar o bem estar da população local, no sentido de que, o rendimento no trabalho, está intimamente relacionado com momentos de descanso e lazer da população trabalhadora no meio em que vive para compensar as horas trabalhadas e em deslocamento.

Portanto, faz-se imprescindível o estudo sobre os posicionamentos dos gestores em relação ao planejamento das cidades, para que este possa contemplar os anseios de lazer da população, associado ainda ao atendimento das necessidades de infra-estrutura e serviços.

Segundo CHIAS (2005), entende-se por infra-estrutura o conjunto de instalações urbanas, de habitação, indústria e lazer, no sentido de que a cidade deve estar organizada e em condições de abrigar espaços adequados para habitação, proporcionar condições para a instalação de oportunidades de trabalho e, ainda, relacionar estas duas infra-estruturas a criação de locais para o lazer de sua população.

Em contrapartida, para que o desenvolvimento possa realmente ocorrer, deve-se preconizar ainda condições para a instalação de transportes adequados, bem como acessos para que o deslocamento possa acontecer. Aliados a estes aspectos, Chias comenta que o desenvolvimento das cidades só se dará a partir do momento que as mesmas desenvolvam tecnologias organizacionais para que todos os elementos envolvidos possam estar em harmonia para a promoção do bem estar coletivo.

2.3 O ESPAÇO URBANO PARA LAZER E TURISMO

O espaço urbano caracteriza-se por sua diversidade de funções. As normas para utilização deste espaço estão vinculadas às leis que deverão conduzir o desenvolvimento das cidades e a utilização correta de espaços ainda desocupados ou que necessitam de reorganização. Para tanto, instituiu-se o Estatuto das Cidades, ‘lei federal de desenvolvimento urbano exigida constitucionalmente, que regulamenta os instrumentos de política urbana que devem ser aplicados União, Estados e especialmente pelos municípios’. (BRASIL, 2002, p.27)

De acordo com a Constituição Federal, no Art. 182, ‘a política de desenvolvimento urbano, executado pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes’. (BRASIL, 2002, p. 257)

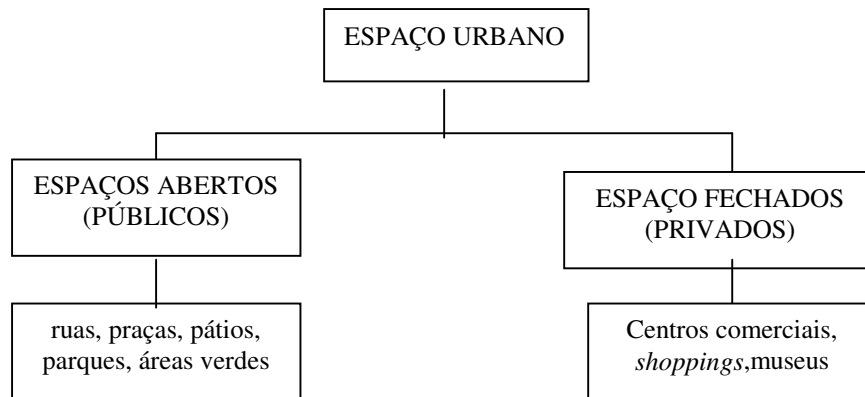
Deste modo, entende-se que O Estatuto da Cidade, o Plano Diretor, a Lei de Zoneamento e as Leis Ambientais, contribuem para que as cidades possam delimitar áreas para comércio, indústria, residências, além de espaços públicos e privados para o lazer da população.

Cabe salientar que a legislação atual contribui para uma melhor adequação e organização das cidades. Neste sentido, o meio ambiente natural ainda existente em algumas porções do espaço urbano passa a ter maior valor e a exercer novas funções a partir de ações de planejamento que privilegiam a paisagem e atendem as funções de lazer para a população.

O novo reordenamento do espaço urbano, através da aplicação de técnicas de planejamento, acompanhado da observação legal, promove a integração entre trabalho, moradia e lazer, para a população local, e ao mesmo tempo pode atrair através do modelo de gestão estratégica novos setores produtivos sob a perspectiva de atender as demandas por novos serviços e produtos, objetivando o crescimento econômico e bem estar de residentes e visitantes.

Neste contexto, o espaço urbano assume novas características exemplificadas na FIGURA 3:

FIGURA 3 - CARACTERÍSTICAS DO ESPAÇO URBANO



Adaptado: LEITÃO, 2002

As ruas, praças, pátios e parques, a que se refere a Figura 3, fazem parte dos espaços abertos que são espaços de uso comum acessível a todos, e que possuem características de gratuidade, quer dizer, as pessoas que se dispõem a visitá-los não necessitam possuir a característica de consumo. Já os espaços fechados (centros comerciais, *shoppings*, museus), são espaços de uso coletivo, a serem utilizados por grupos sociais específicos, determinados pela capacidade e disposição de consumo. Portanto, em muitos casos inibem o acesso a toda população, e possuem característica de indução ao consumo.

Leitão (2002, p.18) define espaço público como sendo “espaços abertos, de uso comum, apropriados livremente pelo conjunto das pessoas que vivem numa cidade.”

Estes espaços podem ser verdes, a exemplo de parques, jardins, cemitérios, etc. Esse é um registro importante uma vez que no Brasil contemporâneo, as praças, em particular, têm sido confundidas com jardins ... Essa ‘imprecisão’ faz com que se confunda espaço público com área verde, esta quase sempre destinada a lazer ou à contemplação, enquanto aquele atende a funções diversas. (LEITÃO, 2002, p. 18)

A sociedade, em sua maioria, vive hoje em centros urbanos. Estes se transformaram e se adaptaram para atender as necessidades de uma organização populacional que trabalha, se movimenta, reside, e possui necessidades de lazer e descanso.

Smanioto⁵ (2004), destaca os benefícios e as funções para justificar a implantação de áreas verdes - espaços públicos em uma cidade:

Função estrutural – como espinha dorsal para o desenvolvimento da paisagem urbana.

Função estética – visualização do verde, cores, movimento, beleza

Função educacional – em aprendizado sobre o ciclo biológico

Função de identificação, orientação e representação – como ponto de referência “hosso parque”

Função Psicológica – o bem estar

Função de comunicação – cria o patrimônio público

Função Econômica – estratégia de marketing

Função Ambiental – atenuação de ruídos, contenção de cheias

Ainda, de acordo com Smanioto (2004) a função das áreas verdes, particularmente os parques, podem trazer benefícios e tornar o ambiente urbano saudável para atrair turistas.

O planejamento de espaços públicos, sob forma de áreas verdes nas cidades prevendo as várias funções citadas anteriormente, contribuem para diminuir o *stress* diário, como também para geração de novas opções de lazer tanto para a população quanto para turistas.

Neste sentido os planejadores e gestores urbanos encontram novos desafios, ora procurando soluções para o lazer urbano da sua população, ora produzindo novos espaços para atender também públicos visitantes com tempo para viajar e conhecer novos destinos.

Para a fixação desta nova visão da cidade a partir da implantação de novos espaços, as linhas de ação para o desenvolvimento do lazer e do turismo deverão contemplar os níveis estratégicos da gestão pública, que deve adotar postura ética e responsável para a organização espacial da localidade, sendo ainda incumbência deste setor, instituir políticas públicas de proteção, legislação e controle para o desempenho funcional dos demais envolvidos. Estas linhas de ação permitirão que os anseios da

⁵ SMANIOTO, Carlos. Palestra - As estratégias verdes para o desenvolvimento urbano – o exemplo da Europa. Curitiba, UFPR, 2004.

população possam ser atendidos, e que as cidades sejam planejadas também enfocando o lazer e o turismo em uma nova perspectiva de desenvolvimento.

Além disso, com a emergência da questão ecológica, que suscitou o debate sobre os problemas de degradação do meio ambiente, o turismo passou a ser olhado também como uma ferramenta muito útil na busca da chamada sustentabilidade. Atualmente, a consideração do turismo no processo de planejamento e ordenamento territorial, enquanto uma atividade produtiva emergente, bem como um instrumento que pode ajudar a promover o desenvolvimento sustentável constitui, como dissemos, uma realidade em muitos países. (SILVEIRA 2002, p. 3)

O planejamento de espaços públicos para o lazer deve ser concebido a partir de definições precisas sobre o tema para que sejam atendidas as expectativas de seu público. Para tanto, segue algumas definições que podem esclarecer sob quais pontos de vista os espaços públicos devem ser planejados.

As palavras lazer, tempo livre e ócio podem ser assim definidas de acordo com as observações de Rodrigues (2001, p. 89) como:

Lazer – atividade – ações desenvolvidas durante o tempo livre;

Tempo Livre e ócio – tempo que se opõe ao tempo de trabalho, onde não há necessidade de execução de ações;

Ou ainda: o lazer como o tempo disponível para um indivíduo depois que o trabalho, o sono, e outras necessidades básicas tenham sido atendidas, sendo exercido diariamente, nos fins de semana ou em períodos de férias. De acordo com Dumazedier (2000, p. 34) o lazer é, “o conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode -se integrar de livre vontade, seja para repassar, seja para divertir-se, recrear-se ou, ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais”.

Dumazedier (2000, p. 32-33) divide em categorias as três funções do lazer como segue:

Função de descanso - liberar-se da fadiga. Neste sentido, o lazer é um reparador das deteriorações físicas e nervosas provocadas pelas tensões resultantes das obrigações cotidianas e, particularmente, do trabalho.

Função de divertimento, recreação e entretenimento – A função procedente liga-se a fadiga e esta, diretamente ao tédio. Poderá ser um fator de equilíbrio, um meio de suportar as disciplinas e as coerções necessárias à vida social. Daí a busca de uma vida de contemplação, de compensação e de fuga por meio do divertimento e evasão para um mundo diferente, e mesmo diverso, do enfrentado todos os dias. A ruptura poderá levar, ainda a atividades reais, baseadas em mudanças de lugar, ritmo e estilo

(viagens, jogos, esportes), ou então a recorrer a atividades fictícias, com base na identificação e na projeção (cinema, teatro, romance)

Função de desenvolvimento – desenvolvimento da personalidade, que depende dos automatismos do pensamento e da ação cotidiana; permite uma participação social maior e mais livre, a prática de uma cultura desinteressada do corpo, da sensibilidade e da razão, além da formação prática e técnica; oferece novas possibilidades de integração voluntária à vida de agrupamentos recreativos, culturais e sociais; possibilita o desenvolvimento livre de atitudes. A função de desenvolvimento pode ainda criar novas formas de aprendizagem voluntária e contribuem para o surgimento de condutas inovadoras e criadoras.

Estas funções citadas por Dumazedier possibilitam ao gestor planejar e inserir, em um espaço público, modalidades de lazer adequadas ao local e aos diversos públicos, atendendo suas especificidades e necessidades pessoais.

Quanto à definição de turismo, considerar-se-á segundo a Organização Mundial do Turismo – OMT citado por (GOELDNER, 2002, p. 24) “Turismo inclui as atividades de deslocamento e permanência em locais fora de seu ambiente de residência, por período inferior a um ano consecutivo, por razões de lazer, negócios ou outros propósitos”.

Estes conceitos não são estáticos, e há várias outras definições diante da complexidade do assunto devido às mudanças constantes por que passa a humanidade diante da globalização, no que tange a costumes, novas formas de trabalho, e profissões e ainda, relativo às concentrações populacionais nas grandes cidades, que modificam as formas do território diante de suas necessidades.

O processo de urbanização, a maquinização, e a comunicação de massa influenciam o lazer, suas características, e também o comportamento das pessoas que vivem nas cidades.

A interação desses três fatores concorre para caracterizar peculiarmente o fenômeno atual dos conteúdos do tempo livre, por outro, as atividades desenvolvidas neste tempo influem na urbanização, na industrialização e nos meios de comunicação de massa, e melhoram (ou deveriam melhorar) a qualidade do meio ambiente urbano.

La calidad del medio ambiente en el cual la gente vive, trabaja y se divierte, influye en grado considerable en la propia calidad de la vida. El medio ambiente puede ser satisfactorio y atractivo y permitir el desarrollo individual, o puede ser nocivo, irritante y atrofiante. (PERLOFF, 1973, p.5)

A qualidade do meio ambiente no qual a pessoa vive, trabalha e se diverte, influi consideravelmente na própria qualidade de vida. O meio ambiente pode ser satisfatório e atrativo e permitir o desenvolvimento individual, ou pode ser nocivo, irritante e atrofiante. (PERLOFF, 1973, p.5)

Diante deste cenário, as cidades oferecem várias opções para o lazer, algumas destas, localizadas primordialmente na região central por ser esta porção de território a primeira a se desenvolver. Cidades que preconizam também o planejamento do lazer possuem nos bairros, alguns espaços para o lazer, para que não seja necessário o deslocamento desta população até outras áreas. Considera-se então que “democratizar o lazer implica democratizar o espaço. E se o assunto for colocado em termos de vida diária, do cotidiano das pessoas, não há como fugir do fato: o espaço para o lazer é o espaço urbano”. (MARCELLINO, 2000, p. 25)

Se procedermos à relação lazer/espaço urbano, verificaremos uma série de descompassos, derivados, da natureza do crescimento das nossas cidades, relativamente recente, e caracterizado pela aceleração e imediatismo. O aumento da população urbana não foi acompanhado pelo desenvolvimento da infra-estrutura, gerando desníveis na ocupação do solo e diferenciando marcadamente, de um lado as áreas centrais, concentradas de benefícios, e de outro a periferia, verdadeiro depósito de habitações. (MARCELLINO, 2000, p. 25)

E o espaço para o lazer deve ser planejado com leis que beneficiam tanto empreendimentos privados como públicos, sempre preconizando, a proteção da natureza, aliados aos planos de desenvolvimento urbano, que devem inibir que a especulação imobiliária, ou a ocupação irregular se apropriem de espaços existentes e que poderão cumprir a função do lazer da população, beneficiando não a poucos, mas sim a todos os que se encontram naquele determinado espaço.

Os assentamentos precários, como única alternativa para quem não tem acesso ao mercado formal de terra/propriedade urbana, têm gerado um impacto ambiental negativo, como a redução de áreas verdes, ocupação de morros e encostas, beira de córregos e vales, aterros sanitários, que se transformam em áreas de risco, ocupação de áreas de preservação ambiental, tais como mananciais e mangues, poluição da água e do solo pela falta de sistema de saneamento e tratamento de resíduos e esgotos. (BRASIL, 2002, p. 162)

Ainda segundo o Estatuto da Cidade (2002, p.162), nos assentamentos precários existem duas situações críticas. A primeira refere-se às áreas de risco em que a situação é crítica, não somente pela depredação do meio ambiente, como também para a população moradora que sofre riscos de saúde e vida. A segunda refere-se às áreas de preservação ambiental - como manancial ou áreas verdes ocupadas por favelas - nas quais existe um conflito permanente entre o direito individual da população que mora

nessas áreas e o interesse coletivo de proteção ao meio ambiente.

A política de prevenção é uma medida essencial para evitar a continuidade das ocupações de áreas consideradas de preservação ambiental, bem como das regiões definidas como áreas verdes, por qualquer camada da população, principalmente para atividades econômicas destruidoras do meio ambiente.

Nas diretrizes do Estatuto da Cidade, pode-se observar a preocupação com o desenvolvimento no sentido de que este pressiona o equilíbrio social e ambiental provocando desequilíbrios e conflitos de diversas ordens caso não haja integração entre desenvolvimento urbano, econômico e social.

A pressão existente no meio ambiente natural ainda existente nas cidades em choque, muitas vezes com o acelerado desenvolvimento econômico, oferece riscos a estes ambientes, que como garantia de preservação, deveriam ser utilizados para o lazer da população. Por este e vários outros motivos, os problemas da urbanização, da proteção da natureza e da organização do lazer devem, nas ações de planejamento, ser considerados como um todo indivisível.

RODRIGUES (2001, p. 3), reitera que:

o lazer, particularmente nos espaços urbanos, na busca de melhor qualidade de vida da população, é elemento que incide diretamente na diminuição da violência, segundo pesquisas realizadas no âmbito da sociologia do lazer, e ainda aponta que a violência é mais freqüente nos bairros onde não existem alternativas de lazer, intensificando-se nos finais de semana.

Esta afirmação mostra a importância de locais adequados para o lazer da comunidade próximos ao seu local de residência como integrador e determinante para melhorar as relações entre as pessoas.

O tratamento geográfico dos lazeres urbanos pretende revelar ou, mais apropriadamente, desvelar a criação das formas espaciais expressas na paisagem urbana e buscar a compreensão das suas funções e estruturas por meio do estudo dos processos sociais que as engendraram. A reestruturação através do planejamento de espaços ora sub-utilizados, que antes eram degradados, valoriza a vida cotidiana através do planejamento e uso do solo para atender a população, e devem objetivar o desenvolvimento de nova cidadania e bem estar urbano. Neste ambiente integrado,

novas economias poderão encontrar espaço para se desenvolver e se consolidar, inclusive o turismo.

Neste sentido concorda-se com Lage e Milone (2001, p. 44), quando afirmam que economia é “a ciência que examina a parte da atividade social essencialmente dirigida para a obtenção de condições do bem-estar das populações”.

Ou ainda de acordo com Silveira (2002, p. 3) em sua afirmação que:

Sob o ponto de vista econômico, os impactos mais salientados dizem respeito aos efeitos benéficos que o turismo produz e que podem contribuir no crescimento de um determinado território. Dentre esses efeitos destaca-se sua contribuição no crescimento do Produto Interno Bruto, na criação de empregos, no incremento da renda da população residente, no balanço de pagamentos, no estímulo à implantação de novas infra-estruturas e na expansão de outras atividades produtivas.

O bem estar para a população deve prever num contexto geral, também a importância que o lazer exerce na vida moderna, e significa considerá-lo um tempo privilegiado para a vivência de valores que contribuam para mudanças de ordem social e cultural. Entende-se, que cabe aos gestores, privilegiar as cidades com tais espaços, aproveitando áreas degradadas, ou áreas de proteção ambiental que sofrem constantes invasões através das moradias irregulares, despejo de esgotos, e outras formas de agressão ao que ainda resta de ambiente natural nas cidades.

Os espaços construídos, preservados e revitalizados contribuem de maneira significativa para uma vivência mais rica da cidade, quebrando a monotonia dos conjuntos, estabelecendo pontos de referência e mesmo vínculos afetivos. Além disso, preservando a identidade dos locais, pode-se manter, e até mesmo aumentar o seu potencial turístico. (MARCELLINO, 2000, p. 28)

Esta redefinição transforma antigas paisagens urbanas e velhos usos em novas formas e funções, e uma das funções que redesenham com intensidade o espaço urbano é o lazer, e conseqüentemente o embelezamento das cidades, as facilidades de infra-estruturas e qualidade de vida determinam as condições ideais para que o turismo se estabeleça, transformando as cidades e suas populações, gerando ainda novas opções de trabalho.

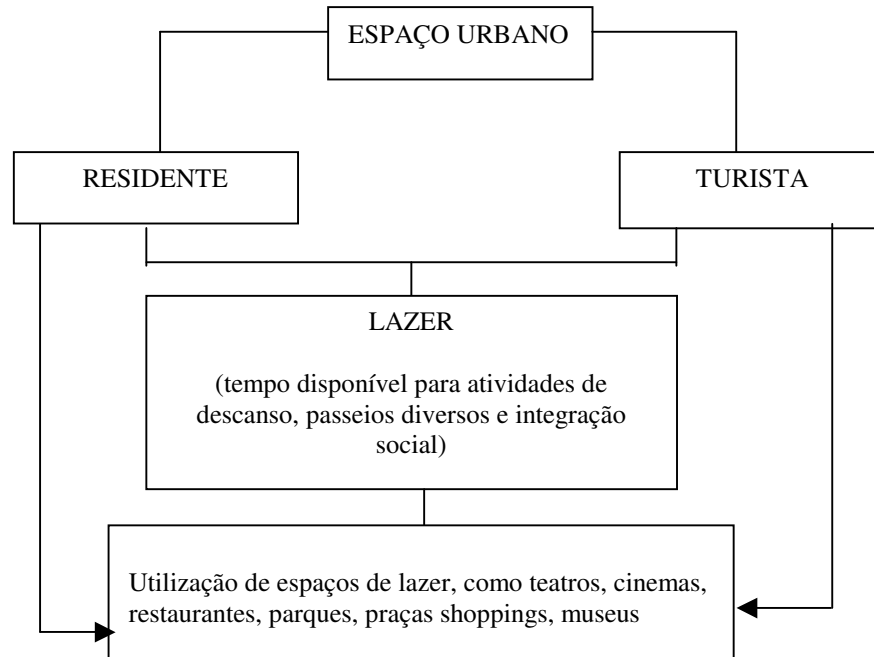
A paisagem é, em grande, uma construção material, mas também é uma representação simbólica das relações sociais e espaciais. A paisagem “coloca”

homens e mulheres em relação com os grupos sociais e os recursos materiais, bem como nos coloca – como observadores – em relação com os homens e mulheres, as instituições e os processos sociais observados por nós. A paisagem é poderosa expressão das restrições estruturais de uma cidade.” (ZUKIN, 2000, p. 106)

O planejamento das cidades preconizando a organização do espaço para atender a funcionalidade aliada à melhoria da paisagem incorporando o lazer em espaços públicos para atender a população local, transforma este espaço urbano em ponto de referência para aumentar o potencial turístico, pois além de melhorar a paisagem, agrega outros valores que podem ser considerados segundo Perloff (1973, p.18) pela ‘importância do ar (qualidade), da água (disponibilidade e poluição), espaços abertos ou espaços para o recrear (para cumprir as condições existentes em uma área para que se possa chegar em uma excursão de recreio de um dia de duração)’, já que poluição não só da água ou ar, traz referência negativa tanto para moradores como para transeuntes.

A sociedade necessita de espaços onde a integração para o lazer possa ser possível de forma democrática e lúdica já que as pressões de trabalho em relação ao tempo livre nos países em desenvolvimento, têm provocado uma diminuição do tempo de lazer, principalmente para as classes média e baixa. Este fator implica em tempo e recursos financeiros reduzidos para viagens de longa duração. Portanto novas oportunidades próximas ao local de residência devem ser planejadas, pois possibilitam a escolha de passeios de curta duração e em alguns casos até o gasto reduzido para a prática do lazer. Estes espaços podem ser utilizados tanto para residentes como por turistas, como mostra a FIGURA 4 que demonstra a relação entre residente e turista nos espaços para o lazer no espaço urbano:

FIGURA 4 - RELAÇÃO RESIDENTE E TURISTA NOS ESPAÇOS PARA O LAZER



FONTE: RIBEIRO, R.M., 2005

Os espaços para o lazer da população local podem servir de alternativa para a permanência deste contingente em seu local de origem em períodos de alta temporada, pois alguns destes podem optar por não viajar por motivos que vão desde falta de recursos financeiros, aborrecimentos com congestionamentos e, ainda, impaciência devido a concentração demasiada de pessoas em destinos turísticos.

Para quem opta por diversos motivos, em permanecer em sua cidade de origem, o planejamento de espaços para o lazer urbano torna-se essencial, pois poderá proporcionar expectativas positivas para suprir necessidades de ócio da população residente, e ainda gerar trabalho a equipes de profissionais dedicados na organização de atividades das mais variadas nos espaços existentes.

Son abundantes los ejemplos en los que la valoración social, a partir del uso turístico, redescubre elementos, conjuntos y recursos que son así conservados y gestionados, a la vez que esta actividad facilita nuevas dinámicas socioeconómicas a espacios sin otras oportunidades. (CLAVÉ & REBOLLO 1999, p. 7)

São abundantes os exemplos em que a valorização social, a partir do uso turístico, redescobre elementos, conjuntos e recursos que são assim conservados e administrados, uma vez que esta atividade facilita novas dinâmicas socioeconômicas em espaços sem outras oportunidades. (CLAVÉ & REBOLLO 1999, p. 7)

As cidades possuem espaços pouco utilizados. Órgãos públicos responsáveis pelo planejamento têm utilizado estas áreas, a partir de sua readequação, para o uso da comunidade do entorno, no entanto, percebe-se que estes espaços tornam-se turísticos devido às facilidades de infra-estruturas, equipamentos urbanos e paisagem urbana aprazível e de boa qualidade tanto para o morador como para o visitante. Esta nova utilização do espaço proporciona o reordenamento territorial e a organização do espaço para atender não só a população local, mas também ao turista. Percebe-se então que é desta forma que lugares projetados para a população local, são apropriados através da visita contínua por turistas.

Algumas cidades não planejam suas ações voltadas para o turismo, este é uma consequência do planejamento territorial urbano, onde a preocupação primeira, e a intervenção pública preconizam a otimização de espaços até então não utilizados, e que sem intervenção do poder público poderiam correr o risco de serem ocupados irregularmente. Esta intervenção, se planejada de acordo com os conceitos do planejamento integrador (onde a população pode optar), provoca valorização social, redescobre elementos, conjuntos e recursos que são assim conservados e administrados, facilitando novas dinâmicas socioeconômicas em espaços sem outras oportunidades.

A consequência é a valorização da qualidade estética da cidade, acompanhada do aumento da auto-estima da população envolvida, subsidiando condições para que haja o crescimento de diferentes atividades humanas.

“Uma boa imagem ambiental oferece a seu possuidor um importante sentimento de segurança emocional. Ele pode estabelecer uma relação harmoniosa entre ele e o mundo à sua volta. Isso é o extremo oposto do medo que decorre da desorientação...” (LYNCH; 1999, p. 5). Esta observação apresentada por Lynch, demonstra que a população da cidade necessita de paisagens e imagens para que possa se sentir segura e verdadeiramente pertencente ao lugar em que vive. Percebe-se que a qualidade de infra-estruturas, serviços e espaços públicos de lazer contribuem para que as pessoas realmente sintam-se pertencentes ao lugar em que vivem.

Nesta configuração do espaço urbano, visitantes são atraídos por estas paisagens agradáveis e marcantes. Alguns vêm a negócios, outros a lazer, e encontram

além do diferencial das paisagens, a concentração de serviços como hospedagem, alimentação, transportes e lazer somados; estes ilustram o ambiente ideal para que a população sinta-se bem, e outras se interessem em conhecer as cidades com o diferencial de atrair turistas.

A descoberta deste cenário induz o planejador a iniciar a análise do turismo urbano, onde vários fatores devem ser considerados de maneira conjunta.

O sistema urbano deve antes de tudo agregar este estudo para que mudanças possam ser geradas a partir de uma visão interdisciplinar onde, várias oportunidades visualizadas por diversos profissionais possam proporcionar o crescimento coeso deste espaço e destas atividades a serem fortalecidas.

Segundo Tyler & Guerrier (2001, p. 309) “O estudo do turismo urbano não deve restringir-se à demanda e à oferta do produto turístico. Ao contrário, o desenvolvimento turístico deveria ser visto em termos de gestão de modificação das cidades e de suas funções nos processos decisórios que levam a tais mudanças”.

Estes autores entendem que o turismo urbano é uma resposta social e política para as principais modificações que se manifestam nas cidades no final do século XX.

“O estudo do turismo urbano é, sem dúvida nenhuma, o estudo de mudança: mudança na base econômica das cidades, na utilização do espaço urbano, na vida cultural dos residentes”. (TYLER & GUERRIER, 2001, p. 309)

Dentre as várias formas de planejar o espaço urbano, a planificação do território para o lazer e turismo tem se destacado nas cidades, pois estas funções transformam e organizam os espaços outrora não utilizados, ou pouco otimizados. A justificativa para o uso destes espaços para o turismo é a valorização dos patrimônios naturais, culturais e históricos. A comunidade local, por sua vez, recebe este novo método de planejamento de maneira positiva, e aprende valorizar sua história, costumes e tradições. Por outro lado, esta cultura passa a ser também respeitada por visitantes que além de conhecer as estruturas físicas da cidade, podem interagir com esta diferente cultura, seus hábitos e vivências.

A utilização do turismo como mecanismo de regeneração de áreas urbanas, por intermédio da criação de ambientes para o lazer-turismo da classe média, parece ser quase universal na sociedade ocidental. (HALL, 2001, p. 27)

As cidades brasileiras tentam se adequar a este novo modelo de planejamento, inclusive no sentido legal, já que o Estatuto da Cidade deverá ser seguido por gestores municipais para estruturar nova tendência de desenvolvimento urbano.

Neste sentido, a pesquisa pormenorizada da cidade de Curitiba – Pr, deverá ser compreendida para o estabelecimento de bases e considerações para melhor compreensão da realidade dos espaços públicos de lazer e que atualmente também foram apropriados por visitação turística.

3. PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA, O LAZER E O TURISMO

3.1 PLANEJAMENTO URBANO EM CURITIBA

A fundação da Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais ocorreu em 29 de março de 1693 quando o capitão-povoador Matheus Martins Leme, respondendo aos "apelos de paz, quietação e bem comum do povo", promoveu a primeira eleição para a Câmara de Vereadores e a instalação da Vila, como exigiam as Ordenações Portuguesas.

No ano de 1721 a vila passou a ser chamada de Curitiba. O responsável por esta mudança foi o ouvidor Raphael Pires Pardinho. O Ouvidor Pardinho estabeleceu então que, as casas não poderiam ser construídas sem autorização da Câmara e deveriam ser cobertas com telhas, e que as ruas já iniciadas teriam que ser continuadas, para que a vila crescesse com uniformidade. Pode-se observar nestes fatos a preocupação existente para que a cidade pudesse se desenvolver organizadamente.

O tropeirismo trouxe prosperidade à cidade a partir de 1812, já que Curitiba era ponto estratégico do caminho do Viamão a São Paulo e às Minas Gerais, o povoado viu crescer o comércio com a passagem dos tropeiros.

Surgiram lojas, armazéns e escritórios de negócios ligados ao transporte de gado. Com o desenvolvimento, foi conquistada a emancipação do Paraná. Assim, em 1853, Curitiba tornava-se capital.

A partir deste período em 1895, elaborou-se o Primeiro Código de Posturas, e em 1905 foi proibida a construção de casas de madeira no centro da cidade. Ainda neste ano, as ruas centrais foram calçadas, e em 1913 os bondes puxados por mulas foram substituídos pelos bondes elétricos. (OLIVEIRA, 2001, p. 97)

O alargamento das ruas para melhor circulação dos carros aconteceu no ano de 1929.

O então prefeito Rozaldo de Mello Leitão no ano de 1940 contratou a Empresa de Engenharia Coimbra Bueno & Cia Ltda para conceber o Plano Diretor de Curitiba. Esta por sua vez contratou para este trabalho o urbanista francês Alfredo Agache (1943), que tinha como normas diretivas:

- 1) O saneamento, com a drenagem dos banhados, canalização dos rios e ribeirões e construção da rede de esgotos; arborização de ruas e avenidas, criação de um horto municipal;
- 2) Circulação: descongestionamento do centro da cidade e criação das perimetrais externas (0,1,2,3);
- 3) Órgãos funcionais: construção de um centro destinado às atividades administrativas, criação de um centro comercial, de um centro militar e de uma cidade universitária na periferia da cidade.(OLIVEIRA, 2001, p. 97)

Na década de 50 Curitiba iniciou estudos de planejamento visando a preservação do meio ambiente, sendo que o novo código de posturas, dispunha de legislação sobre a destinação de lixo e a extração de areia em áreas ainda não ocupadas da cidade. Ainda neste período surgiu a Comissão de Planejamento de Curitiba - COPLAC que possuía como objetivo, controlar espacialmente a cidade.

Já na década de 60 um grupo de urbanistas da Universidade Federal do Paraná dedicou-se a estudar o desenvolvimento urbano ao perceber as transformações que seriam necessárias ao progresso das cidades brasileiras. O objeto de estudo então foi a capital paranaense – Curitiba. A pretensão era contribuir para com as inovações do planejamento urbano com o auxílio de bases teóricas e aplicação prática, com o propósito de colaborar com o desenvolvimento de Curitiba.

A proposta foi encaminhada ao então prefeito do município, Ivo Arzua Pereira (1962), que recorreu à Companhia de Desenvolvimento do Paraná (Codepar) a fim de obter os recursos necessários para viabilizar o projeto de revisão do Plano Agache, e para a coordenação dos trabalhos foi criada a APPUC (Assessoria de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba), que em 1965 se transformaria no IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba). Este Plano tinha entre outros objetivos, proporcionar o crescimento linear de um centro servido de vias tangenciais de circulação rápida, induzindo o desenvolvimento da cidade no sentido Nordeste-Sudoeste, o adequamento das áreas verdes, a criação de uma paisagem urbana própria.

Após ser nomeado prefeito da cidade em 1971, o arquiteto Jaime Lerner colocou em prática o plano de desenvolvimento urbano de Curitiba. Para o sucesso do plano, foram necessárias mudanças básicas na economia da cidade, no espaço físico e nos costumes da população. Neste período foram criados os Parques Barigui e São Lourenço. A estratégia de criação destes parques se deu para proteger áreas naturais ainda existentes no município, e para impedir ocupações irregulares e enchentes no

entorno das bacias do Rio Barigui e Belém. O Decreto 400/76 criou os setores especiais no município de Curitiba. ‘Essa legislação permitiu, por exemplo, que a área do Parque Iguaçu – o maior da cidade com 8.264.316m² - começasse a ser desapropriada com recursos do Ministério do Interior’. (OLIVEIRA, 2001, p. 100)

No começo dos anos 80 cresceu a participação popular e a cidade se voltou às ações sociais. Com isso, Curitiba continuou a promover iniciativas nas áreas de meio ambiente, transporte, habitação, saúde, educação e geração de emprego e renda. Estas e outras ações nomearam a cidade segundo a municipalidade de ‘capital ecológica’, e o urbanismo aplicado na cidade passou a se chamar de urbanismo ecológico.

“Ao propor-se a idéia de Curitiba como ‘capital ecológica’, procurou-se criar no imaginário da população um sentido de ‘identificação’ com a cidade, um sentido de orgulho em ‘pertencer’ à cidade de Curitiba.”. (MENEZES, 1996, p. 154)

O título de capital ecológica exerceu e ainda exerce na década de 2000, apelo a ação ambiental em Curitiba. Este conceito largamente divulgado e incentivado pelos meios de comunicação reproduziu

ao longo do período um repertório de imagens simbólicas (‘cidade brasileira com melhor qualidade de vida’, ‘cidade que pode salvar o mundo’, ‘cidade do futuro’, ‘cidade modelo’ e outras), além da educação ambiental que foi outro ponto de sustentação na construção do cenário de ‘capital ecológica’, partindo do princípio de que ‘é mais fácil conscientizar a população a partir do problema local, do problema do dia-a-dia das pessoas’, a educação ambiental passou a fazer parte da filosofia das atividades de planejamento da cidade. (MENEZES, 1996, p. 155)

Este cenário propiciou intenso crescimento e modificações no território urbano. A intervenção dos planejadores em bairros e favelas pretendia como objetivo, orientar a conscientização ambiental para que a população residente passasse a exercer cidadania aliada a melhoria de qualidade de vida.

A educação ambiental nos parques públicos tinha por finalidade fazer com que a população assumisse os espaços públicos da cidade. O sentido de assumir não significa que a população deva substituir o serviço de manutenção do patrimônio e dos locais públicos executados pela Prefeitura, mas sim conhecer melhor os ‘espaços de encontro’ disponíveis na cidade e suas potencialidades para o lazer. O desejo era de integração da população com os espaços públicos resultasse numa tomada de consciência com relação à sua importância como participante ativa no processo de conservação do meio em que vive. (MENEZES, 1996, p. 157)

O processo de urbanização foi verificado não só em Curitiba como também nos municípios conurbados. No intuito de planejar o crescimento Curitiba e Região Metropolitana⁶, os técnicos do IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento de Curitiba) em 1984 propuseram desenvolver duas linhas de trabalho, com a estratégia de enfoque no planejamento incluindo a participação da população. Este instrumento de trabalho denominou-se **PMD - Plano Municipal de Desenvolvimento**, objetivando redefinir o modelo de desenvolvimento urbano do município, a partir dos dados acumulados no processo de expansão já concretizado em Curitiba, visando a integração metropolitana e regional, e o **PDB - Plano de Desenvolvimento de Bairros**, com o objetivo de promover a estruturação interna das vizinhanças, localizada nos espaços urbanos a partir do planejamento global da cidade.

Os avanços ocasionados por ocupação intensa na Região Metropolitana de Curitiba efetivaram o PDI – Plano de Desenvolvimento Integrado, onde foram definidas diretrizes para assegurar o planejamento metropolitano, e procuravam:

Garantir a sobrevivência adequada, que envolve a preservação dos recursos hídricos e outros de caráter ecológico; a geração de riquezas, ou seja, a otimização da exploração mineral e da exploração agropecuária, além do desenvolvimento industrial; e por fim, a melhor condição de vida da população metropolitana, que inclui a orientação do crescimento urbano de forma a possibilitar melhor atendimento por serviços públicos e a criação de subcentros regionais que estruturassem uma rede hierarquizada de serviços e funções urbanas. (COMEC, PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO , 1985, In; MENEZES, 1996, p. 109)

A atual gestão municipal (2004-2008) tem mantido contatos com os municípios da Região Metropolitana de Curitiba, na tentativa de diminuir os impactos negativos que a metropolização pode causar a Curitiba e demais municípios.

Segundo informações da Secretaria Municipal de Assuntos Metropolitanos sob coordenação do Sr. Rui Hara, a atual gestão têm promovido reuniões buscando alternativas de crescimento regional, incluindo a atividade turística como potencial produto para a consolidação de ações de integração diante dos produtos turísticos que começam a surgir nestes municípios com características variadas, e que podem atender à demanda de turistas que chegam a Curitiba anualmente⁷.

O planejamento e o desenvolvimento não devem se restringir apenas à região

⁶ As regiões metropolitanas foram institucionalizadas em nível federal (entre elas a RMC) em 1973. Tinham como objetivo prevenir os problemas de interesse comum entre os municípios ligados às metrópoles, principalmente os de infra-estrutura econômica e social que dificultavam o desenvolvimento urbano. (MENEZES, 1996, p. 106)

metropolitana, mas também aos bairros para que fortalecidos possam dar suporte e integração para a cidade.

Segundo estudos o Plano de Desenvolvimento de Bairro (1985, p. 5)

duas escalas podem ser distinguidas no planejamento da cidade e na ordenação das funções urbanas: a de expansão, de âmbito metropolitano, e a de impulsão, ao nível dos bairros e da vizinhança. As estratégias de planejamento deverão integrar essas duas escalas, em face da necessidade de se conjugar, de um lado, uma expansão ordenada e, de outro, a consolidação da estrutura urbana sobre uma concepção social, humana e democrática.

Deste modo o PDB pressupõe para o planejamento adequado dos bairros de Curitiba através das seguintes estratégias:

- a) conhecimento e a avaliação prévia do bairro, em todas as suas variáveis, e levantamento dos recursos públicos disponíveis; são apontados no item Meio Ambiente;
- b) encontros comunitários, onde moradores e técnicos deveriam produzir um Plano de Desenvolvimento para o Bairro como base para as iniciativas comunitárias, públicas e privadas do bairro, a partir de sua concepção coletiva do desenvolvimento;
- c) exame do Plano de Desenvolvimento de Bairro em confronto com os planos de bairros próximos, com os planos setoriais do Município, e com o Plano Municipal de Desenvolvimento (planejamento global da cidade);
- d) instalação de posto avançado de planejamento no interior do bairro, com as finalidades de promover a compatibilização das ações e assessorar a comunidade organizada com instrumentos técnicos necessários á implementação do seu plano;
- e) implementação do Plano de Desenvolvimento de Bairro com assessoria técnica do município, a partir da mobilização, participação e fiscalização comunitária. (PLANO DE DESENVOLVIMENTO DE BAIRRO, 1985, p.5)

De acordo com pesquisas efetuadas junto ao IPPUC, foi encontrado o exemplo deste plano executado no Bairro do Xaxim no ano de 1984, mas a real implantação bem como os reflexos positivos ou negativos deste plano não foram verificados.

Isto denota que a idéia de planejar cada bairro isoladamente para posteriormente unir as ações ao conjunto da cidade não obteve sucesso, e a partir desta experiência o município instaurou a modalidade de administrações regionais, que possuem atribuições diversas para atendimento de serviços públicos à população da região, cabendo à prefeitura municipal delinear as ações estratégicas de planejamento municipal, onde estão inseridas as diversas regionais e suas características peculiares.

A linha do tempo apresentada a seguir, serve para situar através dos tempos,

⁷ Informações coletadas durante reunião com dirigentes municipais e entidades que representam o setor turístico.

como a cidade de Curitiba vem tratando do planejamento urbano. Pode-se observar que o período em que o estado interviu em novas ações para modificar e melhorar as condições da cidade é em torno de dez anos.

Afirmar que houve a tentativa de proporcionar crescimento ordenado no meio urbano de Curitiba é correto, mesmo observando que o crescimento espacial da mesma por vezes é mais rápido do que as previsões e ações dos gestores municipais.

TABELA 1 - LINHA DO TEMPO DAS AÇÕES DE PLANEJAMENTO EM CURITIBA

ANO	ACONTECIMENTO
1693	Fundação
1721	Uniformidade na Ruas
1812	Prosperidade no Comércio
1853	Capital
1895	1º Código de Posturas
1905	Calçamento das ruas centrais
1913	Implantação de bondes elétricos
1929	Alargamento de ruas
1940	Plano Diretor (Agache)
1953	Novo Código de Posturas -controle do meio ambiente
1962	Revisão do Plano Agache
1971	Criação de Parques
1984	Promoção do Plano Integrado e Participativo
1990	Estratégias de desenvolvimento visando o Meio Ambiente

Fonte: RIBEIRO, R.M. , 2005.

Após a tentativa de trabalhar isoladamente os bairros, a gestão municipal propôs uma nova organização destes.

Observa-se no MAPA 1 que a administração da Prefeitura de Curitiba dividiu os 75 bairros em 8 (oito) regionais para facilitar as ações de desenvolvimento no âmbito municipal.

A prefeitura pretendeu com isso ordenar recursos do orçamento municipal direcionando as ações para melhorias não somente de um bairro, e sim de toda a região de abrangência.

Cada regional conta com um administrador regional, e equipes de trabalho para atender a população daqueles bairros compreendidos naquela região.

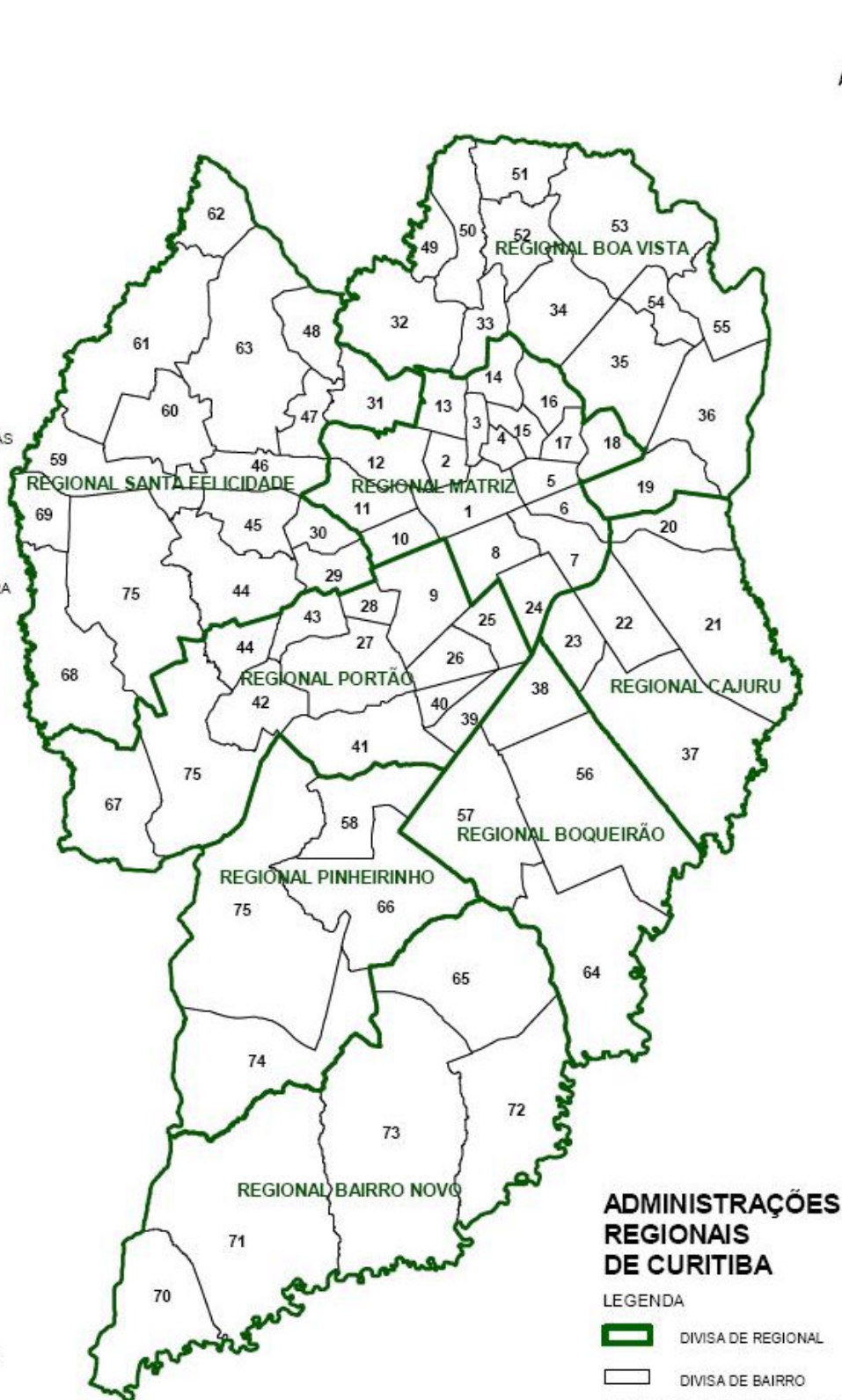
A Prefeitura promove em períodos determinados, reuniões com dirigentes de entidades representativas dos bairros, exemplificando, clubes de mães, associações de moradores, lideranças religiosas, além de grupos de empresários. Estas reuniões têm como objetivo estabelecer um canal direto de comunicação entre a Prefeitura e as comunidades dos bairros, e servem ainda para que reivindicações quanto a serviços, melhorias em geral, atendimento ao lazer e à saúde da população dos bairros compreendidos em cada regional, possam ser discutidos entre população e representantes do governo municipal.

A seguir pode-se observar o mapa de Curitiba subdividido em suas administrações regionais.

MAPA 1 – DIVISÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS DE CURITIBA

BAIRROS

01-CENTRO
02-SÃO FRANCISCO
03-CENTRO CÍVICO
04-ALTO DA GLÓRIA
05-ALTO DA RUA XV
06-CRISTO REI
07-JARDIM BOTÂNICO
08-REBOUÇAS
09-ÁGUA VERDE
10-BATEL
11-BIGORRILHO
12-MERCÊS
13-BOM RETIRO
14-AHÚ
15-JUVEVÊ
16-CABRAL
17-HUGO LANGE
18-JARDIM SOCIAL
19-TARUMÃ
20-CAPÃO DA IMBUIA
21-CAJURU
22-JARDIM DAS AMÉRICAS
23-GUABIROTUBA
24-PRADO VELHO
25-PAROLIN
26-GUAÍRA
27-PORTÃO
28-VILA IZABEL
29-SEMINÁRIO
30-CAMPINA DO SIQUEIRA
31-VISTA ALEGRE
32-PILARZINHO
33-SÃO LOURENÇO
34-BOA VISTA
35-BACACHERI
36-BAIRRO ALTO
37-UBERABA
38-HAUER
39-FANNY
40-LINDÓIA
41-NOVO MUNDO
42-FAZENDINHA
43-SANTA QUITÉRIA
44-CAMPO COMPRIDO
45-MOSSUNGUÊ
46-SANTO INÁCIO
47-CASCATINHA
48-SÃO JOÃO
49-TABOÃO
50-ABRANCHES
51-CACHOEIRA
52-BARREIRINHA
53-SANTA CÂNDIDA
54-TINGUI
55-ATUBA
56-BOQUEIRÃO
57-XAXIM
58-CAPÃO RASO
59-ORLEANS
60-SÃO BRAZ
61-BUTIATUVINHA
62-LAMENHA PEQUENA
63-SANTA FELICIDADE
64-ALTO BOQUEIRÃO
65-SÍTIO CERCADO
66-PINHEIRINHO
67-SÃO MIGUEL
68-AUGUSTA
69-RIVIERA
70-CAXIMBA
71-CAMPO DE SANTANA
72-GANCHINHO
73-UMBARÁ
74-TATUQUARA
75-CIDADE INDUSTRIAL



ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS DE CURITIBA

LEGENDA

 DIVISA DE REGIONAL

 DIVISA DE BAIRRO

FONTE: DECRETO Nº 336/97

ESCALA: 1:150.000

ELABORAÇÃO: AGO/2001



IPPUC - INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA

SUPERVISÃO DE INFORMAÇÕES

SETOR DE GEOPROCESSAMENTO

Rua Bom Jesus, 669 - Cabral - Curitiba - Paraná - Brasil - CEP 80.035-010 - Fone: (0__41) 352-1414 - Fax: (0__41) 254-8661 - E_mail: geo@ippuc.org.br

CE

Escapa a finalidade deste trabalho estudar com afinco as 8 regionais a que se refere o MAPA 1, bem como discutir as ações da metropolização. Observar-se-á, no entanto, que o planejamento de todos estes bairros é coordenado por esta regional.

O administrador regional é o responsável por gerenciar as obras, fiscalizar os bairros, distribuir cotas da previsão orçamentária em benfeitorias para a comunidade e ainda deve participar ativamente dos Conselhos de Segurança, Conselho de Saúde, e reuniões com a comunidade. Este administrador tem a função posterior de repassar suas ações para outros setores da Prefeitura.

O acompanhamento da leitura junto aos mapas aqui apresentados poderá trazer melhores condições de entendimento quanto a problemática que envolve o bairro Uberaba onde não se verifica ações nem da Prefeitura Municipal de Curitiba, tão pouco da Regional Cajuru, em minimizar os problemas advindos com a aceleração populacional instalada nesta região.

Não foi estudado neste trabalho, todos os bairros da regional Cajuru. O recorte se deu no bairro Uberaba (37) em especial na região da APA do Iguaçu, a leste deste bairro.

Determinou-se o foco deste trabalho em determinar as opções de espaços públicos para o lazer da população relacionada às áreas de preservação ambiental que devem ser poupadas da especulação imobiliária e de ocupações irregulares visualizadas posteriormente.

3.2 OS ESPAÇOS PÚBLICOS COM ÁREAS VERDES EM CURITIBA

Curitiba possui características de planejamento que proporcionam melhor qualidade de vida a sua população se comparadas a outras capitais no país.

Este trabalho pretendeu fixar a análise nos procedimentos de planejamento referente aos espaços públicos para o lazer em Curitiba, a partir da preocupação dos gestores públicos quanto ‘preservação de áreas verdes ao redor do núcleo urbano, e que se propunha a criação de parques que servissem ao mesmo tempo como área de lazer e para a conservação de espécies vegetais de grande porte’.(MENEZES, 1996, p.66)

Estas ações eram apontadas como medidas preventivas para o controle do surgimento de novos loteamentos como pode ser observado no Plano de Urbanização, (1943, p.78).⁸

A proposta era que se evitasse ao máximo o retalhamento do território em loteamentos em áreas de mananciais, resguardando-se as áreas verdes e a qualidade da água. Nesse sentido, o aparecimento de favelas deveria ser evitado. Elas eram vistas como uma ‘enfermidade que atinge quase a totalidade das cidades de maior população.

A partir do cenário de preservação ambiental instituído em Curitiba, em gestões municipais, pode-se verificar que a espacialidade da cidade tomou outras formas que podem ser verificadas no MAPA 2 - Parques e Praças de Curitiba em que a instalação de parques ao longo destas áreas, principalmente em alguns trechos ao longo dos rios que cortam a cidade, poderia inibir outros modos de ocupação irregular, já que estas são protegidas por legislação específica.

A associação entre os espaços públicos verdes construídos em Curitiba para minimizar problemas de ocupação irregular como citado anteriormente e o lazer, demonstram que uma cidade pode ser referência nas diversas formas de lazer, tanto o lazer realizado em espaços privados, quanto em espaços públicos e espaços públicos com áreas verdes, objeto deste estudo.

⁸ Plano de Urbanização – Plano Agache. Ano II, nº 12, 1943, p.78. In: MENEZES, 1996, p. 67

Neste sentido, destaca-se, a opção de espaços verdes e públicos, não só por sua gratuidade, mas por sua concepção de ação de planejamento da gestão de iniciativa pública municipal.

Segundo Leitão (2002, p. 18), ‘pode-se caracterizar espaços públicos com áreas verdes os parques, jardins, cemitérios, etc., pois são destinadas ao lazer ou à contemplação dos frequentadores diversos’.

Considerar-se-á os espaços públicos com áreas verdes, os que sejam planejados e executados com o objetivo de proporcionar preservação do meio ambiente, melhoria da paisagem urbana, sendo enquadrados segundo a Prefeitura Municipal de Curitiba, os seguintes espaços públicos: praças, parques, jardinetes, bosques entre outros, considerados como áreas verdes para utilização pública.

O presente trabalho demonstra, a partir do cenário descrito, a análise do MAPA 2 - Parques e Praças de Curitiba, onde se pode observar além da localização dos bairros de Curitiba, os Parques e Praças existentes na cidade, estes, considerados espaços públicos com áreas verdes para o lazer e contemplação da natureza, e que no caso dos parques, à época de sua implantação tinham primordialmente, objetivos de promover o saneamento, proteger o leito dos rios existentes, suas respectivas bacias hidrográfica, e ainda, evitar as ocupações irregulares na capital do Estado do Paraná.

Pode-se observar no MAPA 2 a grande concentração de parques, praças e bosques na região norte da cidade, destacando-se na bacia do Rio Barigui entre os bairros Bigorrilho, Mercês, Santo Inácio e Cascatinha (nº 11-12-46-47) respectivamente o Parque Barigui, e a bacia do Rio Belém entre os bairros Cachoeira, Abranches, Barreirinha (nº 51-52) os Parques - Nascente do Rio Belém, Parque São Lourenço e Bosque do Papa.

Na região Oeste pode-se observar o Parque Municipal do Passaúna nos bairros São Miguel e Augusta (nº 67-68)

A região leste/sul é contemplada com extensa área de Preservação Ambiental denominada APA do Iguaçu.

Pode-se observar que os bairros Caximba, Campo do Santana, Umbará e Ganchinho ao sul, não possuem registro de Parques instalados para preservação ambiental ou utilização para o lazer.

O mesmo acontece no bairro Uberaba (37) objeto deste estudo, onde se constatou a descontinuidade das ações de planejamento, não havendo parques que são considerados espaços públicos com áreas verdes tão importantes para a proteção do ambiente natural existente, e que ao mesmo tempo poderiam atender às solicitações da população que não possui espaços públicos para o lazer, considerado primordial pelo significado e apelo ambiental apregoado pela Prefeitura Municipal de Curitiba.

A região do bairro Alto Boqueirão (64) possui o Jardim Zoológico e o Parque Iguaçu, e o bairro Boqueirão (56) possui o Parque Náutico.

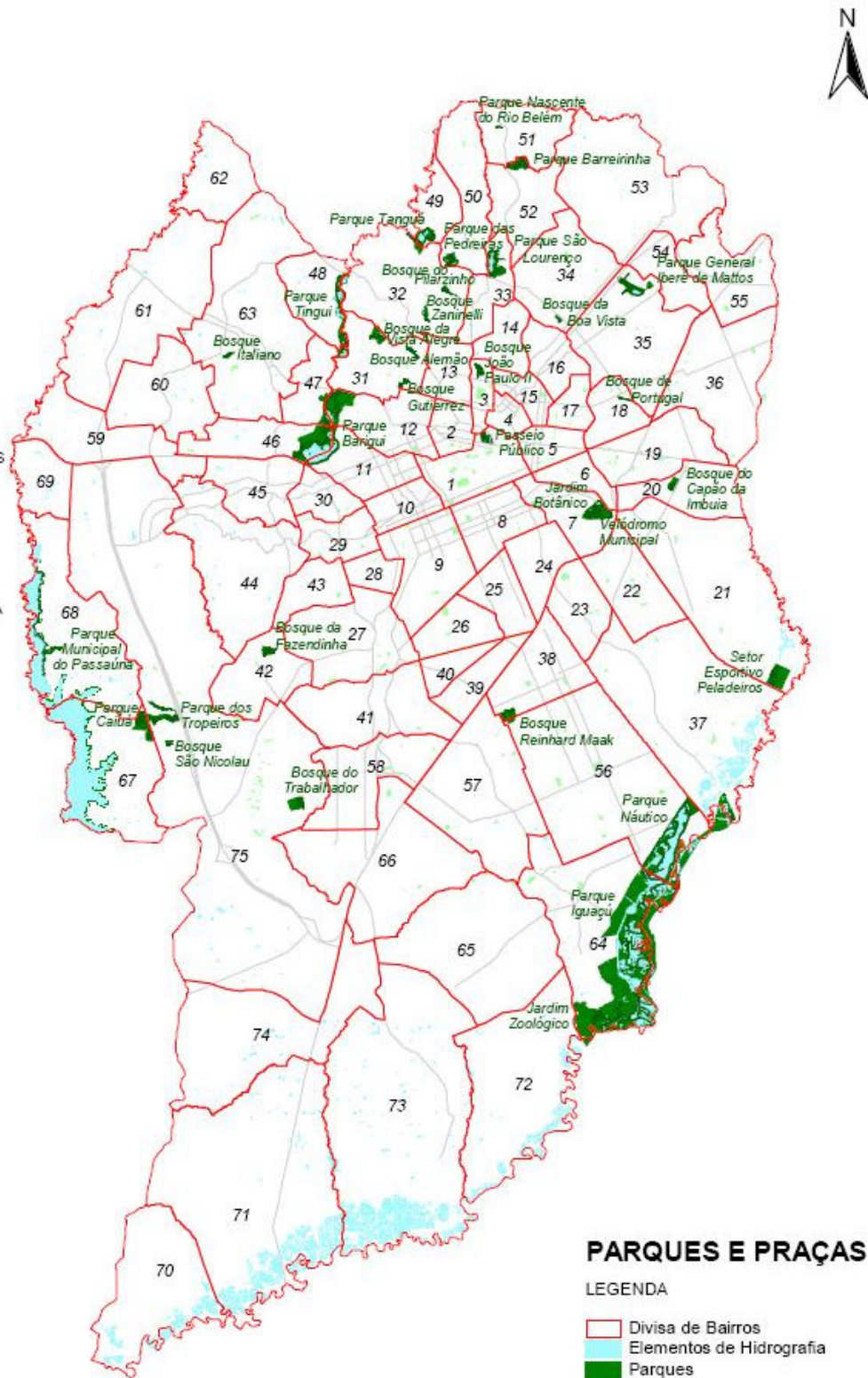
Já no bairro Cajuru (27) pode-se encontrar o Setor Esportivo Peladeiros, alternativa para o lazer da população daquela região com opções de canchas poliesportivas para atender o lazer das populações do entorno.

A visualização do MAPA 2 ressalta de maneira objetiva, o potencial que Curitiba ainda possui para planejar e implementar espaços públicos com áreas verdes, em áreas de proteção ambiental, e que são constantemente pressionadas por ocupação irregular e especulação imobiliária.

MAPA 2- PARQUES E PRAÇAS DE CURITIBA

BAIRROS

- 01-CENTRO
- 02-SÃO FRANCISCO
- 03-CENTRO CÍVICO
- 04-ALTO DA GLÓRIA
- 05-ALTO DA RUA XV
- 06-CRISTO REI
- 07-JARDIM BOTÂNICO
- 08-REBOUÇAS
- 09-ÁGUA VERDE
- 10-BATEL
- 11-BIGORRILHO
- 12-MERCÊS
- 13-BOM RETIRO
- 14-AHÚ
- 15-JUVEVÊ
- 16-CABRAL
- 17-HUGO LANGE
- 18-JARDIM SOCIAL
- 19-TARUMÃ
- 20-CAPÃO DA IMBUIA
- 21-CAJURU
- 22-JARDIM DAS AMÉRICAS
- 23-GUASIROTUBA
- 24-PRADO VELHO
- 25-PAROLIN
- 26-GUAÍRA
- 27-PORTÃO
- 28-VILA IZABEL
- 29-SEMINÁRIO
- 30-CAMPINA DO SIQUEIRA
- 31-VISTA ALEGRE
- 32-PILARZINHO
- 33-SÃO LOURENÇO
- 34-BOA VISTA
- 35-BACACHERI
- 36-BAIRRO ALTO
- 37-UBERABA
- 38-HAUER
- 39-FANNY
- 40-LINDÓIA
- 41-NOVO MUNDO
- 42-FAZENDINHA
- 43-SANTA QUITÉRIA
- 44-CAMPO COMPRIDO
- 45-MOSSUNGUÊ
- 46-SANTO INÁCIO
- 47-CASCATINHA
- 48-SÃO JOÃO
- 49-TABOÃO
- 50-ABRANCHES
- 51-CACHOEIRA
- 52-BARREIRINHA
- 53-SANTA CÂNDIDA
- 54-TINGÜÍ
- 55-ATUBA
- 56-BOQUEIRÃO
- 57-XAXIM
- 58-CAPÃO RASO
- 59-ORLEANS
- 60-SÃO BRAZ
- 61-BUTIATUVINHA
- 62-LAMENHA PEQUENA
- 63-SANTA FELICIDADE
- 64-ALTO BOQUEIRÃO
- 65-SÍTIO CERCADO
- 66-PINHEIRINHO
- 67-SÃO MIGUEL
- 68-AUGUSTA
- 69-RIVIERA
- 70-CAXIMBA
- 71-CAMPO DE SANTANA
- 72-GANCHINHO
- 73-UMBARÁ
- 74-TATUQUARA
- 75-CIDADE INDUSTRIAL



PARQUES E PRAÇAS

LEGENDA

- Divisa de Bairros
- Elementos de Hidrografia
- Parques
- Praças

FONTE: SMMA JUN/2002

ESCALA: 1:150.000

ELABORAÇÃO: SET/2002



IPPUC - INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA
SUPERVISÃO DE INFORMAÇÕES

Rua Bom Jesus, 669 - Cabral - Curitiba - Paraná - Brasil - CEP 80.035-010 - Fone: (0_41) 352-1414 - Fax: (0_41) 254-8661 - E-mail: geo@ippuc.org.br

CE

A análise do MAPA 2 ainda demonstra que estas áreas protegidas pertencem às Bacias Hidrográficas do Passaúna e do Iguaçu, que possuem grande valor para a preservação das águas que abastecem a população curitibana.

Não se pode deixar de observar ainda no MAPA 2 que o bairro Uberaba (37) possui poucos espaços públicos para o lazer, e que as áreas verdes e parques aparecem em menor número, um dos motivos para esta ocorrência se dá pelo fato de que este bairro é densamente povoado, e que em planos de desenvolvimento urbano anterior, (época de menor taxa ocupação territorial), os planejadores não contemplaram o referido bairro com tais espaços, tornando-se ineficaz a preservação ambiental naquela região da APA do Iguaçu, já que a interrupção deste corredor verde constatada no bairro Uberaba prejudica toda e qualquer ação para proteger integralmente esta região.

A TABELA 2 – Espaços públicos com áreas verdes planejadas para a população, ilustra a quantidade destas áreas para o uso público, deve-se, no entanto salientar que apesar de sua totalidade ser considerada alta para os parâmetros mundiais, os espaços considerados importantes para o equilíbrio ambiental da cidade em termos de proteção e preservação ambiental, são baixos, deve-se atentar ainda para o fato de que o crescimento populacional pressiona tais regiões, e que a cidade já não dispõe de grandes extensões territoriais para preservar através do planejamento de espaços públicos para o lazer da população e que possam cumprir a função de preservação ambiental, sanitária e paisagística no espaço urbano.

Associar os espaços existentes e já protegidos por legislação ambiental a necessidade de urgente ocupação legal destes espaços, é garantir a correta utilização destes ambientes com características naturais, e que estão sob pressão de diversos atores sociais, dentre eles, a ocupação desordenada, a exemplo da realidade constatada na APA do Iguaçu, no bairro Uberaba.

TABELA 2 – ESPAÇOS PÚBLICOS COM ÁREAS VERDES PARA O LAZER DA POPULAÇÃO CURITIBANA

INDICADOR	CIDADE
Bosques(2004)	14
Centros Esportivos	2
Eixos de Animação	14
Jardinetes (2002)	330
Jardins Ambientais(2002)	5
Largos (2002)	54
Núcleos Ambientais(2002)	11
Parques	17
Praças	394
Total	841

FONTE: Adap. IPPUC, 2004.

Estes números podem ser considerados altos para os padrões internacionais em termos de área verde por habitante, no entanto percebe-se, que em Curitiba, estas áreas estão concentradas na região Norte como mostra o MAPA 2 - Parques e Praças de Curitiba, considerando-se apenas os Bosques e Parques, por serem espaços maiores, com legislações e fins específicos conforme a proposta deste trabalho.

É importante observar ainda que desde a década de 70, Curitiba vem mantendo a postura do planejamento voltado a criação destes espaços para sua população.

Atualmente, além da paisagem positiva, estes parques e espaços públicos para o lazer remetem a cidade para uma nova configuração urbana, aliada a perspectiva de gerar novos produtos a partir de sua organização espacial.

A TABELA 3 descreve o ano de implantação dos principais parques em Curitiba, instalados com o propósito de preservar as margens e entorno dos rios existentes em Curitiba, e de que forma estes são utilizados para atender seus visitantes.

TABELA 3 – ANO DE IMPLANTAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS PARA O LAZER DA POPULAÇÃO

Implantação	Rio	Nome do atrativo	Extensão	Utilização
1972	Belém	Parque São Lourenço	203.918m ²	Recreação, educação ambiental, cursos diversos
1972	Nascente Bacacheri	Parque Barreirinha	275.380m ²	Horto municipal
1972	Barigui	Parque Barigui	1,4 milhão de m ²	Centro de Convenções, Museu do Automóvel, passeio e caminhadas
1979	Iguaçu	Parque Regional do Iguaçu	8 milhões de m ²	Zoológico, Parque Náutico
1980	Belém	Bosque João Paulo II	46.337m ²	Memorial da Imigração Polonesa
1988	Bacacheri	Parque Bacacheri	152.000m ²	Caminhada e canchas de esporte
1991	Passaúna	Parque Passaúna	6,5 milhões de m ²	Passeios
1991	-	Jardim Botânico	278.000m ²	Estufa, Museu, caminhada, artesanato
1994	Barigui	Parque Tingui	380.000m ²	Exposição de pessankas
1996	-	Bosque Alemão	38.000m ²	Cascata, casa dos contos
1996	Barigui	Parque Tanguá	235.000m ²	Mirante, pistas para caminhada

FONTE: RIBEIRO, R.M., 2005

Esta tabela objetiva demonstrar apenas parte dos parques existentes em Curitiba, sob a perspectiva da necessidade de otimizar espaços e preservar os remanescentes naturais ainda existentes na capital. Percebe-se que devido aos investimentos do governo municipal, estes locais são freqüentados em número considerável pela população local em finais de semana, e que estão ainda sendo apropriados por turistas interessados em conhecer as inúmeras áreas verdes existentes em Curitiba.

Através da análise em particular quanto à utilização destes espaços públicos para o lazer, pode-se identificar produtos tanto para atender à população, quanto para atender a visitação turística como mencionado no item - Utilização - na TABELA 3.

O presente trabalho pretendeu demonstrar que, os espaços públicos planejados para atender a população são realmente incorporados à vida cotidiana, e que a Capital paranaense ainda possui estes espaços não planejados a exemplo da região do bairro Uberaba, onde esta iniciativa seria primordial para a preservação da natureza ainda

existente, mesmo que degradada.

Desta forma, pode-se comprovar através do MAPA 5 - OCUPAÇÕES IRREGULARES NA REGIONAL CAJURU, (página 98 deste trabalho) que a Prefeitura já identificou que a área de Proteção Ambiental do Iguaçu está sendo ocupada, e que a mesma não recebeu o benefício do planejamento adequado por sua importância ambiental. Esta região portanto poderia ser transformada em área natural adaptadas e estruturadas como parques ou bosques para o lazer da população, ao invés de sofrer com as irregularidades constatadas inclusive pela prefeitura.

Atualmente, mesmo com a intenção de manter o *slogan* de cidade ambientalmente correta, a capital paranaense, não ordena as ações de planejamento priorizando remanescentes, fundos de vale, ou áreas que estão sendo invadidas em decorrência do contingente populacional que aqui se estabelece.

O planejamento não acompanhou o crescimento populacional vertiginoso provocado pelo êxodo de pessoas de baixa renda e pouca especialidade que ao sair de seu local de origem em busca de novas alternativas de trabalho, instalaram-se irregularmente como pode ser observado nas periferias.

Fatores socioeconômicos foram determinantes na configuração desse fenômeno. Possuindo um poder aquisitivo incompatível com o valor de moradia ofertada..., os imigrantes foram levados a se instalar em áreas sem infra-estrutura, na sua periferia ou nos municípios periféricos. (MENEZES, 1996, p. 108)

Instaurou-se na cidade, em algumas regiões, o crescimento desordenado em áreas que a princípio, por questões ambientais não poderiam ser ocupadas por serem de proteção permanente. Entende-se que este fenômeno ocorre em princípio pela falta de ação local em muitos casos por falta de recursos financeiros, por especulação imobiliária, ou ainda, falta de interesse do poder público e acompanhamento das ações da gestão pública por parte da população envolvida, onde os envolvidos não percebem a importância do planejamento e os impactos positivos para a qualidade de vida que as Áreas de Proteção Ambiental podem trazer à população local e potencialmente a novos visitantes.

Com relação ao desenvolvimento desenfreado sofrido nas grandes cidades o Estatuto das Cidades no artigo 2º IV menciona:

o crescimento e desenvolvimento urbano como um processo que pressiona o equilíbrio social e ambiental. A prática do planejamento urbano, portanto, mais do que estabelecer modelos ideais de funcionamento das cidades, deve contemplar os conflitos e possuir uma função de correção dos desequilíbrios de todas as ordens que são causados pela urbanização. Nesse sentido, deve haver uma compreensão integrada do desenvolvimento urbano e econômico, incluindo as relações entre as regiões urbanizadas e as áreas sob sua influência direta. (Estatuto das Cidades, 2002, p. 33)

Várias áreas de Curitiba que possuíam riscos de enchentes ou ocupações descontroladas foram planejadas antecipadamente, impedindo o desenvolvimento desenfreado e os impactos negativos ao meio ambiente. A Região Norte de Curitiba obteve este benefício, e hoje devido aos investimentos do governo municipal, tornaram-se parques que são freqüentados pela população local e visitantes em geral.

A “fama” de “cidade ecológica”⁹, e de qualidade de vida, perfil delineado pelo poder público municipal, também atrai turistas interessados em conhecer os inúmeros espaços públicos com áreas verdes de Curitiba, e ainda a infra-estrutura que envolve estes locais agradáveis para estar dentro do ambiente urbano, e que são comentadas por meio de divulgação institucional em outras cidades do Paraná, outros estados, e até internacionalmente.

A seguir pode-se comprovar a importância destes espaços para o turista através da pesquisa de opinião realizada pela Paraná Turismo onde o turista entrevistado relata sua visão sobre a cidade. Destaca-se entre os pontos mais mencionados a visão deste com relação a definição da cidade :

TABELA 4 – OPINIÃO DE TURISTAS QUANTO A DEFINIÇÃO DA CIDADE

Definição da Cidade	Índice (%)	
	2001	2003
Cidade com qualidade de vida	40,5	37,3
Cidade ecológica	26,8	22,2
Cidade cultural	17,3	14,5
Cidade turística	8,8	11,7
Outros	6,6	14,3

FONTE: Paraná Turismo, 2004.

⁹ Cidade Ecológica foi o *slogan* escolhido pela Prefeitura de Curitiba desde 1992 para divulgar o município após a criação do Sistema próprio de Unidades de Conservação.

A partir da TABELA 4 percebe-se a relação direta entre qualidade de vida e cidade ecológica, uma vez que estes conceitos se aproximam dos anseios humanos, de que os ambientes naturais inseridos no meio urbano proporcionam novas visões sobre este espaço. Importante salientar que os dados referentes a pesquisa quanto ao item cidade turística revelam ainda que tímidos, dados crescentes de 6,6 % em 2001 para 14,3% em 2003, corroborando mais uma vez que esta atividade encontra-se em expansão no município.

Considera-se que o reflexo nas pesquisas com relação à qualidade de vida, está intimamente relacionado com a aplicação de legislação para proteger o meio ambiente na capital paranaense.

Desta forma, é importante mencionar a Lei 9.804/2000 do Sistema de Unidades de Conservação do Município de Curitiba, que estabeleceu no artigo 2º:

Para efeitos desta lei, entende-se por Sistema de Unidades de Conservação áreas no Município de propriedade pública ou privada, com características naturais de relevante valor ambiental ou destinadas ao uso público, legalmente instituídas, com objetivos e limites definidos, sob condições especiais de administração e uso, as quais aplicam-se garantias de conservação, proteção ou utilização pública. (Curitiba, 2000 IN LIMA, 2000)

As Unidades de Conservação são classificadas segundo o artigo 3º da mesma Lei 9.804/2000 em:

- I – Áreas de Proteção Ambiental(APA)
- II – Parques de Conservação
- III – Parques Lineares
- IV – Parques de Lazer
- V – Reservas Biológicas
- VI – Bosques Nativos Relevantes
- VII – Bosques de Conservação
- VIII – Bosques de Lazer
- IX – Específicas

As Unidades de Conservação existentes em Curitiba podem ser visualizadas no MAPA 3 - Unidades de Conservação em Curitiba.

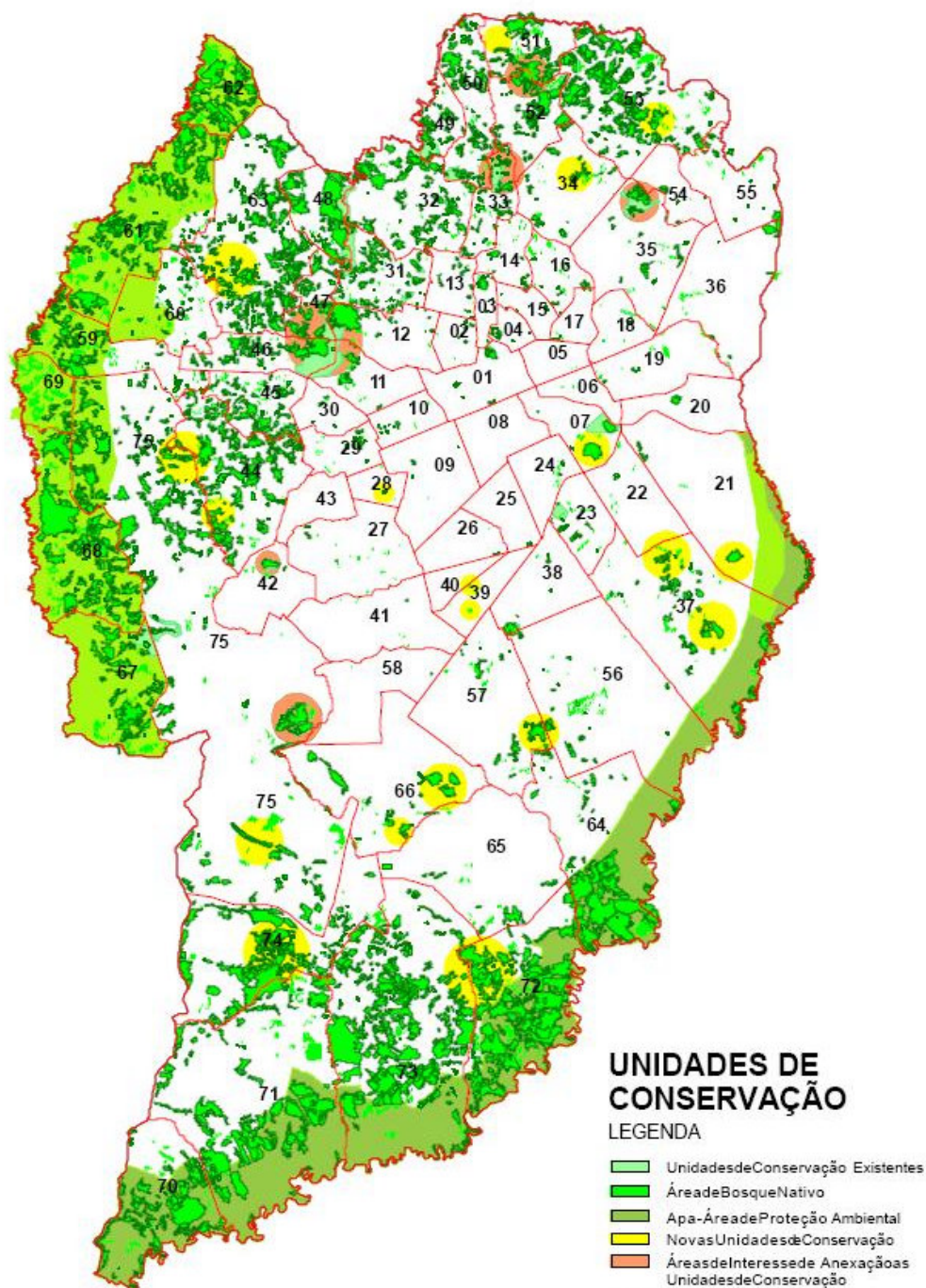
Diante da proteção ambiental e de espaços próprios ainda existentes em Curitiba, o MAPA 3 - Unidades de Conservação em Curitiba demonstra o empenho em proteger remanescentes, e ainda obter diante do ‘Governo Estadual um maior repasse do ICMS Ecológico’ (NUCCI, 2003).

Além da estratégia de criação de legislação própria, o governo municipal obteve benefício por manter uma imagem interna e externa diante de sua postura preservacionista, conquistando a simpatia da população curitibana, uma vez que esta utiliza com frequência estes espaços existentes, e a curiosidade de outrem no sentido de inovação em termos de gestão pública, e reconhecimento diante da “onda” que permeia a sociedade diante as perspectivas e tentativas várias em atingir o desenvolvimento sustentável das cidades.

MAPA 3 – UNIDADES DE CONSERVAÇÃO EM CURITIBA

BAIRROS

01-CENTRO
02-SÃO FRANCISCO
03-CENTRO CIVICO
04-ALTODAGLÓRIA
05-ALTODARUAXV
06-CRISTOREI
07-JARDIM BOTÂNICO
08-REBOUÇAS
09-ÁGUAVERDE
10-BATEL
11-BIGORRILHO
12-MERCÊS
13-BOM RETIRO
14-AHÚ
15-JUVENÉ
16-CABRAL
17-HUGOLANGE
18-JARDIM SOCIAL
19-TARUMÁ
20-CAPÃO D'ÁMBUIA
21-CAJURU
22-JARDIM DAS AMÉRICAS
23-GUABIROTUBA
24-PRADO VELHO
25-PAROLIN
26-GUAÍRA
27-PORTÃO
28-VILA ZABEL
29-SEMINÁRIO
30-CAMPINADO SIQUEIRA
31-VISTA ALEGRE
32-PILARZINHO
33-SÃO LOURENÇO
34-BOA VISTA
35-BACACHERI
36-BAIRRO ALTO
37-LIBERABA
38-HAUER
39-FANNY
40-LINDOIA
41-NOVO MUNDO
42-FAZENDA INHA
43-SANTA QUITERIA
44-CAMPO COMPRIDO
45-MOSSUNGUÊ
46-SANTO INÁCIO
47-CASCATINHA
48-SÃO JOÃO
49-TABOÃO
50-ABRANCHES
51-CACHOEIRA
52-BARREIRINHA
53-SANTACÂNDIDA
54-TINGUI
55-ATUBA
56-BOQUEIRÃO
57-XAXIM
58-CAPÃO RASO
59-ORLEANS
60-SÃO BRAZ
61-BUTATU VINHA
62-LAMENHA PEQUENA
63-SANTA FELICIDADE
64-ALTO BOQUEIRÃO
65-SITIO CERCADO
66-PINHEIRINHO
67-SÃO MIGUEL
68-AUGUSTA
69-RIVIERA
70-CAXIMBA
71-CAMPO SANTANA
72-GANCHINHO
73-UMBURA
74-TATUQUARA
75-CIDADE INDUSTRIAL



FONTE: LEI 9804/2000

ESCALA: 1:150.000

ELABORAÇÃO: NOV 2001



IPPUC - INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA

SUPERVISÃO DE INFORMAÇÕES

Rua Bom Jesus, 669 - Cabral - Curitiba - Paraná - CEP 80.035-010 - Fone: (0__41) 352-1414 - Fax: (0__41) 252-8678 - E-Mail: geo@ippuc.org.br

KL

As Unidades de Conservação visualizadas no MAPA 3 e planejadas como espaços públicos para o lazer, são freqüentadas por cidadãos curitibanos. Alguns destes espaços possuem maior visitação por serem mais centrais, ou por serem mais conhecidos. Vale ressaltar que a população considera que estes espaços são importantes na cidade como mostra os dados da pesquisa realizada pela Engenheira Florestal Elisabeth Hildebrand que revelou a importância que os parques de Curitiba representam para a população. Dentre as constatações, a pesquisadora aponta a “comprovação de que todos os investimentos feitos pelo poder público em áreas verdes dão retorno, inclusive econômico. Isso foi verificado quando as pessoas foram questionadas se estariam dispostas a pagar para entrar nos parques, e a maioria respondeu que sim... Além disso, a maioria absoluta (91,8%) se mostrou favorável à continuidade dos investimentos em parques”.(Gazeta do Povo, 17/02/2002)

De acordo com a pesquisa, e observando as regiões de Curitiba que possuem áreas de preservação e que o Poder Público ainda não interviu integralmente, volta-se a citar a região da Área de Proteção Ambiental do Iguaçu, localizado na região sul, sudeste do município, e que se estende desde o bairro Boqueirão até a divisa com o município de Piraquara com área total de 8.264.316 m². Em análise do MAPA 4- Unidades de Conservação em Curitiba, pode-se observar que o Bairro Uberaba possui a leste uma vasta área contemplada com a Unidade de Conservação, e que em alguns atrativos nos bairros pertencentes a esta unidade, o munícipe pode desfrutar das belezas do Zoológico de Curitiba localizado no Bairro Boqueirão e ainda o Parque Náutico, próprio para esportes aquáticos.

De acordo com Menezes,

nos limites geopolíticos de Curitiba as principais ocupações ocorreram na região sul. Parte considerável dessa região é contígua ao rio Iguaçu e sofria inundações periódicas em decorrência da má drenagem do solo. Essas enchentes ocorrem porque nessa área o Rio Iguaçu recebe as águas de seus três principais afluentes que cortam o perímetro urbano da cidade (Rio Atuba, Rio Belém e Rio Barigui). Em períodos sazonais de chuva, o encontro desses rios com o Rio Iguaçu causa o seu espraiamento por vastas áreas. Por conta disso, já em 1979 considerou-se essa área alagadiça como imprópria para habitação. (1996, p. 110)

Percebe-se através do MAPA 3 na página 61 que o bairro Uberaba (região 37), objeto deste estudo, que entre o rio Belém e a BR 277 (área continua em verde), apesar

de estar incluída na área pertencente ao Parque Iguaçu, não existem ações definidas por parte da gestão municipal para inibir a instalação de moradias irregulares, proporcionar a proteção ao meio ambiente e ao mesmo tempo criar novas opções de espaços públicos para o lazer da coletividade, mantendo com isso a proteção ambiental da Unidade de Conservação.

O registro de invasões por parte de população migrante está em estágio avançado como pode ser visualizado nas FOTOS 13, 14, 15, 16 respectivamente nas páginas 100 e 101, e ainda nas FOTOS AÉREAS 17 E 18 nas páginas 102 e 103 neste trabalho. Esta situação vem provocando degradação ambiental em uma área de preservação, e que deveria ser protegida pelo município, e ainda, causando impactos negativos à paisagem urbana, desmitificando a imagem da cidade como Capital Ecológica para os transeuntes, inclusive os que chegam em Curitiba via Aeroporto Afonso Pena, localizado no município de São José dos Pinhais.

O loteamento existente na área da APA e mapeado pelo IPPUC poderá ser visualizado em fotografias aéreas em capítulo específico para que se possa conhecer a realidade da região em virtude da não instalação do parque neste bairro, e quais as formas de planejamento previstas para aquela região a partir desta ocupação irregular.

Segundo Lynch,

A dimensão do aglomerado populacional pode ser limitada em termos absolutos, em função de certos limites ou através do controle da taxa de crescimento – para reduzir os custos dos serviços, evitar a dilaceração social, melhorar a gestão, preservar o caráter da comunidade e a qualidade ambiental, reduzir a poluição, ou evitar carências. (1999, p. 56)

Ainda de acordo com LYNCH (1999, p. 57), o planejamento em escala local, deve ser desenvolvido para estabilizar e reabilitar áreas em declínio, para conseguir uma utilização mais eficiente dos serviços e das infra-estruturas, para proteger a oferta de habitação e manter a igualdade.

Deste modo, acredita-se que a intervenção do planejamento nesta região possa comprovar que esforços de recuperação poderão amenizar desigualdades e proporcionar uma nova visão da paisagem nesta área de Proteção Ambiental.

A oferta de espaços abertos pode ser aumentada por causa da saúde, das comodidades e para apoiar a educação das crianças. Os monumentos históricos e as áreas abertas são preservados devido à sua importância simbólica, para evitar a quebra do equilíbrio ecológico, para melhorar a saúde e a diversão, ou para atrair turistas. (LYNCH, 1999, p. 56)

Ao observar o MAPA 2 - PARQUES E PRAÇAS DE CURITIBA (p. 65) pode-se verificar que a afirmação de LYNCH é cabível, uma vez que foi constatado espaços públicos de lazer para a população em áreas já planejadas na APA do Iguaçu, nos bairros Boqueirão e Cajuru, e que em outras áreas ainda não há sinais de planejamento para proteção ambiental e uso racional, a exemplo do bairro Uberaba.

Considera-se imprescindível a correção do planejamento nesta área, para que não ocorra a quebra do equilíbrio ecológico da APA do Iguaçu.

3.3 O TURISMO EM CURITIBA

Curitiba foi uma das primeiras cidades brasileiras a efetivamente valorizar o papel do planejamento urbano nos anos 60. (SILVEIRA, 1998, p. 66)

Esta tradição em planejar proporcionou à cidade um crescimento razoavelmente mais organizado se comparado às outras capitais brasileiras. Curitiba apresentou a partir destes resultados, bons índices de qualidade de vida, e esta foi a condição primordial para que a imagem positiva da cidade pudesse ser construída. “Imagem esta que tem sido bastante utilizada por governantes locais, tanto para atender interesses políticos, quanto para atrair e/ou ampliar novos tipos de investimentos e de consumo, como é o caso do turismo e do lazer”. (SILVEIRA, 1998, p. 67)

Vários fatores contribuíram para que Curitiba fosse projetada no cenário brasileiro, dentre esses, pode-se destacar que a localização geográfica como ponto de referência para novos negócios relacionados com o Mercosul, por ser considerada ponto estratégico para negociações com os países deste mercado. Outro aspecto relevante a ser mencionado é que Curitiba e Região Metropolitana passaram na década de 90 a ser cenário da expansão do setor automobilístico no Brasil. Esta expansão provocou maior conhecimento das pessoas em relação à cidade, e conseqüentemente seu interesse em conhecê-la. Diante da expansão dos eventos relacionados ao turismo de negócios, a oferta de serviços de apoio como novos restaurantes, hotéis, centros de eventos, transportes surgiram para atender esta demanda.

A cidade passa a figurar no cenário brasileiro como centro de reuniões, e eventos de projeção nacional e internacional.

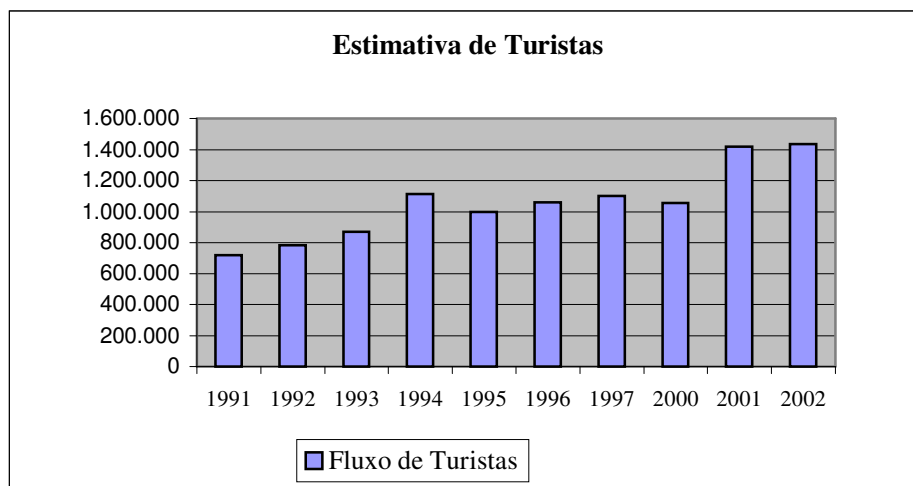
Este público que frequenta a cidade a negócios, passa a se inserir no cotidiano urbano conhecendo as opções de lazer ofertadas na cidade.

Esta realidade fez com que Curitiba passasse de cidade dormitório¹⁰ para cidade receptiva de turistas. Isso pode ser constatado no GRÁFICO 2 que demonstra em 1991- 716.082 visitantes, mas que em 2002 passou para 1.437.053, um aumento de 100,7% de turistas em onze anos.

¹⁰ Cidade dormitório é o termo utilizado para caracterizar turistas que apenas pernoitam, e que no dia seguinte seguem para outras localidades consideradas por seus atrativos turísticos.

O GRAFICO 2 pode expressar de maneira mais clara a evolução do fluxo de turistas na capital paranaense.

GRÁFICO 2- ESTIMATIVA DE FLUXO DE TURISTAS –1991 A 2002



FONTE: Estatísticas do Turismo/ed. 2004 – Paraná Turismo

Estes dados reforçam o conceito de que o planejamento contribui para a organização de novos setores produtivos, gerando novas oportunidades de trabalho para a população local.

A partir da nova configuração econômica de Curitiba, os parques passaram a compor um novo produto turístico.

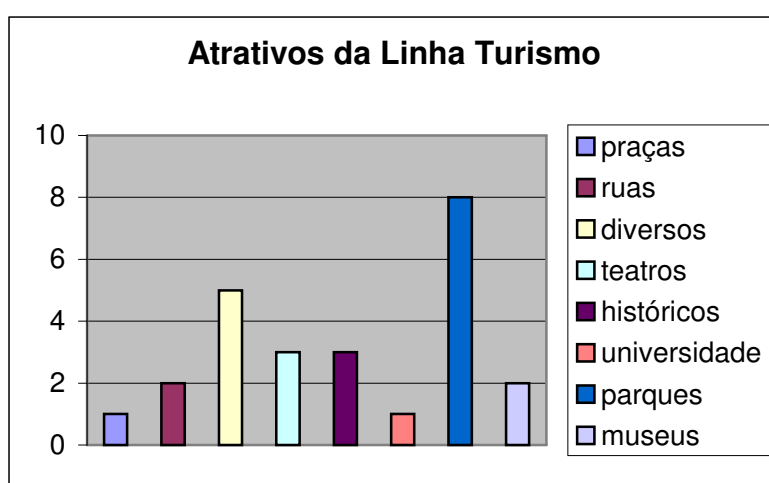
Deste modo, a Secretaria Municipal de Turismo de Curitiba em parceria com a URBS - Urbanização de Curitiba S/A em 1999, implantou a Linha Turismo¹¹, que percorre vários atrativos da cidade. Esta Linha é composta por 25(vinte e cinco) atrativos divididos em 8 (oito) parques ou bosques, além de museus, teatros, praças, universidades, e demais atrativos como mostra o GRÁFICO 3.

Constata-se que os parques e bosques são os atrativos predominantes na composição deste produto

¹¹ A Linha Turismo é um roteiro onde o turista embarca em ônibus (jardineiras) especialmente preparado para visitação aos pontos mais interessantes da cidade. Circula de terça a domingo, possui pontos específicos de parada e percorre uma distância de 40 km com duração de aproximadamente 02 horas. Em cada ponto há uma breve parada para embarque e desembarque de passageiros. A cartela com 4 tíquetes dá direito a embarque e três reembarkes, o que permite ao turista paradas prolongadas em até três atrativos escolhidos.

turístico¹², o que demonstra a importância destes para o sucesso deste transporte turístico que percorre vários pontos de relevante interesse de visitantes que vêm a Curitiba por diversos motivos, e sua inclinação por conhecer estas regiões contempladas por um planejamento que prevê não só espaços para comércio e moradia, mas minimiza impactos negativos através da formação de espaços públicos de lazer e contemplação da natureza para a cidade, seus habitantes e turistas.

GRÁFICO 3 – ATRATIVOS DA LINHA TURISMO

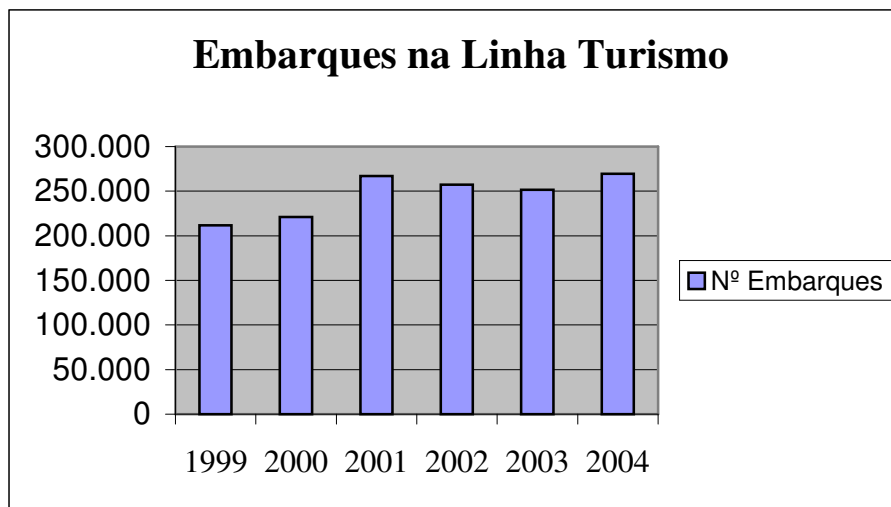


Fonte: Adaptado por RIBEIRO, R.M.,2005.

Os dados estatísticos do município disponibilizados pela URBS (2005), demonstram que o número de turistas que utilizam este transporte para conhecer os atrativos de Curitiba no que se refere ao movimento da Linha Turismo, pode-se observar que a demanda vem aumentando nesta linha própria para atender visitantes. No ano de 1999 houve 211.572 mil embarques, e no ano de 2004 o número cresceu para 269.672 turistas utilizando-se deste meio de transporte turístico para conhecer a cidade.

¹² Produto Turístico é a somatória do atrativo turístico mais os serviços turísticos, a infra-estrutura básica e o conjunto de serviços urbanos de apoio ao turista. (IGNARRA, 1999, p. 30)

GRÁFICO 4 – NÚMERO DE EMBARQUES NA LINHA TURISMO



FONTE:URBS, 2005

Atualmente, a Linha Turismo está entre os produtos mais utilizados para que o turista que vem a Curitiba possa conhecer a cidade, e como mostrou o Gráfico 3, este meio de transporte turístico no seu itinerário é composto principalmente de parques. Para comprovar a hipótese de que os parques são realmente o atrativo mais visitado em Curitiba, mostrar-se-á a seguir dados estatísticos da Pesquisa de Demanda realizada nos anos de 2000, 2001 e 2003, que comprovam que independentemente de qual o meio de acesso aos atrativos, o mais visitado aos que chegam a Curitiba é o Jardim Botânico.

O objetivo de citar com mais detalhamento este espaço público para o lazer, deve-se ao fato de que esta área até 1989 estava degradada, abandonada, e entre vários aspectos vinha provocando a desvalorização do espaço urbano bem como depreciando a paisagem do entorno, ainda sofrendo pressão das ocupações irregulares. Imprescindível comentar ainda que nesta área havia um remanescente da vegetação natural da região e que deveria ser preservada.

Com o intuito de modificar este espaço urbano, foi criado em 1991 o Jardim Botânico Municipal de Curitiba em área degradada existente no bairro Capão da Imbuia.

A instalação deste espaço público para o lazer foi tão importante, que em uma

nova configuração e divisão territorial de Curitiba atualmente, a região passou a ser chamada de Jardim Botânico, desmembrado do Bairro Capão da Imbuia.

A área onde hoje se encontra este atrativo estava à época sendo invadida, a exemplo do que vem ocorrendo no bairro Uberaba, e, como parte da sua vegetação ainda estava preservada, o governo municipal, através de ações de planejamento e como estratégia de revitalizar aquele espaço promoveu a construção de um novo espaço público para o lazer da população.

O Jardim Botânico possui uma área de 178.000 m² e possui legislação própria de utilização através do Decreto nº 471/88, e que o diferencia dos demais parques de Curitiba. Pode-se destacar que neste espaço há a promoção de pesquisas florestais voltadas à recuperação de ecossistemas degradados. O visitante pode conhecer o Museu Botânico com exposição permanente de exemplares da flora e fauna característica da região, bem como, trabalhos científicos de interesse geral. O Jardim Botânico possui ainda lago, pista de caminhada, lanchonete e estufa, com espécies de plantas da vegetação brasileira. O espaço realmente aprazível conquistou o curitibano, sendo freqüentado diariamente e em fins de semana. A aceitação deste espaço público por parte da população local fez com que o Jardim Botânico passasse a fazer sucesso também junto a turistas em visita a Curitiba, e hoje, é considerado um dos lugares mais visitados da cidade, e conhecido no Brasil inteiro.

A TABELA 5 demonstra em números absolutos, os 10 atrativos mais citados em Pesquisa de Demanda realizada pela Paraná Turismo no ano de 2000.

TABELA 5- ATRATIVOS TURÍSTICOS MAIS VISITADOS EM 2000

NOME DO ATRATIVO	CITAÇÕES
Jardim Botânico	542
Ópera de Arame	422
Parque Barigui	277
Parque Tanguá	219
Parques	156
Shopping	155
Santa Felicidade	123
Estação Plaza Show	120
Rua 24 Horas	111
Rua XV de Novembro	111

Fonte: Paraná Turismo, 2001

Percebe-se que no ano de 2001, TABELA 6, o Jardim Botânico ainda é o mais citado quando turistas são questionados sobre qual o atrativo turístico mais visitado quando da sua estada em Curitiba. Pode-se notar ainda que, os parques, permanecem em ordem de destaque junto aos atrativos mais citados, o que denota, a grande preferência dos turistas diante estes espaços públicos com áreas verdes planejados e estrategicamente instaladas na cidade.

TABELA 6 - ATRATIVOS TURÍSTICOS MAIS VISITADOS EM 2001

NOME DO ATRATIVO	CITAÇÕES
Jardim Botânico	213
Ópera de Arame	178
Parque Tanguá	149
Parque Barigui	141
Santa Felicidade	111
Shopping	109
Passeio Público	50
Rua XV de Novembro	43
Linha Turismo	40
Rua 24 Horas	37
Parques	32
Parque Tingui	31
Zoológico	27

Fonte: Paraná Turismo, 2002

No ano de 2002, segundo informações da Paraná Turismo, por motivos políticos, a pesquisa de Demanda não pode ser realizada, portanto, seguem dados para apreciação do ano de 2003, e que por novas estruturas de metodologia, passaram a ser computados em forma de porcentagem como pode ser visto na Tabela 8. Observa-se que neste ano, o Jardim Botânico apareceu em 2º lugar com 17,5% da preferência; no entanto vale a observação que o 1º lugar com 22,2% permaneceu com o atrativo: **Parques**, que pode ser enquadrado na categoria de espaços públicos verdes para o lazer.

TABELA 7 - ATRATIVOS TURÍSTICOS MAIS VISITADOS EM 2003

NOME DO ATRATIVO	CITAÇÕES (%)
Parques	22,2
Jardim Botânico	17,5
Ópera de Arame	14,3
Shopping	8,3
Santa Felicidade	6,3
Museus	5,8
Rua XV / Rua 24 Horas	5,0
Largo da Ordem	3,9
Zoológico / Passeio Público	3,4
Outros	2,2
Linha Turismo	1,9
Bosques	1,6
Teatros	1,6

Fonte: Paraná Turismo, 2003

O objetivo de referenciar esta Pesquisa de Demanda realizada por Órgão competente, no caso Paraná Turismo, relacionada ao atrativo Jardim Botânico é comprovar que, Curitiba possui referencial para continuar investindo na criação de Parques Urbanos para atender a população, e que, estes são realmente potenciais para a vinda de turistas à cidade, e que a região do Bairro Uberaba possui este espaço subutilizado, necessitando de providências urgentes para a adequação da área de preservação ambiental como prevê a Lei 9.800/00, no que diz respeito à Área de Proteção Ambiental do Iguaçu através do Decreto 192 e que será estudada posteriormente.

Sabe-se que ações implantadas pelos órgãos municipais podem resolver e inibir problemas futuros para a cidade, e neste aspecto algumas regiões em Curitiba foram contempladas com esta visão futurista, onde a intervenção correta beneficia a todos. Desta forma considera-se pertinente o exemplo do Jardim Botânico.

A seguir através da observação da FOTO 1, a Região do Jardim Botânico e imediações, onde se pode observar a retomada da organização espacial, e sua adequação para receber nova estrutura de lazer ali instalada.

Observa-se na FOTO 1 - FOTO AÉREA DO ESPAÇO URBANO A PARTIR DA IMPLANTAÇÃO DO JARDIM BOTÂNICO, a grande mancha verde, remanescente de vegetação original, os lagos, aproveitando as áreas mais alagadas, a

estufa e o planejamento paisagístico dos jardins, que encantam o visitante.

Hoje, este espaço recebe não só a população de Curitiba como também pôde ser observado nas pesquisas da Paraná Turismo que o Jardim Botânico, é um dos lugares mais visitados por turistas que chegam a Curitiba.

Pode-se observar ainda a pressão urbana nos arredores do Jardim Botânico, onde as ruas dividem as casas e prédios construídos ao redor e que em virtude das ações de planejamento, hoje são beneficiadas com a existência desta área de lazer para a população.

A Legenda pode orientar o leitor quanto às instalações existentes, que permitiram o aproveitamento total da área, que antes estava ameaçada devido a especulação imobiliária e invasões constantes.

Legenda

- 1- Área remanescente da vegetação original.
- 2- Jardim arquitetonicamente projetado
- 3- Estufa com plantas originárias da vegetação brasileira
- 4- Lagos
- 5- Museu e área para exposições em geral
- 6- Velódromo I. Marinho
- 7- Av. Profº Lotário Meissner
- 8- R. Eng. Ostorja Roguski
- 9- R. Dom Duarte Leopoldo
- 10-R. Pres. Afonso Camargo
- 11-UFPR – Botânico
- 12- Centro Politécnico

FOTO 1 – FOTO AÉREA DO ESPAÇO URBANO A PARTIR DA IMPLANTAÇÃO DO JARDIM BOTÂNICO.



4. PLANEJAMENTO URBANO: UM FOCO NO BAIRRO UBERABA

4.1- ORIGENS HISTÓRICAS

Os primeiros registros de ocupação da região do Uberaba datam do século 18, onde pequenas plantações, e criação de gado eram a característica econômica da Região.

A vida era simples e pacata. As poucas casas eram feitas de troncos e tinham o chão batido (de barro)... Os desertos descampados e a mata virgem eram cortados por trilhas simples, caminhos para tropeiros que iam e vinham de São José dos Pinhais e Santa Catarina.(FENIANOS, 2001, p.20)

O bairro era cortado pela Estrada de São José dos Pinhais, hoje denominada Avenida Senador Salgado Filho e servia de acesso aos fazendeiros que traziam seus rebanhos até o Matadouro Municipal de Curitiba, inaugurado em 1899.

O nome Uberaba significa água que brilha em referência ao Rio Belém que à época das primeiras ocupações, era um rio limpo e sem poluição, e que corta toda a extensão territorial de Curitiba passando por vários bairros como o Cachoeira, Centro Cívico, Prado Velho, Guabirota, Uberaba, e deságua no Rio Iguaçu divisa com São José dos Pinhais.

A formação étnica inicial do bairro foi de japoneses, presentes na cidade de Curitiba a partir de meados da década de trinta para trabalhar na lavoura. Neste período e com esta etnia é que começaram a ser introduzidas no comércio da cidade, frutas e verduras, como o tomate, pepino e caqui. Em 1945, como o bairro já era conhecido pela colonização japonesa, e mesmo cercado pelo mato, foi escolhido para sediar um Clube de Amigos, hoje conhecido como *Nikkei* Clube.

O Uberaba é um dos setenta e cinco bairros da capital paranaense, está inserido na administração regional do Cajuru e possui área de 1.408,6 ha e limita-se com o Rio Iguaçu e Rio Belém, Rua José Ritmeyer, Cel. Francisco H. dos Santos, Av. Comendador Franco, Ruas Ulisses José Ribeiro, Frei Francisco de Mont' Alverne, marginal da BR 277, sendo bairros vizinhos o Jardim das Américas, Guabirota,

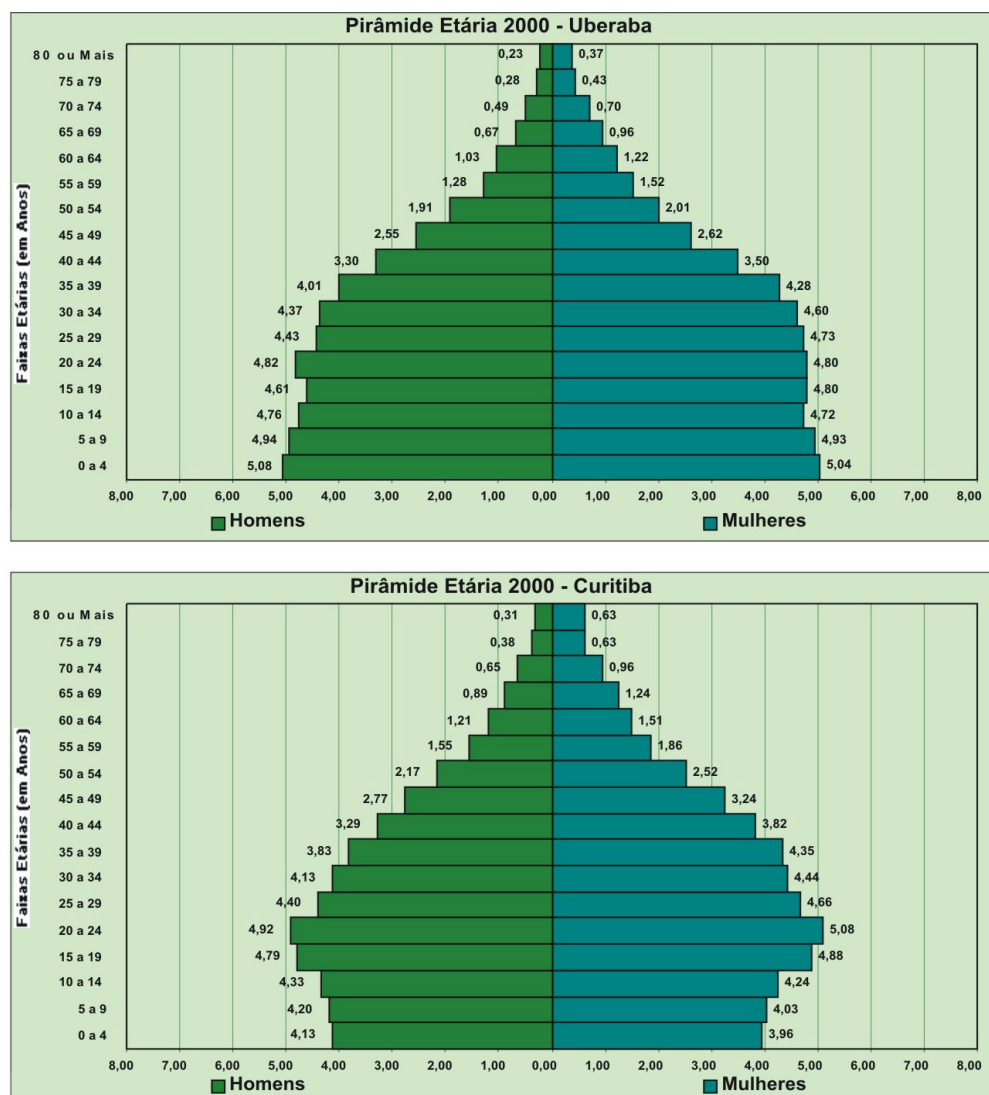
Hauer e Boqueirão.

O bairro Uberaba conta com uma população de 60338 habitantes, com 29418 homens e 30920 mulheres, dados do Censo de 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e possui taxa de crescimento anual de 7,21%, que se comparado à taxa de crescimento de Curitiba que é de 1,83% pode ser considerada alta.

A densidade demográfica neste bairro é de 42,84 hab/km² sendo que a densidade do município de Curitiba é de 36,76 hab/km².(IBGE, 2000).

A idade média da população do Uberaba é de 26,71 anos, porém, como pode ser observada na Pirâmide Etária, a massa populacional está dividida na faixa etária de 0 (zero) a 14 anos representando 28,9% do total da população, 57,42% são representadas por pessoas entre a faixa etária de 15 a 49 anos e 12,99% são representadas por pessoas de 50 a 80 anos ou mais. A importância com relação a observação da faixa etária deve-se, diante dos questionamentos a esta população sobre sua opinião a respeito da importância da criação de um parque no bairro para atender as necessidades de lazer da população residente. Portanto, a partir desta análise considerou-se a faixa etária de 15 a 49 anos como universo da pesquisa realizada.

CURITIBA



Fonte: IBGE-Censo Demográfico 2000.

Elaboração: IPPUC/Banco de Dados.

Notas: (*) Os valores percentuais foram calculados com base na população total de Curitiba.

O bairro Uberaba é caracterizado por fazer parte da bacia hidrográfica do Rio Belém, cuja área corresponde a 92,97 Km² (21,5% da área do município) e está totalmente inserida em área urbana. Esta bacia possui 21 Km de extensão, nasce ao Norte, passa pela área central, toma sentido SE até afluir no Rio Iguaçu, com uma vazão máxima de 223m³/s. O Rio Belém corta o bairro Uberaba em grande parte de sua extensão, e compõe uma divisa natural com os bairros Hauer e Boqueirão, e nesta extensão, não está canalizado apresentando elevados índices de poluição. Este rio deságua no rio Iguaçu ao final do bairro.

O Rio Iguaçu por sua vez, faz divisa com o Leste do município de Curitiba, com o Rio Atuba, toma sentido Sudoeste, até o Rio Barigui. A extensão por onde passa no município de Curitiba é de 40 Km. As principais Bacias Hidrográficas que compõem a Bacia do Alto Iguaçu e que passam pelo município de Curitiba são o Rio Atuba, Rio Belém, Rio Barigui e Rio Passaúna.

A proteção das bacias hidrográficas bem como as margens dos rios que a compõem, devem fazer parte do planejamento urbano. As águas destes rios mencionados anteriormente deságuam na Região da APA do Iguaçu.

O Bairro Uberaba possui uma associação do comércio e indústria, e trinta e uma associações de moradores, segundo dados da Prefeitura Municipal de Curitiba (2003). Além destas, há ainda a associação Nipo-Brasileira, a da Caixa Econômica Federal, Associações de Classe, de deficientes físicos, e religiosas.

Percebe-se diante destas inúmeras associações que o bairro possui organização representativa, e que possui interesses em fazer com que o bairro possa se desenvolver com a participação popular.

Pode-se se caracterizar o bairro por sua predominância comercial e residencial, com casas antigas (algumas de cunho histórico), e novas residências e condomínios em terrenos que a partir da década de 90 começam a ser ocupados com a construção de sobrados, característica arquitetônica desta década. O crescimento populacional, produzido através de novas construções e do fortalecimento das atividades produtivas, tem provocado rápido crescimento e ocupação territorial, inclusive em áreas de proteção ambiental onde ainda não foram concretizados os planejamentos existentes para instalação de espaços públicos para lazer e que possam atender a demanda populacional e ao mesmo tempo conter as invasões já constatadas.

A Legislação de Uso do Solo e o Zoneamento Urbano no Uberaba compreendem 5 formas para o uso do solo, que são: SE – CF, ZR-2, ZS-2, SE HIS e APA do Iguaçu.

SE – CF – Setor Especial da Av. Comendador Franco

Nesta área é permitida a construção de habitação unifamiliar¹³, habitação coletiva¹⁴, Habitação transitória 1, 2¹⁵, além de comunitário 1, 2 e 3¹⁶, comércio e serviço vicinal, de bairro e setorial e serviço específico¹⁷. Indústria tipo 1¹⁸. A SE – CF abrange as redondezas da Av. Comendador Franco (Av. das Torres), parte da Salgado Filho e da rua Joaquim Ignácio da Motta.

ZR –2 – Zona Residencial Dois

Esta área abrange grande parte do bairro, que pode ser visto na mapa anexo ao trabalho, e permite a habitação unifamiliar, e unifamiliar em série¹⁹, habitação institucional²⁰, comércio e serviço vicinal 1 e 2, indústria tipo 1 e comunitário 1.

ZS –2 – Zona de Serviço Dois

Engloba as áreas entre as ruas Arlindo Natal, Tenente Antônio Miranda Marques e nas proximidades da APA do Iguaçu. É permitido habitação transitória 2 e 3, comércio e serviço vicinal, de bairro, setorial e geral, comércio e serviço específico 1 e 2, indústrias do tipo 1 e 2²¹, comunitário 2. É tolerado a habitação unifamiliar por lote e também o comunitário 2. É permissível o comunitário 3, condomínio de indústrias tipo 1 e 2 e indústria tipo 3.

SE - HIS – Setor Especial de Habitação de Interesse Social

Este setor permite habitações unifamiliares, comércio e serviço vicinal, de bairro e setorial, habitação institucional, comunitário 1 e indústria tipo 1. As principais ruas que fazem parte desta área são: R. Velcy Bolívar Grando, R. Zacarias Gomes de Souza e Rua do Camacuan.

¹³ **Habitação unifamiliar** - destinada a servir de moradia a uma só família.

¹⁴ **Habitação coletiva** - comporta mais de 2 unidades habitacionais autônomas, agrupadas verticalmente, com áreas comuns de circulação interna e acesso ao logradouro público.

¹⁵ **Habitação transitória 1, 2 e 3** - Apart-Hotel, Pensão, Hotel e Motel.

¹⁶ **Comunitário 1, 2 e 3** - ambulatório, creche, escola especial, jardim de infância, auditório, centro de recreação, convenção e exposições, cinema, autódromo, estádio, entre outros.

¹⁷ **Comércio e serviço vicinal, de bairro e setorial e serviço específico** - açougue, casa lotérica, farmácia, bar, livraria, pastelaria, profissionais autônomos, manicure, consultórios, agências de serviços postais, entre outros.

¹⁸ **Indústria tipo 1** - confecções, pequenas, manufaturas, indústrias, caseiras e marcenarias.

¹⁹ **Unifamiliar em série** - comporta mais de 3 unidades autônomas de habitações unifamiliares agrupadas horizontalmente, paralelas ou transversais ao alinhamento predial.

²⁰ **Habitação Institucional** – edificação destinada à assistência social (albergue, alojamento estudantil, asilo, convento, seminário, internato e orfanato).

²¹ **Indústria tipo 2** – cozinha industrial, fabricação funilaria, indústria de panificação, indústria gráfica, entre outros.

APA do Iguaçu – Área de Proteção Ambiental do Iguaçu

Através do Decreto nº 192 ocorreu a regulamentação no que diz respeito à área de Proteção Ambiental do Iguaçu, tendo como objetivo a preservação, conservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental da bacia do Rio Iguaçu. Esta APA é administrada pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente SMMA, e de acordo com este decreto ficam definidas as seguintes áreas e setores na APA do Iguaçu: Área de preservação permanente (que visa preservar e restaurar as regiões próximas do rio, marginais, etc.); Setor de alta restrição de uso (contém ecossistemas únicos, espécimes de relevante interesse ecológico); Setor de média restrição de uso (áreas tradicionalmente utilizadas para agricultura, pecuária e extração mineral); Setor de transição (loteamentos residenciais aprovados anteriormente à implantação da APA); setor de uso esportivo; parque municipal do Iguaçu e setor de serviços. Segue o primeiro parágrafo do Decreto 192 sobre a APA do Iguaçu:

PREFEITO MUNICIPAL DE CURITIBA, CAPITAL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais contidas no Art. 72 inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Curitiba, e nos termos da Lei nº 7.833, de 19 de dezembro de 1991 e do Art. 3º, inciso I§ 1º, da Lei nº 9.804, de 03 de janeiro de 2000;

considerando a necessidade de regulamentar o uso das diversas atividades de modo a assegurar a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental da região de manancial do Rio Iguaçu;

considerando a necessidade de conservar os recursos genéticos com finalidades ecológicas e científicas;

considerando a necessidade de garantir espaços para recreação e a educação ambiental da população de Curitiba e Região Metropolitana;

considerando a necessidade de evitar e controlar a degradação dos solos e o assoreamento do Rio Iguaçu, assim como de proteger populações e bens, do risco de enchentes ao longo de seu curso;

considerando a necessidade de controlar a degradação da paisagem em função do desenvolvimento de atividades de exploração de recursos minerais e florestais e

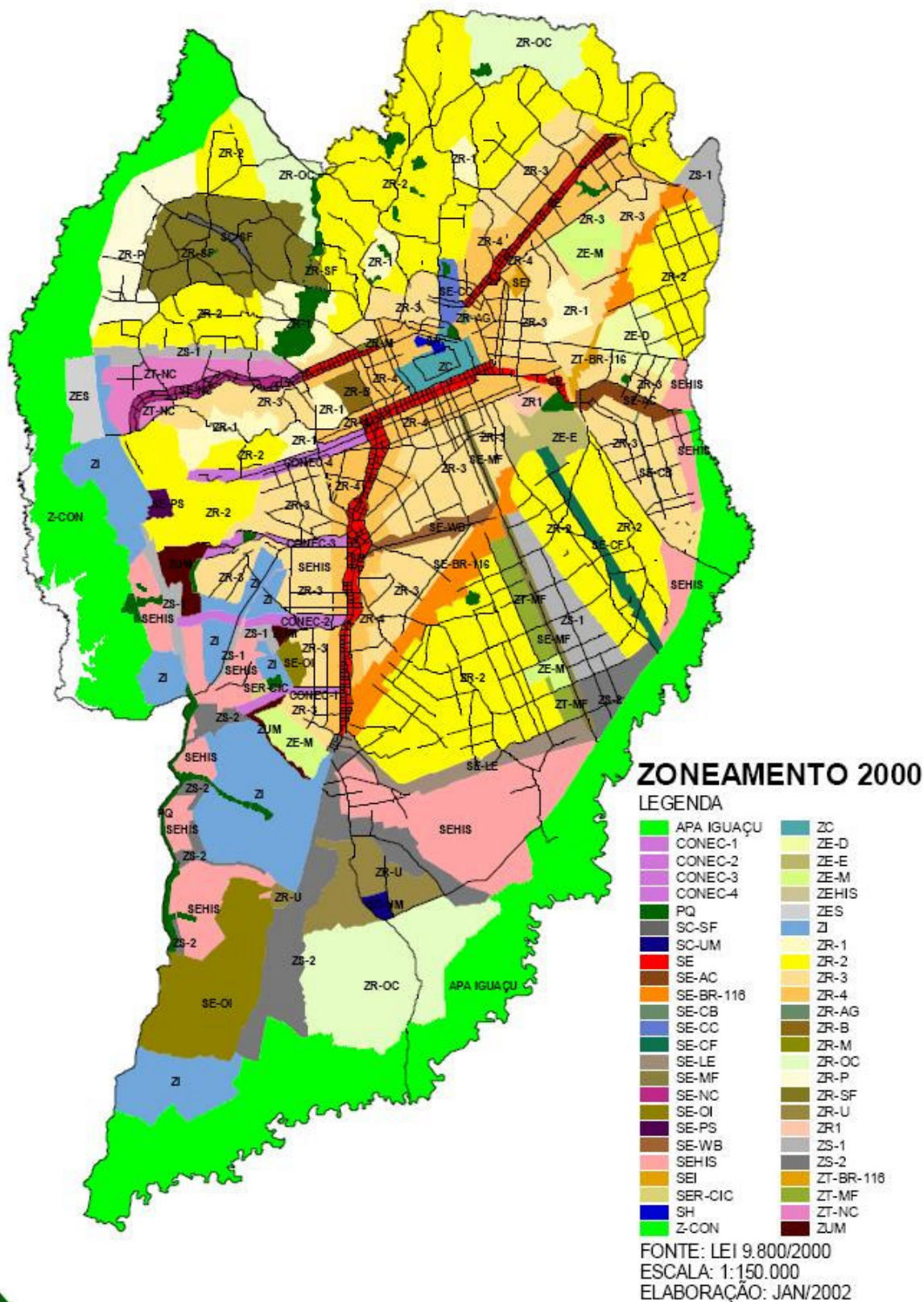
considerando a necessidade de se ordenar e regulamentar a ocupação existente, decreta:

ART. 1º Fica implantada a Área de Proteção Ambiental – APA do Iguaçu, com o objetivo de garantir a preservação, conservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental da bacia do rio Iguaçu contida no Município.

Partindo deste pressuposto legal, há pertinência quanto ao estudo do bairro

Uberaba no que concerne a região da APA do Iguaçu, pois foram observadas tantas transformações neste espaço urbano, e que sob o ponto de vista técnico, e humano retratam a realidade das cidades quando gestores não conseguem conter, apesar da existência de leis de proteção, a ocupação de áreas periféricas onde o poder público demora a intervir.

Desta forma, destaca-se no MAPA 4 o zoneamento urbano implantado a partir de 2000, observando com mais detalhes na região do bairro Uberaba, a extensão do Rio Belém e a APA do Iguaçu, ambas destacadas em verde.



IPPUC - INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA

O bairro Uberaba possui parte da Área de Proteção Ambiental do Iguaçu, e em

Rua Bom Jesus, 669 - Cabral - Curitiba - Paraná - Brasil - CEP 80.035-010 - Fone: (0_41) 352-1474 - Fax: (0_41) 254-8661 - E-mail: geo@ippuc.org.br

CE

alguns trechos apresenta ocupações irregulares, como exemplo a Vila Yasmin, que recentemente passou por um processo de reestruturação numa ação conjunta com a Prefeitura e Associações de Moradores.

A fim de evitar a ocupação irregular e o acúmulo de lixo em áreas de preservação ambiental a Prefeitura Municipal de Curitiba fez a relocação das famílias que moravam nas proximidades do rio entre fevereiro a junho de 2003. No entanto, após este período observou-se empiricamente que novas ocupações aconteceram devido ao crescimento populacional que Curitiba apresenta a cada ano.

Pode-se considerar que, segundo o Decreto 192, que regulamenta a APA, as ocupações em alguns trechos poderia ocorrer, todavia, no que diz respeito às ações de preservação do meio ambiente, e que seriam de responsabilidade do governo municipal não foram observadas, provocando utilização do espaço natural com residências irregulares.

O estudo detalhado da APA do Iguaçu e as ocupações irregulares foi tratado no sub-capítulo 4.4 – Área de Proteção Ambiental do Iguaçu- Constatação de uma realidade.

Vale ressaltar que este acesso é um Portão de Entrada por onde passam turistas que chegam a Curitiba Via BR 376 ou Aeroporto Afonso Pena, e que ao se depararem com estas imagens questionam-se: “Curitiba, Capital Ecológica?”

Pode-se definir Portões de Entrada como: “loais onde se concentram a entrada e/ou saída de turistas de uma zona turística, geralmente uma localidade com aeroporto, ou porto, ou posto de fronteira. Alguns portões de entrada se constituem, também, em pólos turísticos”. (IGNARRA, 1999, p. 28)

Pólo Turístico é o ponto central de uma área turística ou de zona turística. Pólo turístico é o ponto a partir do qual o desenvolvimento turístico se faz. Trata-se, portanto, do centro turístico mais equipado com infra-estrutura turística que tem papel de atrair fluxos turísticos e a partir dele irradiá-los por toda a região que o circunda. (IGNARRA, 1999, p. 29)

Percebe-se, no entanto que, na extensão a APA do Iguaçu, pertencente a outros

bairros, estas ocupações irregulares foram contidas em parte por ações de implantação de equipamentos de lazer para a população local, o que traz benefícios no sentido de conter a massificação do lugar, manter a paisagem urbana com boa qualidade, e ainda proporcionar à população opções de lazer localizada próximo de suas residências. Esta realidade pode ser mais bem visualizada no Mapa 4 – Unidades de Conservação em Curitiba, onde pode ser observados ao sul, o Jardim Zoológico, Parque Iguaçu e Parque Náutico localizados no Bairro Boqueirão, e ainda o Setor Esportivo Peladeiros, no Bairro Cajuru.

A potencialidade desta região em abrigar realmente um cinturão verde podendo se transformar em referência para outras cidades está perdendo valor diante da falta de iniciativa pública em determinar o planejamento da região como um todo, acolhendo as determinações da Legislação vigente e que deveria ser respeitada, tanto pelo poder público pela população que está ali instalada, e ainda por empresários, que através da especulação imobiliária acabam ocupando estas áreas.

A utilização deste espaço natural para fins de preservação, lazer, visitação, estudos, poderia ser planejada de acordo com ações em infra-estrutura, conscientização e responsabilidade. É dever do Poder Público, zelar pela preservação destas áreas já protegidas por lei para que posteriormente ao planejamento, empresários e população possam utilizar estes espaços de maneira ordenada. Um exemplo disto é o breve relato abaixo descrito retirado de um jornal de grande circulação em Curitiba, e que demonstra uma das várias potencialidades de utilização desta APA em Curitiba.

Este panorama do bairro induz ao leitor uma imagem da realidade, e uma imagem futura, de acordo com o posicionamento tanto do poder público quanto da população inserida neste ambiente.

“Também é possível criar bairros com uma forte identidade visual ou dotá-los de limites visíveis; construir centros ativos com um caráter especial; criar referências visíveis e audíveis em pontos e tempos estratégicos; explorar e intensificar características naturais, ou conservar e melhorar um caráter urbano existente.” (LYNCH, 1999, p. 56)

Em suma, a identidade do bairro Uberaba deve ser composta em ações

conjuntas para que a população tenha uma referência positiva do bairro onde mora, evitando assim que se imponha uma imagem negativa aos moradores diante da depreciação do espaço urbano, caracterizado pela falta de planejamento provocando desta forma a ocupação irregular já constatada em uma região que poderia ser valorizada e utilizada para o lazer e preservação ambiental.

A reportagem da Gazeta do Povo (26/jun/2005), citada a seguir, ilustra como as Áreas de Proteção Ambiental em Curitiba podem exercer várias funções, gerar novos serviços, e ainda projetar positivamente a cidade para visitantes.

Curitiba: o mergulhão-de-orelha-amarela, ave migratória comum na Patagônia e apresentado em catálogos turísticos como uma das aves que podem ser vistas no Pantanal, hoje pode ser encontrada em Curitiba e arredores além de pouco mais de 200 espécies. Segundo o ornitólogo Pedro Scherer Neto, “a maioria dos curitibanos não sabe, mas a capital paranaense tem uma rica avifauna, que pode proporcionar um tipo de lazer pouco comum aos brasileiros: a observação de aves”...“o pesquisador afirma que os parques e bosques de Curitiba mantêm ambientes adequados para a presença de pássaros dentro da cidade”. As regiões mais citadas na referida entrevista foram a região do Zoológico e do Parque Náutico do Iguaçu, o Passeio Público e o Bosque do Papa. Esta reportagem confirma a importância da preservação desta região de APA, e mostra que as atividades científicas, comentadas no Decreto 192/2000 já estão sendo exploradas, inclusive com a existência de uma empresa curitibana que organiza excursões para avistamento de aves na cidade cujo proprietário é o ornitólogo Rafael Sobânia. (GAZETA DO POVO, 2005, p. 5)

A citação anterior demonstra a potencialidade que as regiões naturais existentes na capital paranaense possuem no sentido de atrair novos visitantes para observar pássaros, ou conhecer a flora e fauna inserida harmoniosamente no ambiente urbano a partir de ações de planejamento.

4.2 CARACTERÍSTICAS DO BAIRRO UBERABA

O Uberaba é um dos bairros beneficiados pelo Programa Linhão do Emprego²², e faz parte dos 10 pólos de desenvolvimento da cidade. Este Programa já criou pelo menos 15 mil novos empregos. O objetivo deste é a criação de novas empresas e a ampliação das existentes em toda a área do Linhão. Com isso, novos postos de trabalho são gerados proporcionando trabalho para parte da população do entorno. No barracão empresarial do Uberaba situado na Rua Augusto David de Moraes nº 160, podem ser encontrados serviços de plotagens, loja de confecções, painéis de comunicação, comércio de cosméticos, loja de calçados, e loja de ervas e óleos naturais.

O bairro conta ainda com diversas fábricas e comércio variado, inclusive com serviço hoteleiro, e considerável número de restaurantes na extensão da Avenida Comendador Franco (Av. das Torres).

O número e variedade de restaurantes existentes no bairro são considerados por muitos, inclusive vereadores de Curitiba, uma região potencial para o turismo gastronômico. Percebe-se que, a partir do cenário gastronômico existente na Avenida das Torres o comércio se mantém aberto aos domingos, aproveitando a movimentação de pessoas que ali circulam para almoçar. Assim pode-se observar, lojas de jardinagem, artesanato, móveis, funcionando normalmente a partir deste fluxo gerado através dos restaurantes. Diante deste cenário, pode-se considerar inicialmente a potencialidade do bairro em ser contemplado com o planejamento de uma nova área de lazer através da implantação de ações pontuais na APA do Iguaçu. Novos empreendimentos poderão ser implantados neste bairro, respeitando o meio ambiente, e trazendo desenvolvimento produtivo através da potencialidade que a atividade turística proporciona.

²² Art. 30. O Setor Especial do Linhão do Emprego – SE-LE, é constituído por área de ocupação mista com predominância de atividades de comércio, prestação de serviços e pequenas indústrias voltadas à vocação da região e com incentivos à geração de emprego e renda. (LIMA, 2000, p. 128)

Na sequência pode-se exemplificar serviços já existentes no bairro, e que podem vir a ser produtos direcionados a turistas, compondo a infra-estrutura necessária para composição do produto turístico.

FOTO 2 –HOTEL TORRES GALLI



FONTE: Mauricio Vigolo

Endereço: Av. Comendador Franco, 4600

Nº . de unidades Habitacionais: 44 unidades habitacionais, sendo 13 singles, 29 doubles e 2 twins.

Espaço para refeições: com capacidade para até 50 pessoas. O local é utilizado para servir refeições para os eventos e diariamente o café da manhã.

Local para eventos: possui sala para reuniões com capacidade para 20 pessoas.

Business Center: sala de computadores com internet ADSL e impressoras.

Número total de funcionários: aproximadamente 11 funcionários

FOTO 3 – CHURRASCARIA TORRES



FONTE: Mauricio Vigolo

Nome do estabelecimento: Churrascaria Torres LTDA

Endereço: Avenida Comendador Franco, 5071

Horário de Funcionamento: Todos os dias sendo o horário do almoço das 11h às 15h e o jantar das 18h às 23h.

Especialização/Serviços: rodízio de carnes. Buffet de massas e saladas.

FOTO 4 – CHURRASCARIA RECANTO GAÚCHO



FONTE: Mauricio Vigolo

Nome do estabelecimento: Recanto do Gaúcho

Endereço: Avenida Comendador Franco, 4600

Horário de Funcionamento: terça a sábado das 11h45min às 15h45min e o jantar das 18h45min às 24h.

Especialização/Serviços: rodízio de carnes. Buffet de massas e saladas.

Decoração e Mobiliário: mesas e cadeira de madeira possui sofás de cor clara e o ambiente também é claro. Possui 80 mesas com capacidade para atender até 400 pessoas ao mesmo tempo.

FOTO 5 – ARMAZÉM SANTA ANA



FONTE: Mauricio Vigolo

Nome do estabelecimento: Armazém Santa Ana

Endereço: Avenida Salgado Filho, 4460.

Ano de inauguração: 1934

Horário de Funcionamento: todos os dias das 9h às 23h.

Especialização/Serviços: salgados, embutidos e laticínios, comidas em geral.

Decoração e Mobiliário: mesas de madeira com cadeiras de madeira com palha, móveis rústicos.

Este Armazém está inserido no Roteiro do Guia Quatro Rodas como um dos mais freqüentados de Curitiba, e seu proprietário mantém a tradição em servir alimentos diferenciados, o que traz mais personalidade ao local.

Outro espaço para lazer é o Clube Nikkei de Curitiba, que abre suas portas à comunidade para treinos esportivos e festas típicas, as outras instalações do clube somente são utilizadas por sócios. Localiza-se na Rua Pe Júlio Saavedra, 598 ao lado da Casa Kozak. O horário de funcionamento é de terça a sexta das 8h às 12h e das 13h às 20h, sábados e domingos das 9h às 12h e das 13h às 19h.

O clube possui quadras para esportes como vôlei, futebol, beisebol, tênis, basquete, *soft*, entre outros, e ainda oferece piscina aos associados, e salão para eventos com capacidade para até 200 pessoas que pode ser alugado.

O Nikkey Clube é responsável pela organização do evento HaruMatsuri e IminMatsuri²³, que é realizado sempre nos meses de julho e setembro na praça do Japão em Curitiba. Este evento ressalta a cultura japonesa por meio da gastronomia, danças típicas, exposições históricas e cerimônia do chá, também é realizado nas instalações do mesmo, e aberto à comunidade.

FOTO 6 - CLUBE NIKKEY DE CURITIBA



Constatou-se ainda na Área de Proteção Ambiental, a presença de um empreendimento privado (Marina) que aproveita o espaço aquático para o aluguel e garagem de jet-ski's mediante pagamento de mensalidade. Esse empreendimento foi construído em 2001, e em 2002 foi local de uma das provas do campeonato brasileiro

²³ HaruMatsuri significa - Festa da Primavera e Imin Matsuri significa - Festa dos Imigrantes.

de jet-ski.

Na área da APA do Iguaçu, encontram-se empreendimentos diversos. A seguir pode-se ilustrar duas potencialidades a serem estudadas e reordenadas de acordo com as especificidades da Lei de Zoneamento da APA que em alguns casos permite algumas formas de utilização.

FOTO 7- EMPREENDIMENTO PARTICULAR PARA O LAZER



Fotos: Maurício Vigolo

FOTO 8 – VISTA DIREITA DO LAGO DO RIO IGUAÇU



Nome do estabelecimento: Jet Side
Endereço: Avenida Salgado Filho, 7636

Especialização/Serviços: aluguel de jet-ski's, espaço para deixar o jet-ski mediante pagamento de mensalidade, venda, conserto e manutenção de jet-ski's. Próximo ao Jet Side existe uma antiga olaria e um espaço aberto com cobertura que

estão abandonados. Tal espaço privado poderia ser alternativa para novas opções de lazer, a partir de projeto particular.

FOTO 9 – OLARIA DESATIVADA



Fotos: Maurício Vigolo

FOTO 10 – ESTRUTURA METÁLICA SEM USO



A pesquisa sobre qual poderá ser a nova atividade neste local não obteve sucesso, pois não foram encontrados os proprietários para maiores esclarecimentos, no entanto a visualização de abandono denota que em uma ação de planejamento, várias

alternativas de uso poderiam ser trabalhadas neste espaço, caso houvesse a concordância de seus proprietários.

As fotos e relatos citados anteriormente denotam a capacidade que o bairro Uberaba possui para que a atividade turística possa ser organizada, e mesmo que esta não se concretize, a população poderá usufruir do planejamento aplicado para o seu bem estar.

4.3 OS ESPAÇOS PÚBLICOS PARA O LAZER NO BAIRRO UBERABA

Segundo Lynch (1999, p.407) há dois pontos de vista contrários sobre a distribuição do espaço aberto no ambiente urbano.

Os espaços abertos devem ser concentrados e contínuos, de modo à “darem forma” ao resto da cidade. Estes espaços devem estar interligados em conjunto e, em função da respectiva dimensão, deve proporcionar um verdadeiro alívio relativamente às condições superlotadas da cidade.

Segundo o outro ponto de vista, os espaços devem ser pequenos e estar bem disseminados por todo o tecido citadino, de modo a serem tão acessíveis quanto possível.

Acredita-se que as duas formas de planeamento de espaços abertos para o lazer possam trazer benefícios para a população, no entanto, percebe-se que as cidades foram ocupadas tão rapidamente em suas periferias que o poder público sequer possuiu tempo hábil para instalar espaços abertos públicos para o lazer, sejam estes extensos ou condensados. Nota-se que os espaços menores existem no caso de intervenção tardia a ocupação, ou devido à especulação imobiliária. Já as grandes extensões são percebidas nos limites territoriais de municípios onde características naturais de terreno, e presença de bacias hidrográficas e leito de rios, que em algumas cidades formam fronteiras com outros municípios demoram mais a serem ocupadas por possuírem características de proteção ambiental. Estas áreas, grandes extensões territoriais, possuem potencialidade em se transformar, caso planejadas racionalmente, em espaços públicos de lazer e espaço continuado, característica ambiental, marcando positivamente a imagem da cidade. Estes espaços criam os contrastes ao definirem a margem construída e a margem natural, conferindo uma forma reconhecível à cidade no seu conjunto, “desde que este espaço por si só uma “paisagem poderosa”: um oceano, uma montanha ou um grande rio”. (LYNCH, 1999, p. 407)

Marcellino (2000, p. 26) enfatiza que:

a bela cidade constitui o equipamento mais apropriado para que o lazer possa se desenvolver. É aí onde se localizam os grandes contingentes da população, que a produção cultural pode ser devidamente estimulada e veiculada, atingindo um público significativo. O crescimento desordenado, a especulação imobiliária, enfim, uma série de fatores vêm contribuindo para que o quadro de nossas cidades não seja

dos mais promissores, quer na defesa de espaços, quer em termos da paisagem urbana, quando se fala da contemplação estética.

Para alguns, estes espaços públicos com áreas verdes, são locais onde se podem executar certas atividades normais como conversar ou jogar bola, enquanto que outros encaram estes espaços como locais com uma qualidade especial, que oferecem uma experiência importante na qual se deve estar totalmente imerso, agindo e aprendendo de uma maneira diferente da que se usa de modo rotineiro, e podem ser classificados segundo Lynch (1999, p. 409-413) como: parque regional, parque urbano, praça, parques lineares, parques infantis e campos de jogos.

Parque regional é uma área rural grande, na periferia de uma região metropolitana, destinada à utilização por parte das pessoas que aí se deslocam para passarem um dia inteiro, ou meio dia, ao fim de semana ou nos feriados. Tem de ser suficientemente grande e variado para absorver o acesso de massas, o trânsito e o estacionamento, e para proporcionar várias atividades para todas as idades, além de oferecer paisagens naturais para longos passeios a pé e talvez até mesmo para o campismo. Os desportos aquáticos, os piqueniques e os jogos no campo são algumas das atividades explícitas mais frequentemente oferecidas. Tradicionalmente considera-se que a dimensão mínima deve ser de aproximadamente duzentos e cinquenta hectares e a área deve possuir uma qualquer característica natural especial, preferencialmente um riacho ou um lago. Os utilizadores devem viver a cerca de meia hora ou uma hora desse parque, seja de carro, a pé ou de bicicleta.

O parque urbano é um parque muito menor, bem no interior da área urbana, e que visualmente faz pare dela, destinado à utilização local diária de lazer e de caráter informal: para caminhar, correr, sentar, fazer um piquenique e desenvolver jogos informais. Estes parques, que nos são tão familiares encontram-se no centro das cidades e em bairros residenciais mais antigos. Têm os problemas característicos da manutenção e da utilização excessiva, proporcionam ainda conflitos entre utilizadores e alguns problemas de segurança à noite. Apesar destes aspectos, os parques possuem características urbanas muito apreciadas.

A **praça** é um modelo diferente para um espaço urbano aberto, retirado principalmente das cidades europeias históricas. A praça pretende ser um centro de atividades no coração de uma área urbana intensiva. Contém características que pretendem atrair grupos de pessoas e facilitar encontros.

Parques lineares são outros espaços abertos são concebidos principalmente para o movimento: a pé, a cavalo, em carruagens ou de automóveis. Lineares na sua forma orientam-nos de um destino para outro. Um rio, um riacho, proporciona um cenário muito natural para um parque deste gênero.

Parques infantis e campos de jogos é uma categoria de espaços abertos destinados principalmente à utilização para os jogos das crianças, dos adolescentes e dos adultos mais ativos.

Constata-se que a denominação de **Parques** a que se refere Kevin Lynch pode ser aplicada em várias cidades brasileiras, inclusive em Curitiba.

A partir da pesquisa realizada no bairro Uberaba onde se verificou a existência

de praças, de acordo com as funções delineadas por Lynch e jardinetes (não referenciado por Lynch, mas que possuem características de praças de menor porte, inclusive com pequenos mobiliários de lazer para crianças)

Referindo-se desta forma às áreas de lazer existentes, segundo a Prefeitura Municipal de Curitiba podem ser encontradas no bairro, 14 praças e 6 jardinetes, é importante salientar que no bairro não há nenhum outro espaço com expressividade territorial ou importância para a preservação do ambiente natural, apesar da existência de espaços ociosos e protegidos por lei, caso da APA do Iguaçu, e que reforça o descaso do poder público com esta região.

A seguir a TABELA 8 mostra o endereço e área total dos espaços públicos para o lazer no bairro Uberaba.

TABELA 8 – ESPAÇOS PÚBLICOS PARA O LAZER NO BAIRRO UBERABA

NOME	LOCALIZAÇÃO	ÁREA TOTAL
Praça Renato Zorze	Rua Ulisses J. Ribeiro x rua Marechal Cardoso Junior	3700 m ²
Praça do Anhangava	Entre Rua Guairicana e Rua do Camacuan, localizada no Conjunto Mirante da Serra	10635 m ²
Praça Célio José Pivova.	Rua Pacífico Teixeira Filho x rua Gonzaga de Campos, Vila São Paulo	4674 m ²
Praça Leopoldina Bueno da Silva Zibarth	Rua Leônidas Marques x rua Juá, Jardim Cristina	2658 m ²
Praça Lafayette Queirolo	Rua Benedicto Berillo Fangueiro x rua Eliezer Disaro Fangueiro x rua Saza Lates	7614 m ²
Praça Renato Russo	Entre rua Capitão Leônidas Marques e linha Copel, Conjunto Centauro	21213 m ²
Praça Homero Morinobu Oguido	Rua Fábio Rogério Bertoli – entre rua Aviador Armin Buhner x RFFSA x rua Sargento Luiz Gonzaga M. Ribas.	4140 m ²
Praça Elias Jorge	Rua Dalila Lopes Costa x rua Sapoti x rua Alberto Pasqualini, Conjunto Petrópolis	1563 m ²
Praça	Rua Bárbara Cid x Rio Belém x rua Amenaide P. dos Santos	28241 m ²
Praça	Rua Leonélio Dalledone, entre rua Masao Ishii e rua Mário Lopes Farinha	1700 m ²
Praça	Rua Cônego Aníbal Difrancia x rua Luíza Gasola Santi	3264 m ² .
Praça	Rua Amauri Mauad Guerios x rua Adao Lauro Vargas x rua Esperidião Kalluf, localizado no Conjunto Centauro	7870 m ²
Praça	Rua Padre Olindo Caetani – entre rua Cabo Cornelio de Souza e rua dr. Fábio Rogério Bertolini Arns – Liceu/Colégio	7776 m ²
Praça em denominação “Professor Aroldo Straube da Cunha” – Proc. 77869.	Rua Francisco Licnerski x rua Mariano A. da Luz	4669 m ²
Jardinete Amurity Rodrigues	Rua José Gomes de Mello x rua Amadeu Cipriano da	1761m ²

	Silva x rua Zulmira Bacila	
Jardinete	Rua Eunice Bettini Bartoszeck x rua Acil Lourenço da Cruz. Localizada nas Moradias Cairo	1410 m ²
Jardinete	Rua Maracujás x rua dos Cocos x rua Pitangas	1200m ²
Jardinete	Moradias Ouro Verde	600m ²
Jardinete	Rua Adhemar Vieira de Araújo x Rua Ozeas Saraiva de Araújo	1512 m ²
Jardinete	Rua Guilherme Walter Lowry	1973 m ²

FONTE: PMC, 2004

As praças e jardins existentes no Uberaba são utilizadas para o lazer descompromissado e não possuem programações para orientar o visitante.

Além destas praças e jardins, o bairro possui ainda a Casa Kozak, denominada assim por ter pertencido ao antropólogo Vladimir Kozak, que nasceu na República Tcheca e veio para o Brasil em 1939 instalando-se no bairro Uberaba. Este antropólogo desenvolveu estudos sobre os índios Xetás no Paraná, tendo participado ativamente das atividades desenvolvidas por esses índios. Os documentos que relatam os costumes desta tribo praticamente extinta no Paraná existem graças a este estudioso. Vladimir Kozak faleceu em 1979, e por não possuir herdeiros, sua casa foi incorporada ao patrimônio da Fundação Cultural de Curitiba, sendo inaugurada em 1998. É mantida por aquela fundação, e funciona como biblioteca com acervo didático e cultural. Diversos utensílios, exposição de fotos indígenas especialmente da nacionalidade Xetá e relatos das expedições do antropólogo Vladimir Kozak no Paraná podem ser encontrados neste espaço cultural.

Esta biblioteca é freqüentada por estudantes e moradores da região, e dispõe de diversas atividades como: desenhos, jogos, troca de revistas em quadrinhos, e em determinados dias da semana, e em datas específicas recebe ainda artistas, contadores de história, músicos e peças de teatro montadas pela instituição que a mantém. Esta programação é divulgada pelos próprios estudantes, e não possui custo nenhum para os que possuem interesse em participar.

Especialmente no mês de abril, é montada uma mostra especial em homenagem ao antropólogo Vladimir Kozak, como forma de instruir a população sobre este personagem tão importante para a história do Paraná e que morou no bairro.

O endereço deste espaço cultural é Rua Júlio Saavedra, 588, com horário de funcionamento das 09:00h às 12:00h e das 14:00h às 18:00h.

Foto 11 e 12 –Casa Kozak



Fotos: Maurício Vigolo

Diante deste pequeno diagnóstico das potencialidades, tanto de espaços públicos quanto de espaços privados pode-se ter uma melhor visualização do objeto de estudo a que se refere o trabalho, pois diante de vários lugares que possuem atratividade para visitação, o ambiente natural planejado no bairro poderá trazer mais impactos positivos para o desenvolvimento ordenado da região e transformação da paisagem urbana.

4.4 ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO IGUAÇU – CONSTATAÇÃO DE UMA REALIDADE

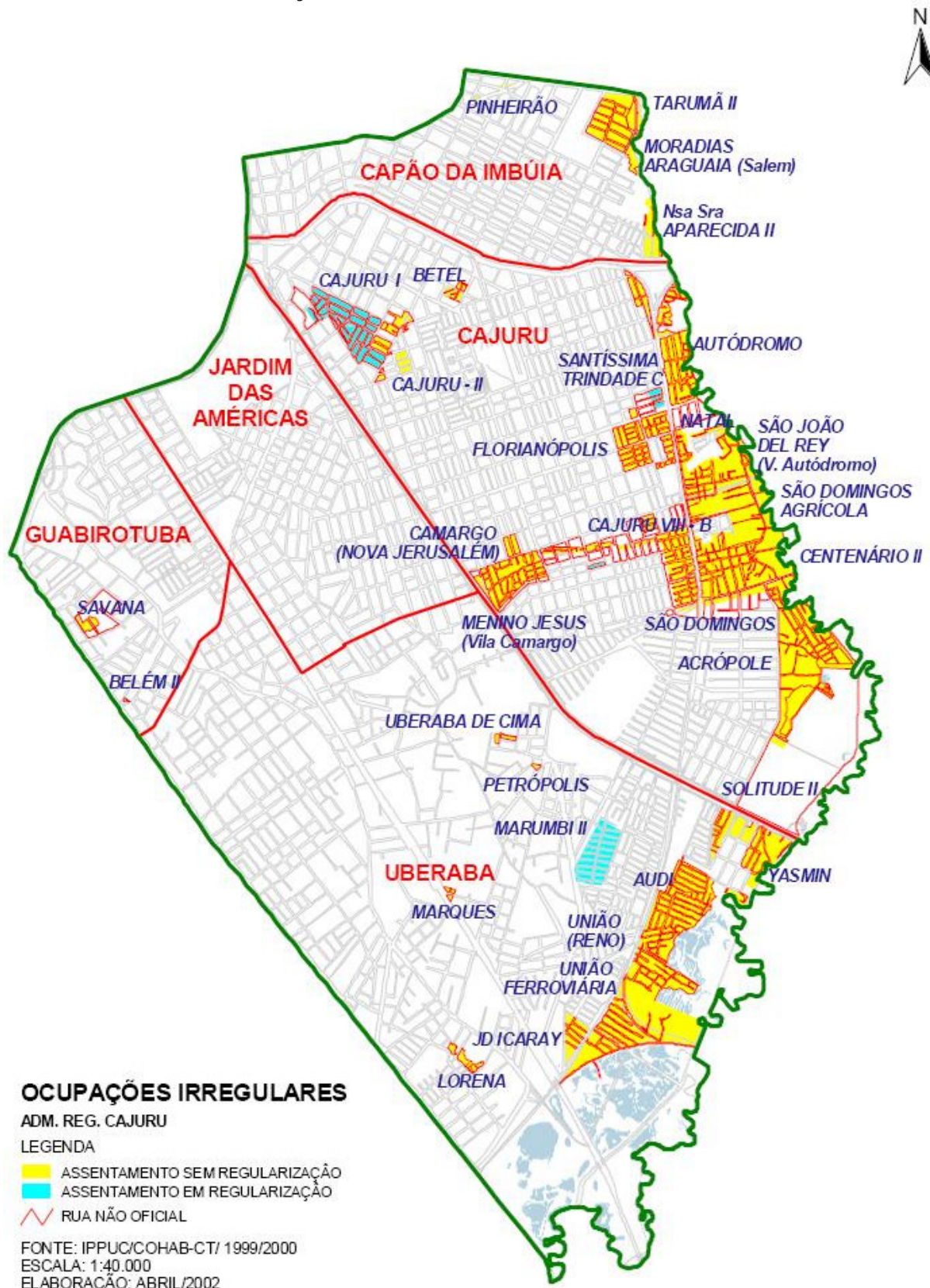
O fomento de Curitiba como cidade ecologicamente correta começou quando a iniciativa pública resolveu planejar espaços públicos de lazer para a população e com isso resolver problemas das mais diversas ordens e que modificaram a paisagem urbana da cidade. A partir deste conceito a que a sociedade incorporou, não se pode permitir que uma área como a APA do Iguaçu possua um destino diferente das demais áreas já planejadas e protegidas de cidade. O alerta em apresentar a realidade deste espaço natural deve-se a partir da recomendação de que a cidade não pode ser planejada em partes segmentadas, privilegiando um ou outro bairro; a cidade deve antes de tudo atender sua população independente de região geográfica, ocupação demográfica ou interesses particulares.

Neste panorama apresentou-se a região da APA do Iguaçu, precisamente no bairro Uberaba, para o diagnóstico da situação desta área que deveria ser destinada à proteção ambiental, o lazer da população e ainda como potencialidade para receber turistas, como é o caso do Jardim Botânico já citado anteriormente.

O MAPA 5 mostra a região da APA do Iguaçu e as ocupações irregulares existentes, pois o local vem passando por processo de invasão constante, ocasionando impactos ao sistema ecológico, social e cultural irreversíveis se não forem tratados com a intervenção do planejamento territorial urbano.

Pode-se observar neste mapa que o poder público está ciente do problema nesta região. Destacam-se as vilas Audi, União (Renno) União Ferroviária, J. Icaray; todas estas vilas instaladas em área irregular. Vale salientar que este mapa foi confeccionado em 2002; atualmente o problema está agravado, pois o poder público não interviu para conter as invasões.

MAPA 5 – OCUPAÇÕES IRREGULARES NA REGIONAL CAJURU



IPPUC - INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA
SUPERVISÃO DE INFORMAÇÕES
Rua Bom Jesus, 669 - Cabral - Curitiba - Paraná - Brasil - CEP 80.035-010 - Fone: (011) 352-1414 - Fax: (011) 254-8661 - E-mail: geo@ippuc.org.br

Constata-se, portanto o descaso da prefeitura com esta região, uma vez que as Leis de Proteção Ambiental e a referência no planejamento curitibano, já descritos neste trabalho, denotam externamente a boa impressão aos visitantes quanto ao *slogan* capital ecológica.

Esta visão passa a ser desmistificada a partir do momento que população local e visitante se deparam com imagens desta região.

Ao lado oposto às invasões, contatou-se nas pesquisas, a existência de área pouco mais preservada, o que sugere a intervenção imediata do planejamento para propiciar o desenvolvimento controlado do local e sua utilização para o lazer da população e, futuramente, através de ações específicas de planejamento, criar um novo produto turístico para a cidade de Curitiba.

Esta preservação se dá porque parte desta região é de propriedade particular, a exemplo do empreendimento *Jet Side* e Olaria desativada (Fotos 9-10)

A seguir para melhor constatação da realidade, pode-se observar as fotos da região retiradas em 2005.

FOTO 13- OCUPAÇÕES IRREGULARES



FONTE: Renata Ribeiro, 2005

FOTO 14- OCUPAÇÕES IRREGULARES



FONTE: Renata Ribeiro, 2005

FOTO 15- OCUPAÇÕES IRREGULARES



FONTE: Renata Ribeiro, 2005

FOTO 16 OCUPAÇÕES IRREGULARES



FONTE: Renata Ribeiro, 2005

FOTO 17– VISÃO AÉREA DA DIVISA DO BAIRRO UBERABA COM O
BAIRRO CAJURU



Na FOTO 17- VISÃO AÉREA DA DIVISA DO BAIRRO UBERABA COM O BAIRRO CAJURU pode-se observar a ocupação do espaço no Bairro Cajuru, e a contenção das invasões devido à implantação do Setor Esportivo Peladeiros. Destaca-se ainda o leito do Rio Iguaçu, a BR 277 – Divisa entre o bairro Cajuru e Uberaba, e a SANEPAR (Companhia de Saneamento do Paraná).

Pode-se observar detalhadamente na região do bairro Uberaba (FOTOS 17 e 18), as ocupações, já organizadas, em fase de regularização pela Prefeitura Municipal de Curitiba.

Nesta região já existem escolas, postos de saúde transportes coletivos, enfim, a infra-estrutura necessária à convivência humana, e que podem trazer diante destes benefícios, novos ocupantes, que irão se instalar em áreas impróprias, sobre regiões alagadiças como pôde ser observado no MAPA 5 – OCUPAÇÕES IRREGULARES NA REGIONAL CAJURU, página 98 deste trabalho.

As fotos aéreas demonstram que, ainda há espaços não ocupados na APA do Iguaçu, o que permitiria a inserção de um parque na região, contendo deste modo novas ocupações, e transformando este espaço a exemplo do Jardim Botânico, citado neste trabalho.

FOTO 18- VISÃO AÉREA DA REGIÃO DO UBERABA



FONTE: COHAB, 2002.

4.5 ANÁLISE DE DADOS COLETADOS NO BAIRRO UBERABA

Curitiba é um município com 432.17 km² de extensão. A maioria desta, ocupada por moradias, comércio e indústrias.

O perfil da cidade a partir do seu desenvolvimento é de proteger as áreas de Bacias Hidrográficas existentes no território urbano, de maneira a conduzir o crescimento ordenado da cidade. Com esta visão, iniciou-se a organização de Unidades de Conservação aliada ao aproveitamento destes espaços para a criação de espaços públicos de lazer para a população.

Deste modo a população habituou-se a relacionar Curitiba aos parques e a função ecológica percebida.

Para que a realidade sobre a visão ecológica pudesse ser apresentada de maneira clara, estabeleceu-se o bairro Uberaba para demonstrar a necessidade de estudo que, particularmente esta região possui referente, à falta de ações de planejamento do poder público, no que tange ao meio ambiente natural e ainda a não implantação na Área de Proteção Ambiental do Iguaçu como espaço público para o lazer da população.

4.5.1 Metodologia do Trabalho

Fundamentou-se este trabalho, a partir da pesquisa exploratória e bibliográfica sobre o planejamento urbano particularmente no que tange a análise do lazer e sua relação com a atividade turística. Para tanto, se fez necessário o estudo de caso envolvendo os espaços utilizados para o lazer no bairro Uberaba por procedimento de coleta de dados, além da observação empírica.

Segundo Tyler & Guerrier (2001, p. 311), as pesquisas sobre comportamento e influência de grupos de interesse urbano podem ajudar a identificar áreas potencialmente preocupantes, onde o planejamento ainda é insuficiente para ordenar o espaço, ‘para que os tomadores de decisão a elas se dirigissem logo nos primeiros estágios de planejamento’, e ainda tornar possível a essa população a sua real colaboração para com o desenvolvimento do cenário urbano.

Desta forma, procurou-se obter informações consistentes a respeito da região nos Órgãos Oficiais responsáveis por ações de planejamento em Curitiba, através de documentos e mapas que pudessem ensejar o panorama de realidade empiricamente constatada. Através das pesquisas sobre a legislação ambiental, estudo de mapas oficiais e reportagens pode-se constatar:

A Lei nº 9.800/00, Decreto 192, Art. 1º expressa a implantação da área de Proteção Ambiental –APA do Iguaçu como objetivo de garantir a preservação, conservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental da bacia do Rio Iguaçu contida no município.

O MAPA 5 e as FOTOS serviram para demonstrar como a APA, na região do Uberaba vem constantemente sendo invadida por ocupações irregulares, prejudicando as condições ambientais defendidas no Decreto 192.

O estudo desenvolvido no bairro Uberaba buscou registrar a história, os espaços públicos de lazer e as potencialidades que o bairro possui para desenvolver a atividade turística em espaços existentes nesta região, não planejados, e que são protegidos por lei. Procurou-se, também, observar potencialidades em serviços diversos, que já atendem públicos curitibanos e que podem ser apropriados também por turistas.

Associado a estes fatores buscou-se contribuir através de novos estudos e possibilidades de consulta, com registros e novas possibilidades de intervenção para o planejamento integral neste bairro, privilegiando a população envolvida.

Foi imprescindível, reunir informações sobre os espaços de lazer existentes para a população do bairro Uberaba, bem como conhecer a opinião desta quanto a importância que os espaços públicos de lazer exercem para esta comunidade, e ainda relacionar os espaços potenciais existentes no bairro para o lazer da população local e dos turistas.

As análises preliminares demonstraram que o trabalho de reordenamento urbano é imprescindível para o desenvolvimento das cidades, para a contenção de ocupações irregulares e para a composição da paisagem urbana.

A exemplo do que ocorreu no início da criação de parques públicos. Eles, ao mesmo tempo em que se constituíam em novos locais de lazer, em novos pontos de encontro dos habitantes, eram projetados para ser criados em fundos de vale com a finalidade evitar a habitação nessas áreas, preservar as matas ciliares existentes e, através de

seus lagos artificiais, regular a vazão dos rios em períodos de enchente.(MENEZES, 1996, p.179)

O estudo apresentado trouxe subsídios que puderam comprovar, que através de novos espaços públicos para o lazer, a integração entre meio ambiente e populações residentes poderá potencializar neste espaço geográfico, uma nova atividade econômica podendo se exemplificar o turismo, já que esta atividade é hoje uma alternativa de desenvolvimento para as cidades através da oferta de novos atrativos em outras regiões da cidade.

Após a pesquisa bibliográfica e documental, foi necessário obter informações junto à população do bairro no sentido de averiguar a opinião destes quanto a instalação de um parque no bairro para completar as opções de lazer naquela região.

Uma vez constatada a diferença de praças e parques, objetivou-se trabalhar apenas com os parques uma vez que o foco do trabalho era constatar a existência de espaços públicos que pudessem além de suprir a função de lazer, também cumprir a função de preservação do meio ambiente em área de proteção ambiental.

A necessidade em conhecer a opinião dos residentes do bairro Uberaba fez com que houvesse investigação através de confecção de um formulário para verificar a viabilidade quanto à instalação de um parque neste bairro. Procedeu-se com a aplicação destes formulários em escolas, comércio e demais moradores do bairro.

4.5.2 Pesquisa junto aos Moradores do Bairro Uberaba

A pesquisa por amostragem detectou as informações necessárias para referenciar o trabalho científico no sentido de comprovar a não existência de espaço de lazer para a comunidade e a necessidade deste para o Bairro Uberaba. Por meio de entrevistas pessoais, 135 respondentes elencaram sua opinião a respeito.

O formulário de pesquisa incluiu 9 questões pertinentes ao tema para detectar a opinião da população quanto aos espaços públicos para o lazer do curitibano.

TABELA 9 – QUANTO AO SEXO

SEXO	Nº	PERCENTUAL
Masculino	75	55,5
Feminino	60	44,4
TOTAL	135	99,9

Das 135 pessoas entrevistadas, foi constatado que 55,5% dos respondentes são do sexo masculino, e 44,4% são do sexo feminino.

A pesquisa ponderou a idade de 15 a 49 anos por considerar, de acordo com a pirâmide etária, a faixa populacional mais expressiva de moradores no bairro. Considerando que o total populacional é de 60.338 habitantes, e que 29.418 são homens, e que 30.920 são mulheres, a representatividade destes é de 28,09% de homens e 29,33% de mulheres na faixa de idade mencionada anteriormente, revelando que, 57,42% da população do bairro enquadra-se na faixa etária de 15 a 49 anos.

TABELA 10 – QUANTO A IDADE

IDADE	Nº	PERCENTUAL
15 a 24	98	72,5
25 a 34	14	10,3
35 e 49	23	17,0
TOTAL	135	99,8

Deste modo percebeu-se que foram entrevistados 72,5% pessoas com idade de 15 a 24 anos, 10,3% pessoas com idade de 25 a 34 anos e 17% pessoas com idade entre 35 e 49 anos.

A questão 3 perguntava ao entrevistado se este era morador do bairro Uberaba. Foram consideradas as opiniões dos não moradores, pois a pesquisa realizou-se no perímetro do bairro, e todas as pessoas que não moram no bairro, ou trabalham ou estudam neste, sendo considerados participantes na contextualização de opiniões. Deste modo:

TABELA 11 – MORADOR DO BAIRRO

ITENS	Nº	PERCENTUAL
Morador	115	85,1
Não Morador	20	14,8
TOTAL	135	99,9

Questão 3 – Dos 135 respondentes, 85,1% são moradores e 14,8% não são moradores do bairro Uberaba.

Na questão 4 os entrevistados foram questionados sobre viagens a lazer. A importância desta pergunta se dá pelo fato de que em períodos alheios à temporada de férias, as pessoas não possuem hábito ou recursos para viajar, e que, portanto, necessitam de espaços públicos para prática de lazer em sua cidade e ainda próximas de sua residência.

TABELA 12– VIAGEM A LAZER

ITENS	Nº	PERCENTUAL
Viaja	98	72,5
Não viaja	37	27,4
TOTAL	135	99,9

Portanto, observou-se que das 135 entrevistas, 72,5% pessoas viajam a lazer, e que 27,4 % pessoas não viajam. Dos entrevistados que responderam viajar a lazer, a média de viagem é de duas vezes ao ano, comprovando-se que geralmente o período de férias escolares é escolhido para realizar suas viagens. Quanto aos 27,4% que responderam não viajar, justificaram em sua maioria não possuir tempo/ dinheiro/ tempo e dinheiro para realizar viagens.

A questão 5 indagou aos entrevistados se estes visitam os parques existentes na cidade, quais os parques, e em caso negativo, o porquê?

TABELA 13 – QUANTO A VISITA AOS PARQUES DE CURITIBA

ITENS	Nº	PERCENTUAL
Visita	62	45,9%
Não visita	73	54,1%
TOTAL	135	99,9

Dos 135 entrevistados, 45,9% costumam visitar os parques da cidade. Entre os parques mais citados destaca-se o Parque Barigui, Tanguá, Iguaçu (Zoológico), Botânico e Passeio Público. Já 54,1% dos entrevistados não costumam visitar os parques da cidade porque não possuem o hábito, ou ainda, consideram que estes se encontram distante de sua residência, e que não possuem segurança e/ou conservação.

Observando as respostas da questão anterior pode-se destacar que a falta de conservação e segurança é um dos itens que inibem a visitação dos parques. Não cabe aqui estudar pormenorizadamente este aspecto, mas, caso algumas áreas destes parques fossem planejadas para locação, como já acontece no jardim Botânico (utilizado para exposição de flores, obras de arte, eventos, entre outros), e que trazem rentabilidade ao local, sem prejudicar o ambiente natural, conseqüentemente esta ação poderia trazer mais público e a presença de policiamento para inibir a violência.

Objetivou-se na pergunta 6, abordar os moradores quanto à existência de espaços públicos de lazer no bairro Uberaba.

TABELA 14– EXISTÊNCIA DE ESPAÇOS DE LAZER NO BAIRRO

ITENS	Nº	PERCENTUAL
não existência	118	87,4
existência	17	12,5
TOTAL	135	99,9

Pode-se constatar que 87,4% respondentes afirmaram não existir este espaço público de lazer, no entanto 12,5% respondentes afirmaram encontrar estes locais no bairro, não informando, porém, quais seriam estes espaços.

Registrou-se na pergunta 7 se as pessoas entrevistadas consideram importante a instalação de um parque de lazer no bairro. Observe a TABELA 15, quanto às

respostas.

TABELA 15 – IMPORTÂNCIA SOBRE A INSTALAÇÃO DE PARQUE NO BAIRRO UBERABA

ITENS	Nº	PERCENTUAL
Importante	119	88,1
Não importante	16	11,8
TOTAL	135	100,0

Observou-se que apesar de 54% de entrevistados não visitarem os parques da cidade, estes, consideram importante que este seja instalado no bairro, pois das 135 entrevistas, 88,1% responderam que um parque é muito importante para o bairro, e somente 11,8% respondentes afirmaram a não importância da instalação de um parque no Uberaba, não relatando, porém, a justificativa.

Quanto aos equipamentos que deveriam compor a infra-estrutura de um parque a ser instalado no Uberaba, optou-se por deixar que os respondentes pudessem escolher livremente entre as alternativas apresentadas, deste modo, o número de citações como pode ser observado é bastante elevado. Constatou-se que todos os itens selecionados para compor o questionário são considerados importantes, e entre os mais citados, estão as pistas para caminhadas, com 95 citações, as canchas de areia, os bancos para descanso, sanitários, parquinhos, lanchonetes, estacionamentos e paradas para ônibus, nesta ordem de importância. Os entrevistados apresentaram ainda outras sugestões como: pistas de *skate*, lojas de lembranças, local para exposições, cancha de basquete, além de policiamento e segurança.

A última questão apresentada possuía o objetivo de identificar junto aos entrevistados se estes acreditavam que a implantação de um parque poderia embelezar o bairro Uberaba, proporcionar lazer à população e atrair mais turistas para Curitiba.

TABELA 16 – O PARQUE, O EMBELEZAMENTO DA PAISAGEM, O LAZER E O TURISMO NO BAIRRO UBERABA

ITENS	Nº	PERCENTUAL
Sim	119	88,1
não	16	11,8
TOTAL	135	100,0

Quando se examina o resultado desta variação, percebe-se que das 135 respostas 88,1% afirmaram que a implantação de um parque poderia sim beneficiar o bairro, e 11,8% respondentes não acreditam que a instalação de um parque poderá trazer algum benefício ao bairro Uberaba.

O fato de que a pesquisa efetuada tenha demonstrado o quanto a população considera importante a instalação de um parque na região é imprescindível considerar que muitos acreditam que itens como segurança são importantes para manter visitantes nestes espaços públicos. Com relação a este comentário é importante citar:

Sentimo-nos atraídos pelos dados numéricos, que são muito precisos, firmes, e impressionantes que os componentes livres e subjetivos dos padrões e dos sentimentos. Os planejadores esforçam-se por aumentar a quantidade de espaço aberto e esquecem-se de controlar sua qualidade. (LYNCH, 1981, p. 144)

Por este motivo solicitou-se que a população respondesse quais seriam os itens mais importantes para compor um parque no Bairro Uberaba, para que realmente em caso de implantação, estes equipamentos sejam utilizados, preconizando a qualidade para a correta utilização desta.

Segundo Lynch (1997, p. 144), existem formas para que os espaços planejados possam ser adequados à utilização pública, basta que os planejadores observem o comportamento de seus usuários. Observar a ação das pessoas em um local, para verificar como correspondem às ações públicas, às características do local.

Enfim, verificou-se que a população deseja este espaço público, mas que se sente preocupada com a segurança neste espaço. Portanto, é necessário que juntamente com a implantação deste espaço, os planejadores elaborem planos de utilização em conjunto com a sociedade para que realmente estes possam usufruir deste espaço com seus equipamentos e a segurança adequada e necessária hoje nos grandes centros urbanos.

5. CONCLUSÃO

A partir do levantamento bibliográfico e estudo da realidade atual do bairro Uberaba pôde-se também constatar os problemas e dificuldades existentes para a execução do planejamento adequado bem como adequar as formas deste às necessidades de uma cidade.

A investigação realizada mostrou que a hipótese 1 de que, as ações de planejamento urbano no bairro Uberaba, não consideram as ações do planejamento do lazer e do turismo, é verdadeira, considerando a existência de Área de Proteção Ambiental do Iguaçu sem que providências tenham sido tomadas para a utilização deste espaço para atender as necessidades de lazer da população. Observou-se que em outros bairros da cidade, esta prerrogativa é verdadeira, pode-se considerar o descaso público referente à região leste/sul da cidade devido à permissividade de constantes invasões sem que de maneira eficaz seja contida.

A hipótese 2 – sobre a não existência de espaços públicos adequados à população para desenvolver atividades de lazer no bairro Uberaba, pode ser parcialmente refutada, já que foram observadas várias praças neste bairro, que apesar de não cumprirem totalmente a função de proteção ao meio ambiente, possuem características de proporcionar lazer, mas que não possuem o mérito junto à população se comparadas aos parques existentes na cidade, e que são visitados por estas pessoas.

Considera-se, pois que a implantação de um parque na APA do Iguaçu compreendendo o bairro Uberaba, deve ser considerada por gestores, para atender aos que vislumbrar o lazer a partir de parques urbanos.

A hipótese 3 –apontou que o bairro Uberaba possui potencial para o turismo, desde que a produção de espaços direcionados para o lazer e visitação turística seja implantada. Esta hipótese pode ser considerada verdadeira, a partir das seguintes constatações: existem estabelecimentos no bairro relacionados a gastronomia (restaurantes), cultura (Casa Kozac), festas típicas (Clube Nikkey), artesanato (várias lojas), entre outros, que por estarem localizados próximo ao portão de entrada da cidade de Curitiba, podem ser vislumbrados como potenciais para atender ao turista. No entanto o grande potencial verificado está relacionado com a Área de Proteção

Ambiental inserida neste trabalho e pertencente ao bairro, que pode ser transformada em parque para visitação, e até mesmo, como relatado neste trabalho, pode vir a ser um espaço para avistamento de aves por cientistas e biólogos como afirma Soares (2004, p. 10)

“O atual interesse em conhecer e entrar em contato com a vida selvagem através da atividade de observação de animais selvagens com fins recreativos, turísticos ou educativos...” potencializou a visitação voltada a natureza em florestas e rios, e no caso de Curitiba, junto aos parques existentes na cidade onde já existem profissionais trabalhando a consciência ecológica e a valorização destes ambientes naturais remanescentes, legitimando assim a importância de sua conservação.

Estes espaços existentes, e as atividades exemplificadas mostram esta região como um potencial para o turismo desde que haja o planejamento adequado, onde vários profissionais possam compartilhar suas opiniões sobre procedimentos técnicos a serem trabalhados.

A realidade existente em Curitiba se confronta com a imagem transmitida aos visitantes e moradores, e somente um trabalho detalhado como este pode comprovar os problemas advindos com o planejamento seletivo e superficial, onde a falta de envolvimento de técnicos de áreas como turismo entre outras, limitam a visualização da cidade como um todo, observando suas peculiaridades, potencialidades, cultura, e produtos existentes que podem vir a atender novos públicos se ordenados por equipes de trabalho multidisciplinares.

As cidades, então, consolidarão sua posição como produtos culturais e turísticos importantes. Conhecê-las continuará sendo a aspiração de muitos viajantes... Para aqueles que atuam como planejadores ou gestores turísticos, considerar esse cenário será fundamental. Não será surpresa se, muito breve, as equipes dos planos diretores das localidades agregarem técnicos em turismo e especialistas em cultura. As localidades que assim comprometem seu futuro, com certeza, serão aquelas que se constituirão em produtos mais qualificados para atrair visitantes e investimentos de toda ordem. (CASTROGIOVANNI, 2000, p. 40)

Considerar os espaços existentes na cidade como meio de atender aos anseios da população pode ser a maneira adequada de se trabalhar o planejamento urbano. Os gestores públicos precisam tomar consciência de que a cidade é um todo, e que em todas as regiões deste espaço, existem potencialidades e áreas de risco, e não apenas

nas regiões onde a especulação imobiliária pretende lotear suas áreas a um valor considerável.

O planejamento exercido de modo excludente traz prejuízo ao conjunto urbano, pois as pessoas são capazes de ver o que a cidade oferece de bom, no entanto também sabem discernir os problemas advindos do descaso público com as populações menos favorecidas e que vivem às margens da sociedade, em locais onde os olhos estão fechados para a realidade.

A gestão pública deve recomendar que o planejamento adotado em um espaço urbano envolva os aspectos sociais, culturais e profissionais dos cidadãos para que o desenvolvimento da cidade possa ter equilíbrio e controle. Como afirma Castrogiovanni (2000, p. 23):

O espaço urbano não é construído para uma pessoa, mas para muitas, que apresentam diferenças de temperamento, formação, ocupação profissional, origem étnica, diversidade social e, portanto, interesses. A cidade deve ser vista como uma representação da condição humana. Caso o poder público não planeje áreas adequadas à ocupação urbana, protegendo deste modo fundos de vale, áreas de mananciais e rios que abastecem toda a cidade, a possibilidade de insucesso nas técnicas de planejamento poderá gerar o caos urbano já percebido em outras cidades brasileiras.

A partir da existência desta área, constata-se que, se o poder público estimulasse o planejamento para o lazer local, posteriormente, segundo (BAHL, 2004, p. 45),

O turismo poderia ser um promotor das localidades, obrigando a necessidade do resgate da cultura local, o estímulo a auto-estima e valorização dos hábitos e costumes... a manutenção da autenticidade das localidades é um dos recursos mais promissores para o turismo.

A valorização do espaço urbano, através de ações do planejamento pode evitar impactos negativos, envolver populações, conservar ambientes naturais e artificiais, e ainda, promover a integração social associada ao lazer e bem estar da cidade como um todo.

Deste modo torna-se clara, a justificativa quanto ao estudo do planejamento urbano para que este determine, o crescimento de diversas atividades em variados espaços da cidade conduzindo assim, a ocupação urbana neste território em constante modificação interna, e sujeito a variantes exógenas, vezes positivas /negativas, e que,

interferem diretamente e, principalmente na ocupação de áreas obsoletas, onde o poder público não interviu.

Ao considerar que análises preliminares são importantes para a consolidação do plano das cidades, delimita-se este trabalho como precursor de novos estudos para que a teoria apresentada possa ser aplicada neste bairro, pois foi comprovado nas pesquisas exploratórias que esta técnica já foi aplicada preventivamente em outras regiões da cidade, a exemplo dos parques instalados em vales, nascentes e cabeceiras de rios, resultando um efeito positivo diante da opinião pública, e, atraindo posteriormente público de turistas que geram uma nova economia para a cidade.

Novos procedimentos para concretização e modificação da paisagem da APA do Iguaçu poderão ser determinados dentro das fases de planejamento apresentadas neste trabalho que seguem etapas distintas com o diagnóstico, prognóstico, planos, objetivos, metas, estratégias, programas, pressupostos, projetos e avaliação.

Desta maneira, pode-se acatar o relato verídico sobre a existência da APA no bairro Uberaba, as invasões constatadas, e a poluição do rio Iguaçu, além do gravíssimo problema social vislumbrado a partir da chegada diária de novos migrantes.

Um breve prognóstico pode ser traçado a partir da visão de futuro com a construção de cenários positivos e negativos. **Positivos** – a implantação de espaço público na APA do Iguaçu para o lazer da população e, a potencialidade para o turismo; **Negativos** - a continuidade de invasões, o descaso com a população menos favorecida, o descumprimento das leis já estabelecidas, e a conseqüente exclusão social, diante do descaso público com a região e sua população.

A partir do estudo detalhado da região, planos de desenvolvimento podem ser traçados registrados em documentos que incluam todo o processo de planificação da área, envolvendo profissionais diversos, que deverão traçar os objetivos a serem alcançados, e os prazos para que esta transformação espacial possa ser iniciada; neste sentido cabe salientar que invariavelmente as áreas a serem planejadas deverão seguir um traçado delimitando locais ainda não invadidos para minimizar confrontos com a população ali instalada.

Pode-se considerar a fase de estudos de linhas de financiamento, imprescindível à execução satisfatória da transformação deste espaço, pois estes pressupostos é que realmente irão determinar a concretização do planejamento.

Considera-se a opinião da população quanto a implantação de um parque no bairro Uberaba importante para validar a argumentação dos planejadores frente às decisões a serem tomadas, bem como para que haja uma constante avaliação sobre as ações desenvolvidas no bairro e na cidade.

O envolvimento de gestores, empreendedores e população nas decisões sobre como gerir a cidade é fundamental para que uma nova visão se estabeleça no espaço urbano, na tentativa de alcançar o desenvolvimento conjunto deste território, sem distinguir regiões, para que desta forma a cidade possa cumprir o papel social na configuração urbana.

Finalmente, esta pesquisa permitiu constatar a realidade dos espaços para o lazer no bairro Uberaba, além de descobrir a potencialidade da região no sentido de abrigar um novo parque municipal para compor uma nova configuração espacial, prevendo não somente o embelezamento da paisagem, ou a possibilidade de geração de novas atividades produtivas, mas principalmente propondo aos gestores urbanos a constante valorização da cidade por meio da criação de novo espaço público para atender as necessidades de descanso, passeio e lazer da população curitibana.

REFERÊNCIAS

- AVILA, Marco Aurélio. O Lazer Ativo como fator de atração turística para a cidade de Florianópolis(SC). Revista Digital, nº 60 Ano 9. Buenos Aires, Maio de 2003.Disponível em ;< <http://www.efdesportes.com>>
- BAHL, Miguel. Agrupamentos Turísticos Municipais.Curitiba - Pr, Prottexto, 2004, 176 p.
- BARDET, Gaston. O Urbanismo. Trad. NASCIMENTO, Flávia C. S. Campinas, SP Papirus, 1990, 141 p.
- BARRETTO, Margarita. Planejamento e Organização em Turismo. Campinas, SP, Papirus, 1991, 101 p.
- BENI, Mario C. Análise Estrutural do Turismo. 2 ed. São Paulo, Editora SENAC, São Paulo, 1998, 427 p.
- BISSOLI, Maria A. M. Planejamento Turístico Municipal com Suporte em Sistemas de Informação.São Paulo: Futura, 1999, 170 p.
- BIRKHOLZ, L.B. Os objetivos e os fundamentos do planejamento territorial. *In*: USP/FAU - Universidade de São Paulo/Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Introdução ao Planejamento. São Paulo, 1980, 30 p.
- BRASIL. Estatuto da Cidade: Guia para implementação pelos municípios e cidadãos: Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da Política Urbana. 2 ed. Brasília: Camara dos Deputados, Coord. de Publicações, 2002, 273 p.
- CASTROGIOVANNI, Antonio C. Turismo e ordenação do Espaço Urbano. *IN*: _____.(org.) Turismo Urbano. São Paulo: Contexto, 2000, 110 p.
- CINTRA, Antonio C., HADDAD, Paulo R. (Org.) Dilemas do Planejamento Urbano e Regional no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978, 253 p.
- CHIAS, Josep. Mais Curitiba. Palestra: Curitiba: Chias Marketing, 2005.
- CLAVE, Salvador. REBOLLO, J.Fernando. Métodos Y Técnicas para La Planificación Turística del Territorio. *In*: J. Oliveras y Anton. Turismo y planificación del Territorio en LA Espanha de fin de siglo. Terregona: Grupd'Estudis Turistics, Unitat de Geografia, Universitat Rovira i Virgili, 1999. 5- 43.
- CRUZ, Rita de Cássia. Política de Turismo e Território. São Paulo. Contexto, 2000, 167 p.

CRUZ, Rita C. A. O turismo no espaço – o espaço no turismo: reflexões acerca da participação do turismo na produção do espaço urbano brasileiro. RA'E GA. O Espaço Geográfico em Análise. N.2, ano II Curitiba: Editora da UFPR, 1998. pp. 31-41, 167 p.

DINIZ FILHO, Luiz L. Políticas do Estado, ciclos econômicos e estratégias das grandes empresas: os condicionantes da dinâmica regional. UFPR, 199-, p. 72.

DUMAZEDIER, Joffre. Lazer e Cultura Popular. São Paulo: Trad. Maria L. Machado. 3ed. São Paulo: Perspectiva, 2000. Trad. de: Vers Une Civilization du Loisir, 333 p.

EMBRATUR. Formulário de Informações Turísticas. Ano Base 1999. EMBRATUR, 2000, 172 p.

EMBRATUR. Guia para Oficinas de Treinamento dos Agentes Multiplicadores e dos monitores de Turismo. Programa Nacional de Multiplicação do Turismo, 1999.

FENIANOS, Eduardo E. J. Américas, Guabirotuba e Uberaba – presentes do passado. Curitiba: UniverCidade, 2001, 54 p.

FERRARI, C. Curso de Planejamento Municipal Integrado. 2 ed. São Paulo: Guazzelli/Mackenzu, 1979, 631 p. (Coleção Mackenzie/Urbanismo)

FISCHMANN, Adalberto A., ALMEIDA, Martinho I. Planejamento Estratégico na Prática. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1991, 164 p.

GARCEZ, L. A. L. Planejamento Urbano: síntese das doutrinas e teorias urbanísticas. Curitiba, UFPR, 1992.

GOELDNER, Charles R. RICHIE, Brent, McINTOCH, Robert. Turismo: princípios, práticas e Filosofias. 8 ed. Trad. Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Bookman, 2002, p. 478.

GUIA. Planta Atualizada de Curitiba. Curitiba : Editora Triestre, 2001.

HALL, Colin M. Planejamento Turístico: política, processo e relacionamentos. Trad. Edite Sciulli. São Paulo: Contexto, 2001, 296 p.

HALL, Michael C. A tomada de Decisão política e o planejamento centralizado - Darling Harbour, Sydney. 21- 40 IN: TYLER, Duncan, GUERRIER, Yvonne, ROBERTSON Martin.(org). Gestão do Turismo Municipal. Trad. Gleice Regina Gerra. São Paulo: Futura, 2001, 333 p.

IBGE. Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 1996 – Setores Banco de Dados, monitoramento e Pesquisa / IPPUC

IBGE. Estatísticas do Século XX. Disponível em <<http://ibge.gov.br>> Acesso em 09 maio 2005.

IGNARRA, Luiz R. Fundamentos do Turismo. São Paulo: Pioneira, 1999, 135 p.

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Normas para apresentação de Documentos Científicos. Curitiba: Ed. da UFPR, 2001.

IPPUC. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. Curitiba na Prática. EAGU - Estágio Aplicado em Gestão Urbana. 2002, 33 p.

IPPUC. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. Planos de Desenvolvimento de Bairro. Projeto Xaxim; proposta a comunidade. Curitiba, 1985, 10 p.

KNAFOU, Remy. Turismo e Território Por uma abordagem científica do Turismo.IN: RODRIGUES, B. A. Turismo e Geografia: Reflexões Teóricas e Enfoques Regionais. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 62-73, 274 p.

LAGE, Beatriz Helena G, MILONE, Paulo César. Economia do Turismo. 7ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2001, 226 p.

LE CORBUSIER (pseudônimo de JEANNERET-GRIS,C.E.). Planejamento Urbano. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 1984, 211p.

LEFEBVRE, Henri. A Revolução Urbana. Trad. Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais, 1999 178p.

LEITÃO, Lúcia. (org) As praças que a gente tem, as praças que a gente quer: Manual de Procedimentos para intervenção em praças. Recife: A Secretaria, 2002, 118 p.

LIMA, Renato Eugenio. Coord. Uso dos Solos e rios: conceitos básicos e aplicações para Curitiba. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2000, 194 p.

LYNCH, Kevin. A Boa Forma da Cidade. Trad. Jorge M. C. A. Pinho. Lisboa: Edições 70, 1999, 446 p.

LYNCH, Kevin. A Imagem da Cidade. Trad. Jefferson Luiz Camargo.São Paulo: Martins Fontes, 1997, 227 p.

LOPES, Rodrigo. A Cidade Intencional. Rio de Janeiro: Mauad, 1998, 184 p.

MARCELLINO, Nelson C. Estudos do Lazer: uma Introdução.2.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000, 100 p.

MARTINS, Fernando. Parques, Bosques e residências com árvores frutíferas da

Cidade atraem pássaros. Gazeta do Povo, Curitiba, 26.Jun. 2005.

MENEZES, Claudino L. Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente: A experiência de Curitiba. Campinas, SP: Papirus, 1996, 198 p.

MOTA, S. Urbanização e Meio Ambiente. São Paulo: Abes, 1999, 352 p.

MOLINA, Sergio.E. Turismo: Metodologia para su planificación. Mexico: Trillas, 1997, 73 p.

NUCCI, J.C., GALVÃO, W. SANTOS, A . Conservação da Natureza no Município de Curitiba-Pr. Revista GEOUERJ. Rio de Janeiro: Número Especial. CD-ROM.12 p.

OLIVEIRA, Márcio. A Trajetória do Discurso Ambiental em Curitiba (1960-2000). Revista de Sociologia e Política nº 16: 107-122, Ed. Cidade e Poder , Jun. 2001, 25 p.

OKUBARU, Fábio. Parques têm público de Classe Média. Gazeta do Povo, Curitiba, 17. fev. 2002, p.16.

PERLOFF, H.S. La Calidad del Medio Ambiente Urbano. Versão para castelhano por F. Miguella Rubió.1 ed. Barcelona: Oikos-tau,1973. p.9-41, 342 p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. Bairro Total. Administração Regional Cajuru. Curitiba : IPPUC, 1994, 18 p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, COHAB. foto aérea. Escala: 1:8.000. Curitiba, 2002.

RODRIGUES, Adyr.B. Geografia do Turismo: novos desafios. In TRIGO, Luiz G.G; ANSARAH, Marília G. R. Turismo como aprender ,como ensinar. São Paulo: Senac, 2001, p.87-122, 320 p.

SANTOS, Milton. A urbanização Brasileira. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1996, p 157.

_____. A natureza do espaço: técnica e tempo: razão e emoção. 2 ed. São Paulo: Hucitec,1997.

SANTOS. Milton, SILVEIRA, Maria L. O Brasil: Território e Sociedade no início do Séc. XXI. 4ª ed. Rio de Janeiro, Record, 2002, 473 p.

SILVEIRA. Marcos Aurélio T. Turismo e Espaço Urbano: Uma abordagem de Curitiba. IN: LIMA, L. Cruz. Da cidade ao Campo: A diversidade do Saber-Fazer Turístico. Ed. UECE. Fortaleza, 1998. pp. 60-81.

_____. Marcos Aurélio T. Políticas de Desenvolvimento e Sustentabilidade. Possibilidades e perspectivas com base no turismo. RA'E GA. O Espaço Geográfico em Análise. N.2, ano II Curitiba: Editora da UFPR, 1998. pp.43-65, 246 p.

_____. Marcos Aurélio T. Impactos do Turismo no Território. IN: Turismo, Políticas de Ordenamento Territorial e Desenvolvimento Regional. Tese (Doutorado) USP, São Paulo, 2002. 277 p.

_____. Marcos Aurélio T. MEDEIROS, M. J. Plano Diretor de Turismo: o caminho para a eficácia em planejamento turístico. In: VIII Encontro Nacional de Turismo com base Local, 2004, Curitiba, 8 p.

_____. Marcos Aurélio T. Turismo, Políticas Territoriais e Estratégias recentes de Desenvolvimento Regional no Brasil. Uma aproximação ao tema. IN: Turismo, Políticas de Ordenamento Territorial e Desenvolvimento Regional. Tese (Doutorado) USP, São Paulo, 2002, 1-18 p. 277 p.

SOARES, Marcello. O Interesse em Observação de aves como Alternativa para o Turismo em Bases Sustentáveis no Litoral de Santa Centro-Norte de Catarina. Turismo –Visão e Ação, Itajaí, Ano 1 n.1, p. 9-25.

SOUZA, Marcelo José L. Urbanização e Desenvolvimento no Brasil Atual. São Paulo: Ed. Ática, 1996, 87 p.

TYLER, Duncan, GUERRIER, Yvonne, ROBERTSON Martin.(org). Gestão do Turismo Municipal. Trad. Gleice Regina Gerra. São Paulo: Futura, 2001, 333 p.

ZUKIN, Sharon. Paisagens Urbanas Pós-Modernas: Mapeando Cultura e Poder. In: ARANTES. Antonio A. O espaço da Diferença. São Paulo: Papirus, 2000. 81- 101, 154 p.

BIBLIOGRAFIA

COELHO, Paulo D. A questão regional e os planos regionais de desenvolvimento. IN: VELLOSO, João P. Reis. (org.) Brasil em Mudança. SP: Nobel, 1991 pp. 267-274, 274 p

DENCKER, Ada de Freitas Maneti.. Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo 2 ed. São Paulo : Futura,1998, 286 p.

DINIZ FILHO, Luiz L. Políticas do Estado, ciclos econômicos e estratégias das grandes empresas: os condicionantes da dinâmica regional. UFPR, 199-, p. 72.

Guerra, A. J., CUNHA, Sandra. Impactos Ambientais Urbanos no Brasil. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, 416 p.

NOGAS, Paulo S. M. Gestão de Instituto de Pesquisas em Universidade Privada: O Caso da Puc-Pr. Curitiba, 2004. 136 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia, Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná.

PERLOFF, Harvey. BERG, David. ELIZALDE, E. La ciudad central y su desarrollo. Madrid: Inst. de Estudios de Adm. Local: 1978, 557 p.

REQUIXA, Renato. Sugestão de Diretrizes para uma política Nacional do Lazer. São Paulo: SESC, 1980, 103 p.

RODRIGUES, Adyr, A.B. Turismo e Desenvolvimento Local. 3 ed. São Paulo, 2002, 207 p.

SANTOS, Milton. O espaço do Cidadão. 4 ed. São Paulo: Nobel, 1998, 142 p.

SANTOS, Milton. Espaço e Método. 3 ed. São Paulo: Nobel, 1992, 88 p.

YÁZIGI, Eduardo. Civilização Urbana, planejamento e turismo: discípulos do amanhecer. São Paulo: Contexto, 2003, 357 p.

YURGEL, Marlene. Urbanismo e Lazer. São Paulo. Nobel, 1983 73 p.

**APÊNDICE A – COLETA DE INFORMAÇÕES JUNTO AOS MORADORES DO
BAIRRO UBERABA, OBJETIVANDO CONHECER AS FORMAS DE LAZER
UTILIZADAS POR ESTA POPULAÇÃO.**

Coleta de Informações junto aos moradores do Bairro Uberaba, objetivando conhecer as formas de lazer utilizadas por esta população.

1. Quanto ao sexo: () masculino () feminino
2. Idade: () de 15 a 24 () de 25 a 34 () de 35 a 49
3. Morador do Bairro Uberaba () sim () não
4. Você viaja a lazer?
() sim. Quantas vezes ao ano? _____
() não. Qual o motivo? _____
5. Quando não viaja você visita os parques existentes na cidade?
() sim. Quais? _____

() não. Porquê? _____

6. Você encontra estes espaços públicos de lazer no seu bairro?
() sim () não
7. Você considera importante a instalação de um parque para o lazer da comunidade do bairro Uberaba?
() sim. () não
8. Na sua opinião, quais os equipamentos um parque deveria possuir?
() parquinho para crianças
() pista para caminhada
() canchas de areia
() lanchonete
() sanitários
() estacionamento
() paradas de ônibus
() bancos para descanso
() outros _____
9. Acredita que a implantação de um parque poderá embelezar o bairro Uberaba, proporcionar lazer à população e atrair mais turistas para Curitiba?
() sim () não